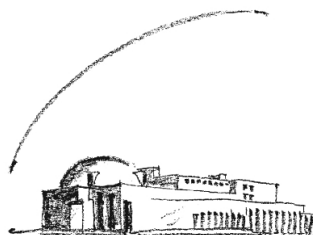


CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS



Matosinhos
Câmara Municipal

**PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL:
EDUCAÇÃO POR TODOS E PARA TODOS**

Divisão de Educação e Formação

maio, 2013

Viagem

Aparelhei o barco da ilusão
E reforcei a fé de marínheiro
Era longe o meu sonho, e traíçoeiro
O mar...
(Só nos é concedida
Esta vida
Que temos;
E é nela que é preciso
Procurar
O velho paraíso
Que perdemos.)
Prestes, larguei a vela
E disse adeus ao cais, à paz tolhida.
Desmedida, a revolta imensidão
Transforma dia a dia a embarcação
Numa errante e alada sepultura...
Mas corto as ondas sem desanimar.
Em qualquer aventura,
O que importa é partir, não é chegar.

Miguel Torga

AGRADECIMENTOS

No final de uma etapa tão relevante na vida autárquica, designadamente na política educativa de Matosinhos, é importante lembrar todos aqueles que contribuíram para a sua concretização. Neste sentido reconhece-se a valiosa colaboração das instituições parceiras, educativas e sociais. Sem a sua preciosa colaboração e disponibilidade não seria possível a co-construção deste projeto educativo. Ainda o agradecimento pela disponibilização de dados e de recursos, bem como pela partilha de conhecimentos que auxiliaram a elaboração do PEM.

Justifica-se um segundo agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. Guilherme Pinto, a todos os Vereadores e, em particular ao Vereador da Educação, Prof. Correia Pinto, e ainda a todos os elementos da Autarquia que acompanharam e auxiliaram neste processo, tecendo contributos valiosos para o enriquecimento do documento e para a ação no âmbito da Educação.

À Universidade Católica Portuguesa, enquanto instituição modelo no panorama nacional. A conceção e o desenvolvimento do Projeto Educativo Municipal não teria sido possível sem o contributo, incentivo, desafio e acompanhamento prestado por parte da Universidade, designadamente pela Consultora, a Professora Doutora Luísa Orvalho.

Finalmente, um profundo agradecimento à equipa da Divisão de Educação e Formação, pela partilha de angústias e conquistas ao longo do último ano, assim como pela resistência, flexibilidade e motivação, necessárias à concretização deste objetivo.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da população no Concelho de Matosinhos	28
Gráfico 2. Evolução da população residente em Matosinhos por faixa etária	30
Gráfico 3. Taxa de desemprego em Matosinhos entre 2011 e 2013	31
Gráfico 4. Taxa de desemprego nos Concelhos do Grande Porto	32
Gráfico 5. Composição dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas , no ano letivo 2012/13	38
Gráfico 6. Evolução do número de crianças e alunos matriculados em função do ano letivo ..	39
Gráfico 7. Distribuição das crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar em Matosinhos	40
Gráfico 8. Evolução das crianças que frequentam a rede pública da Educação Pré-Escolar	41
Gráfico 9. Evolução do número de salas da rede pública de Educação Pré-Escolar	41
Gráfico 10. Distribuição dos alunos por ciclo e rede institucional	43
Gráfico 11. Número de alunos em função da rede institucional do Ensino Básico	44
Gráfico 12. Evolução da oferta formativa entre 2009/10 e 2011/12	46
Gráfico 13. Distribuição dos Cursos EFA por áreas formativas	48
Gráfico 14. Cursos EFA por nível de certificação, no ano letivo 2009/10	49
Gráfico 15. Cursos de Educação e Formação ministrados em Matosinhos no ano letivo 2009/10	50
Gráfico 16. Cursos de Educação e Formação ministrados em Matosinhos no ano letivo 2010/11	51
Gráfico 17. Cursos de Educação e Formação ministrados em Matosinhos no ano letivo 2011/12	52
Gráfico 18. Cursos Profissionais ministrados em Matosinhos no ano letivo 2009/10	54
Gráfico 19. Cursos Profissionais ministrados em Matosinhos no ano letivo 2010/11	55
Gráfico 20. Cursos Profissionais ministrados em Matosinhos no ano letivo 2011/12	56
Gráfico 21. Motivo subjacente à realização das ações educativas desenvolvidas pela Autarquia	71
Gráfico 22. Etapas e níveis de ensino abrangidos pelas ações educativas das diferentes Divisões da Autarquia.....	72
Gráfico 23. Metodologias de avaliação das ações educativas promovidas pelas Divisões da Autarquia	72

Gráfico 24. População-alvo da avaliação das ações educativas promovidas pelas Divisões da Autarquia	73
Gráfico 25. Análise das iniciativas educativas promovidas pela Autarquia em função da Divisão	74
Gráfico 26. Distribuição das crianças e alunos no Concelho de Matosinhos.....	87

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Calendarização dos <i>Focus Groups</i>	22
Tabela 2. População residente nas freguesias do Concelho de Matosinhos no Concelho de Matosinhos	28
Tabela 3. Taxa de variação da população residente no Concelho de Matosinhos entre 1980 e 2011	29
Tabela 4. Taxa de variação de população residente	29
Tabela 5. Taxa de variação da população residente nas freguesias do Concelho de Matosinhos entre 2001 e 2011	30
Tabela 6. Rede Escolar do Concelho de Matosinhos, no ano letivo 2012/13	36
Tabela 7. Distribuição dos alunos em função da etapa de Ensino e a Oferta Formativa, no ano letivo 2011/12	38
Tabela 8. Total de crianças e alunos a frequentar o Ensino Regular	39
Tabela 9. Rede de Educação Pré-Escolar em Matosinhos	40
Tabela 10. Variação do número de crianças da Educação Pré-Escolar, por rede institucional, entre 2009/10 e 2011/12	41
Tabela 11. Concelho de residência das crianças em função da rede de oferta educativa	41
Tabela 12. Distribuição dos alunos que frequentam o Ensino Básico	43
Tabela 13. Variação do número de alunos do Ensino Básico, por rede institucional, entre 2009/10 e 2011/12	44
Tabela 14. Distribuição dos alunos no Ensino Secundário	45
Tabela 15. Evolução dos alunos na rede pública, no Ensino Secundário	45
Tabela 16. Distribuição dos alunos em função do ano escolaridade	46
Tabela 17. Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação ministrados em 2011/12, em função do estabelecimento de ensino	57
Tabela 18. Número de CEF's e CP's em função da rede de oferta formativa	58

Tabela 19. Cursos ministrados no ISCAP	59
Tabela 20. Cursos ministrados no ISSSP	60
Tabela 21. Cursos ministrados na ESAD	60
Tabela 22. Distribuição de alunos no Ensino Superior em função da Instituição	61
Tabela 23. Número de sala de UEE's e UAE's por Agrupamentos de Escolas, no ano letivo 2012/13.....	61
Tabela 24. Distribuição de NEE's por ciclo de ensino	62
Tabela 25. Número de inscritos nas diferentes Universidades Seniores em Matosinhos, no ano letivo 2012/13	63
Tabela 26. Evolução do número de alunos abrangidos pela ASE	63
Tabela 27. Dados dos CNO	65
Tabela 28. Número de processos instaurados pela CPCJ por ano	67
Tabela 29. Número de sinalizações efetuadas à CPCJ por estabelecimento de ensino e por ano	68
Tabela 30. Escolaridade dos menores acompanhados pela CPCJ	68
Tabela 31. Problemáticas escolares sinalizadas à CPCJ por ano	69
Tabela 32. Processos de abandono/absentismo escolar instaurados pela CPCJ por freguesia e por ano	69
Tabela 33. Escolaridade dos elementos que compõem o agregado familiar dos casos sinalizados para a CPCJ	70
Tabela 34. Projetos Educativos dos diferentes Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias não agrupadas	84
Tabela 35. Evolução da taxa da analfabetismo	88
Tabela 36. Evolução da taxa real de Pré-Escolarização	89
Tabela 37. Taxa real de Pré-Escolarização	89
Tabela 38. Taxa de abandono escolar	90
Tabela 39. Taxa de Conclusão do 1.º Ciclo do Ensino Básico	91
Tabela 40. Taxa de Conclusão do 2.º Ciclo do Ensino Básico	92
Tabela 41. Taxa de Conclusão do 3.º Ciclo do Ensino Básico	92
Tabela 42. Taxa de Retenção no 1.º Ciclo do Ensino Básico	93
Tabela 43. Taxa de Retenção no 2.º Ciclo do Ensino Básico	94
Tabela 44. Taxa de Retenção no 3.º Ciclo do Ensino Básico	94
Tabela 45. Taxas de Retenção no Ensino Básico	95

Tabela 46. Resultados nas provas de aferição do 4.º ano de escolaridade	95
Tabela 47. Resultados nas provas de aferição do 4.º ano de escolaridade, no ano letivo 2011/12, na rede privada/solidária e pública	96
Tabela 48. Médias dos Exames Nacionais do 6.º ano no ano letivo 2011/12	96
Tabela 49. Médias dos Exames Nacionais do 9.º ano no ano letivo 2011/12	97
Tabela 50. Resultados dos exames nacionais do 9.º ano de escolaridade, no ano letivo 2011/12, na rede privada e pública	97
Tabela 51. Taxa de Abandono Escolar Precoce	98
Tabela 52. Taxa de Conclusão do Ensino Secundário	99
Tabela 53. Taxa de Retenção no Ensino Secundário	99
Tabela 54. Comparação das taxas de Retenção no Ensino Secundário	100
Tabela 55. Médias dos Exames Nacionais do Ensino Secundário, no ano letivo 2011/12	100
Tabela 56. Médias na Disciplina de Português do Ensino Secundário, no ano letivo 2011/12..	101
Tabela 57. Médias na Disciplina de Matemática A do Ensino Secundário, no ano letivo 2011/12	101
Tabelas 58. Médias do conjunto das oito disciplinas do Ensino Secundário, no ano letivo 2011/12.....	101
Tabelas 59. Média dos exames do conjunto das oito disciplinas do Ensino Secundário e VEC, no ano letivo 2011/12	102
Tabela 60. Resultados dos exames nacionais do 12.º ano de escolaridade, no ano letivo 2011/12, na rede privada, solidária e pública	102
Tabela 61. Grelha de Operacionalização do PEM	110
Tabela 62. Grelha de avaliação do PEM	113

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do distrito do Porto	26
Figura 2. Mapa do Concelho de Matosinhos	26
Figura 3. Principais vias de comunicação do Concelho de Matosinhos	27

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	10
1. As competências dos Municípios na Educação	10
2. O papel do Conselho Municipal de Educação e a articulação entre Projeto Educativo Municipal e projetos educativos de escolas/agrupamentos	12
3. Estratégia metodológica para a construção do Projeto Educativo Municipal	15
II. CONTEXTO E DIAGNÓSTICO	24
1. Caracterização social, económica e cultural do município	24
1.1. A dinâmica demográfica em território municipal	28
1.2. Desemprego em Matosinhos.....	31
1.3. Principais eixos do investimento e da programação cultural da Autarquia de Matosinhos	32
2. Rede Escolar, Oferta Formativa e Acessibilidades	36
2.1. Educação Pré-Escolar	40
2.2. Ensino Básico	43
2.3. Ensino Secundário	45
2.4. Oferta formativa: Cursos de Educação e Formação de Adultos, Cursos de Educação e Formação e Cursos Profissionais	46
2.5. Ensino Superior	58
2.6. Educação Especial	61
2.7. Universidades Seniores	62
2.8. Ação Social Escolar	63
2.9. Acessibilidades	64
2.10. Iniciativa Novas Oportunidades em Matosinhos	64
3. Estruturas locais/municipais de apoio, redes de parcerias e projetos socioeducativos existentes no Município	65
3.1 Rede Social, Saúde e Proteção de Crianças e Jovens	65
3.2. A Autarquia e a Educação	70
3.3. Projetos socioeducativos existentes no Município	75
3.3.1. Projeto “A Ler Vamos...”	76
3.3.2. Projeto “Matiga – Matemática Amiga”	77
3.3.3. Projeto EPIS	78

3.3.4. Projeto PIES	79
3.3.5. Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos	80
3.3.6. Regime da Fruta Escolar para o 1.ºCEB e a Educação Pré-Escolar ...	81
3.3.7. Escola a Tempo Inteiro e ligação à comunidade	82
3.3.8. Torneio Desportivo Interescolas Secundárias	84
3.4. Síntese	86
4. Sucesso educativo	87
4.1. Educação Pré-Escolar	88
4.2. Ensino básico	90
4.2.1. Taxa de abandono escolar	90
4.2.2. Taxas de conclusão de ciclo no ensino básico	91
4.2.3. Programa Educação 2015	93
4.2.4. Taxas de retenção nos ciclos do ensino básico	93
4.2.5. Provas nacionais no ensino básico	95
4.2.4.1. Provas de aferição do 4.º ano de escolaridade.....	95
4.2.4.2. Exames nacionais do 6.º ano de escolaridade	96
4.2.4.3. Exames nacionais do 9.º ano de escolaridade	97
4.3. Ensino Secundário	98
4.3.1. Taxa de conclusão do Ensino Secundário	98
4.3.2. Taxa de retenção no Ensino Secundário	99
4.3.3. Provas nacionais no Ensino Secundário	100
III. Plano de ação	103
1. Linhas orientadoras do projeto educativo	103
2. Objetivos gerais e específicos do Projeto Educativo Municipal	104
3. Estratégias	105
3.1. Promoção do sucesso educativo	106
3.2. Articulação entre as instituições educativas e sociais do Concelho – criação de um Município Educador	107
3.3. Articulação entre as necessidades empresariais e a oferta formativa no Concelho	108
4. Operacionalização do Plano de Ação	109
IV. Intervenção/Execução	111
V. Avaliação do projeto educativo	112
V. Glossário	114

VI. Bibliografia	117
VII. Anexos	120

I. INTRODUÇÃO

1. As competências dos Municípios na Educação

Nas últimas décadas tem-se assistido a uma crescente responsabilização das Autarquias, em matéria de Educação, numa clara transferência de competências a vários níveis e que requer das Autarquias uma agilização de meios humanos, materiais e, principalmente, financeiros.

A intervenção municipal na educação começa com a Educação Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico, sendo que, hoje, no desencadear de novo processo de transferências de competências, as Autarquias alargaram a sua esfera de intervenção na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, diploma legal que no seu preâmbulo estabelece que «[...] Importa dar início a uma efectiva descentralização de competências que tenha como horizonte a transformação estrutural das políticas autárquicas, designadamente em matéria de educação, e no quadro do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da Educação Pré-Escolar e dos ensinos básico e secundário».

Neste diploma legal, o Ministério da Educação transferiu para a competência dos Municípios, para além das já assumidas, através da Lei n.º 159/99, a gestão do pessoal não docente do Ensino Básico, as atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico e a gestão do parque escolar.

Destaque-se, no entanto, que a transferência das responsabilidades, nestas áreas depende da existência da Carta Educativa e da celebração de contratos de execução por cada Município, nos termos do presente Decreto-Lei.

O Município de Matosinhos ao assinar o contrato de execução, em 16 de setembro de 2008, para além de executor das políticas definidas pelo poder central, assume-se como promotor de iniciativas locais, contextualizadas e inovadoras definindo e priorizando uma verdadeira política educativa para o Concelho, intervindo a vários níveis e em vários campos, com o objetivo último de promover o sucesso e prevenir o abandono escolar. A forte aposta na renovação e manutenção dos espaços educativos, através da implementação e remodelação do parque escolar, as medidas desenvolvidas no âmbito da ação social escolar,

que abrangem apoios ao nível da alimentação, do transporte, da aquisição de manuais escolares, a implementação de projetos inovadores, promotores de experiências socioeducativas, culturais e desportivas, e também, projetos de carácter pedagógico claramente direccionados para a promoção do sucesso educativo, determinam uma melhoria evolutiva da qualidade da educação, que vai muito para além da própria legislação.

O Decreto-Lei n.º 7/2003 materializa este conjunto de intenções de articulação e descentralização de competências do poder central para os Municípios, podendo-se destacar toda a legislação relativa aos “Conselhos Municipais de Educação” (órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível concelhio) e relativamente à elaboração da “Carta Educativa”, um instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino, passando os Municípios a deter a competência de programar a evolução do sistema de equipamentos educativos implementados no seu território, associando-lhes decisões sobre as ofertas de educação e formação a facultar aos seus munícipes.

É de salientar que o aumento de competências e todo o conjunto de medidas de descentralização da administração da educação do poder central para o poder local, veio criar a necessidade de as Autarquias se adaptarem e reforçarem as suas estruturas e recursos (humanos e financeiros), de modo a poderem, adequadamente, responder às atribuições e competências que lhe foram confiadas.

Tendo como base este pressuposto, o Município de Matosinhos oferece às escolas vários tipos de apoios aos seus Projectos Educativos e Formativos, cria e dinamiza vários Projectos em vários domínios que vão mais além do que está legalmente definido com carácter vinculativo, estando sujeito a uma tutela de legalidade (Fernandes, 2005). O Município assume, assim, uma visão muito própria, contribuindo localmente para novas formas de ver e viver a educação ao longo da vida, seja pela oferta de projetos e atividades que se integram e articulam com as necessidades específicas das escolas e dos seus alunos, seja pelos espaços e equipamentos que já possui e dinamiza com sucesso. Em Matosinhos, pretende-se a construção de “verdadeiros territórios educativos com projectos educativos próprios, que resultem das contribuições concertadas das autoridades locais e das organizações educativas escolares e não escolares” (Pinhal, 2004, p.60).

Este processo requer acima de tudo uma visão de futuro, uma construção no presente e mudanças de mentalidades do passado, mas requer, também, que a própria Autarquia disponha de meios humanos e financeiros para executar as competências, no pressuposto de que a proximidade pode ser uma das condições chave para desenvolver, com sucesso, um Estado social eficiente e de qualidade.

Por fim, reconhece-se que o processo de descentralização é um processo progressivo, e considerando a transferência de competências pelo Ministério da Educação no passado, podemos, também, imaginar um futuro em que as Autarquias poderão dispor de mais competências na afetação dos recursos necessários à atividade das escolas. A passagem de mais competências para os Municípios, constitui na maior parte das situações uma mais valia na resolução dos problemas e na adequação das soluções, como será possível constatar através da análise deste documento.

2. O papel do Conselho Municipal de Educação e a articulação entre Projeto Educativo Municipal e projetos educativos de escolas/agrupamentos

O Conselho Local de Educação do Município de Matosinhos foi criado por deliberação de Câmara a 3 de agosto de 2004, passando a designar-se por Conselho Municipal de Educação de Matosinhos (CME), em articulação com o nº 1 do artigo 2º e o nº 3 do artigo 23º nos termos do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro. Integram o CME de Matosinhos o Presidente da Câmara de Matosinhos, o Presidente da Assembleia Municipal e o Vereador da Educação que assegura a substituição do Presidente, nas suas ausências e impedimentos, um elemento da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e um Presidente da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal, em representação das Freguesias do Concelho. Integram, ainda, o CME um representante das instituições de Ensino Superior Público e Privado; um representante do pessoal docente do Ensino Básico e do Ensino Secundário, Público; um representante da Educação Pré-Escolar Pública; um representante dos estabelecimentos de Educação e Ensino Básico e Secundário Privados; dois representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação; um representante das Associações de Estudantes, das Instituições Particulares de Solidariedade Social, dos serviços públicos da Saúde, dos serviços da Segurança Social, dos serviços de Emprego e Formação Profissional,

dos serviços públicos da área da Juventude e Desporto e um representante das Forças de Segurança.

É uma instância de coordenação e consulta a nível municipal, e tem como objetivo promover a coordenação da política educativa, articulando a intervenção no âmbito dos agentes educativos e dos parceiros sociais, procurando analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo, propondo ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência do mesmo.

De acordo com o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, e as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 41/2003 de 22 de agosto, o CME de Matosinhos, é uma estrutura local de excelência, com dinâmicas educativas quer internas, quer externas, que englobam momentos de reflexão, debate e definição de práticas educativas numa ação promotora de política educativa local. Estas ações têm-se materializado ao nível do planeamento e gestão dos equipamentos educativos, construção/requalificação dos equipamentos de educação e ensino, reordenamento da rede educativa do Concelho, a construção da Carta Educativa e a construção do Projeto Educativo Municipal.

O Município de Matosinhos assume-se como agente educativo, localmente credível, estabelecendo como primeira prioridade política, a Educação. A sua ação focalizada nas especificidades locais é muito diversificada, promotora do sucesso educativo, da igualdade de oportunidades e equidade educativa. Esta ação é valorizada e reconhecida por todos os parceiros com responsabilidades na área da Educação, ultrapassando de longe as suas competências legais.

Os contributos do CME de Matosinhos na construção do PEM deram os seus primeiros impulsos em 2008, elaborando o que na ocasião se denominou o primeiro desenho do Projeto Educativo Local. Em 2011, o CME assume um papel positivo e relevante na elaboração do PEM, convidando todas as organizações educativas a apresentar em reuniões previamente agendadas os seus projetos educativos, tendo como objetivo definir uma visão estratégica, conjunta, perspetivando uma política educativa comum coordenando todos os recursos, agentes económicos e culturais.

Cientes de que o PEM pressupõe a criação de dinâmicas e parcerias locais, integradas e articuladas entre si, a sua elaboração pressupõe uma reflexão alargada sobre as práticas educativas municipais existentes no Concelho, e a corresponsabilização e envolvimento de

todos os agentes, concebendo o “local” como um espaço privilegiado de desenvolvimento, numa perspetiva sistémica e ecológica da Educação.

Neste Projeto Educativo Municipal a concetualização da Educação não se restringe apenas aos estabelecimentos de Educação, Ensino e Formação da área do Município, mas contempla todas as entidades que, direta ou indiretamente, contribuem para os processos educativos, numa perspetiva de sociedade educativa onde as aprendizagens se desenvolvem ao longo de toda a vida. O modelo de desenvolvimento adotado assenta num conceito de desenvolvimento integrado e sistémico, no qual a Escola se inclui num projeto educativo macroestrutural, que proporciona maior autonomia às instituições locais e um grau de participação alargado, capaz de responder às necessidades dos indivíduos e a muitos problemas atuais.

Este processo tem implicado o reconhecimento de que a Educação não é só realizada na Escola e que o local pode e deve ser espaço, tempo e oportunidade de educação e formação, envolvendo, portanto, processos educativos que englobam e articulam as ofertas existentes, promovem a gestão integrada dos recursos e inserem a intervenção educativa numa perspetiva de desenvolvimento da comunidade.

Esta lógica de atuação, em que as políticas educativas locais são construídas por todos os agentes educativos que, simultaneamente são autores e executores das mesmas, implica novas formas de pensar e agir sobre a Educação, em que a articulação, o diálogo, a comunicação e a partilha de recursos entre todos os intervenientes neste processo, é fundamental. É igualmente relevante que todas as intervenções educativas se relacionem com as prioridades políticas definidas e assumidas junto dos munícipes e se revistam duma visão estratégica e continuidade pedagógica, que se devem materializar num efetivo Projeto Educativo Municipal.

O ensino e as instituições escolares são parceiros privilegiados no PEM. Este documento é, necessariamente, abrangente, para que cada Agrupamento de Escolas e Escolas não agrupadas possam ter a sua própria orientação pedagógica ou desenvolver projetos que não se inscrevem no documento. O PEM não pretende diminuir a autonomia pedagógica, mas antes conjugar os Projetos Educativos de cada instituição escolar para que, de modo integrado, todos se revejam num território educador, em que a educação e a formação podem acontecer dentro e fora da escola e, ainda, num espaço educativo local, em que, para

além do ensino, é promotor de experiências enriquecedoras, rentabilização de recursos e promotor do desenvolvimento cívico e comunitário (Barroso, 1999).

3. Estratégia metodológica para a construção do Projeto Educativo Municipal

Considerando, por um lado, que o Projeto Educativo Municipal pretende referenciar, congregar e potenciar a ação educativa e formativa do Município e, por outro lado, valorizar os princípios orientadores e organizadores deste documento, a conceção de intervenção subjacente à elaboração do PEM foi encarada como um processo contínuo e dinâmico de otimização e transformação que se dirigiu a *peessoas* através de uma ação sistemática e contextualizada, com um caráter educativo e social (Rojo et al., 2002).

Optou-se pela elaboração do Projeto Educativo Municipal em colaboração com todos os agentes educativos que estão implicados, quer na intervenção (destinatários e aplicadores), quer na comunidade educativa. A elaboração de projetos em colaboração apresenta teoricamente como vantagens, a possibilidade de se dirigir a um grupo particular, neste caso um Município específico, é contextualizado e flexível, apresenta uma finalidade transformadora e inerente à avaliação de necessidades efetuada, bem como um caráter interno, facilitando o envolvimento dos diferentes parceiros. Em contrapartida, esta concetualização de construção do PEM apresenta algumas limitações, denominadamente, um elevado custo em termos de esforço e de envolvimento pessoal dos diferentes intervenientes, a necessidade de prazos alargados e a dificuldade em generalizar processos e produtos (Rojo et al., 2002).

Cientes da opção tomada, a construção do PEM seguiu uma metodologia de *investigação-ação*, cujo objetivo último consistia em implicar neste processo todos os intervenientes, de modo a torná-los profissionais mais reflexivos e proativos nos contextos em que se inserem e desencadeadores de práticas pertinentes, oportunas e adaptadas às situações com as quais trabalham. Esta metodologia, usada para facilitar mudanças sociais, permitiu identificar processos e resultados relacionados com o sucesso educativo e a realidade que a comunidade educativa percecionava e sobre a qual se propôs intervir (Brandi, & Gurgel, 2002; Sanches, 2005). De um modo geral, a metodologia adotada foi concetualizada

como produtora de conhecimentos, através da qual se promoveu a construção de novas visões sobre a educação, a comunidade educativa e o sucesso escolar (Sanches, 2005).

Os procedimentos subjacentes à investigação-ação determinaram que o projeto inicial deveria prever algumas iniciativas para viabilizar as ações, tais como: 1) avaliação de necessidades; 2) elaboração do PEM; 3) implementação; 4) avaliação do PEM.

A primeira fase, direcionada para a avaliação de necessidades, permitiu a análise e avaliação do contexto, a deteção, seleção e definição de prioridades de intervenção, a identificação dos destinatários e utilizadores do PEM e a formulação de metas e objetivos.

Constituindo uma fase determinante para a construção de qualquer projeto, a avaliação de necessidades foi concetualizada pela Autarquia como uma ação planificada, visando a obtenção de informação sobre uma realidade que se pretende tratar ou situação que se visa modificar com uma intervenção educativa. Deste modo, este primeiro momento de construção do PEM foi encarado como uma etapa que constituiu em si mesma um processo de investigação com todas as regras e procedimentos que lhe estão associados (Rojo et al., 2002).

Nesta fase foram, assim, cumpridos os requisitos de legitimidade (garantia de respeito pelos direitos da pessoa; o que é avaliado deve ser eticamente aceitável), utilidade (deve ser possível obter um benefício social, uma melhoria para um grupo social ou para um conjunto de pessoas individuais) e viabilidade (ser possível avaliar necessidades e conduzir uma ação que contribua para a satisfação das necessidades identificadas) inerentes à avaliação de necessidades.

A relevância atribuída a esta fase, na construção do PEM, consubstanciou-se em 4 fatores: 1) proporcionou a informação de base necessária para a determinação de carências observadas e de possibilidades e oportunidades de intervenção; 2) proporcionou a informação necessária para integrar e motivar para a ação as pessoas diretamente implicadas na intervenção (destinatários e profissionais); 3) sintetizou a informação básica para tomar decisões acerca dos eixos prioritários de intervenção, dos objetivos e das características da ação a desenvolver; 4) proporcionou a informação adequada para justificar a nível social e institucional a intervenção a desenvolver perante os responsáveis diretos e/ou indiretos da intervenção (Rojo et al., 2002).

No sentido de ser efetuada uma avaliação de necessidades atualizada, pormenorizada e sistémica recorreu-se a inúmeras fontes de dados, designadamente fontes primárias (destinatários das ações, como docentes e pais), fontes secundárias (elementos implicados na gestão das intervenções, como diretores pedagógicos) e fontes documentais (por exemplo, projetos educativos).

Esta avaliação de necessidades focalizou-se em quatro grandes categorias comumente associadas ao desempenho escolar: i) a análise de indicadores do sucesso educativo; ii) a análise dos projetos educativos das diferentes instituições educativas; iii) o estudo das dinâmicas internas da Autarquia na sua relação com as escolas; iv) a análise das ações realizadas pelos parceiros sociais no domínio educativo, nos âmbitos formal, informal e não formal. Procurou-se, deste modo, efetuar um diagnóstico que abarcasse as dimensões estruturais relacionadas com o sucesso educativo, bem como as dimensões macroestruturais relacionadas com a tomada de decisões que afetam as oportunidades proporcionadas em termos educativos.

A análise dos indicadores relativos ao sucesso escolar implicou a utilização de uma metodologia quantitativa, bem como uma análise descritiva e temporal dos mesmos. Recorreu-se ainda à comparação dos indicadores com os valores esperados a nível nacional.

A análise dos projetos educativos implicou a utilização da técnica de análise *swot*. Numa fase de pré-análise foram criadas cinco categorias conceituais para a análise dos documentos: (1) curricular, relacionada com o sucesso escolar e comportamental; (2) organizacional, que consiste na relação entre Departamentos, escolas, avaliação interna/externa; (3) institucional, que abrange a relação com a comunidade educativa, parceiros, pais e encarregados de educação; (4) física, relacionada com equipamentos, edifícios, recursos disponíveis e relação com o meio ecológico; (5) holística, que consiste na avaliação de necessidades e definição de linhas orientadoras e metas a atingir (cf. Anexo I).

A análise por categorias temáticas tenta encontrar um conjunto de significados por meio de indicadores textuais que lhe estão ligados e caracterizar um segmento textual, colocando-o numa das categorias definidas, a partir das significações. Esta técnica apresenta sempre subjacente os julgamentos de quem realiza a análise, sendo portanto uma análise subjetiva sobre uma dada realidade (Caregnato & Mutti, 2006; Moraes, 1999). Este é um dos instrumentos mais importantes na definição de estratégias organizacionais e no

posicionamento estratégico. A análise SWOT, cuja sigla deriva das palavras *strengths*, *weaknesses*, *opportunities* e *threats*, deriva dos trabalhos de Igor Ansoff (1965) e Kenneth Andrews (1971) sobre planificação estratégica empresarial.

Esta grelha de análise permite uma análise organizacional e do contexto envolvente, tendo em conta pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, para que a organização se possa posicionar estrategicamente e definir um plano de ação que parte de um conhecimento sistematizado e aprofundado.

Na elaboração do Projeto Educativo Municipal, de forma a aprofundar o conhecimento acerca do contexto educativo do Concelho, nomeadamente as suas potencialidades e fatores de risco, foram analisados os projetos educativos de diversas instituições educativas do Concelho de Matosinhos. Foram incluídos projetos educativos dos 9 Agrupamentos de Escolas e das 3 Escolas Secundárias do Concelho, de 6 IPSS com valência de Jardim de Infância (de um total de 23), de 4 instituições de Ensino Particular e Cooperativo (de um total de 5), de 3 Escolas Profissionais (de um total de 4) e de 2 Instituições de Ensino Superior (de um total de 3).

A partir da análise de conteúdo dos documentos disponibilizados pelas instituições educativas, foram identificados (a) fatores internos considerados pontos fortes, ou seja, elementos, estruturas, dinâmicas, conhecimentos que potenciam a construção do projeto educativo mais integrado, mais mobilizador e mais eficaz, e pontos fracos, ou seja, tudo o que dificulta a realização dos objetivos do projeto educativo (b) e os fatores externos considerados oportunidades, que podem ajudar na construção e desenvolvimento do projeto educativo, e ameaças, que podem limitar a realização dos objetivos do projeto educativo.

Após a análise de cada projeto educativo foi realizada uma análise de conteúdo das diferentes análises SWOT, emergindo um conjunto de conceitos chave. Estes conceitos foram integrados numa única análise SWOT para cada dimensão concetual.

No que diz respeito à dimensão curricular, os pontos fortes identificados nos projetos educativos foram (1) a existência de uma oferta educativa diversificada, que inclui Cursos CEF, EFA, alfabetização de adultos e PCA (percursos curriculares alternativos); (2) a existência de serviços especializados, tal como psicologia, terapia da fala, serviço social, animação sociocultural ou apoio jurídico; (3) a existência de assessorias a matemática e português; (4) a participação em projetos nacionais e internacionais; (5) a referenciação de crianças e jovens

que apresentam fatores de risco associados a limitações ou incapacidades, o mais precocemente possível; (6) a promoção de uma integração gradual na vida ativa de alunos com NEE, através do plano individual de transição; (7) o desenvolvimento de planos de tutoria para reduzir os episódios de indisciplina; (8) uma maior frequência da Educação Pré-Escolar e (9) a existência de atividades de animação na Educação Pré-Escolar.

Os pontos fracos identificados foram (1) a pouca diversidade de metodologias pedagógicas e de avaliação sistemática por parte dos docentes; (2) a necessidade de melhorar a eficácia dos apoios educativos no sucesso escolar dos alunos; (3) a relativa incapacidade, por parte dos docentes e do apoio educativo, de adaptação de estratégias tendo em conta as características dos alunos; (4) as taxas de insucesso e (5) os problemas de comportamento e indisciplina.

Os fatores externos identificados como oportunidades foram (1) a redução do número de alunos por turma; (2) a assessoria no 1.º, 2.º e 3.º ciclos a matemática e português; (3) a oferta de formação docente e não docente, através do CFAE e (4) a alfabetização e certificação de adultos.

As ameaças exteriores identificadas foram (1) as poucas vivências das crianças, que passam muito tempo na escola; (2) a pouca responsabilização, por parte dos Encarregados de Educação, no sucesso escolar dos alunos, especialmente dos alunos propostos para apoio educativo e (3) a reduzida formação de pessoal não docente.

Relativamente à dimensão organizacional, os pontos fortes identificados nos projetos educativos foram (1) a articulação intra e interdepartamental; (2) a promoção da articulação e sequencialidade entre ciclos e unidades educativas; (3) a ação deliberada na referenciação e apoio a alunos com NEE e dificuldades de aprendizagem; (4) o apoio prestado aos alunos nas transições de ciclos; (5) a referenciação, na Educação Pré-Escolar, de crianças para apoio no 1.º ano; (6) a vigilância de recreios no intervalo, no almoço e no prolongamento por docentes e pessoal auxiliar; (7) a comunicação entre docentes, alunos e encarregados de educação, na transmissão de informação relevante sobre os progressos e dificuldades dos alunos e (8) a existência de momentos de reflexão sobre as estratégias de promoção do sucesso escolar. Os pontos fracos identificados foram (1) o reduzido envolvimento dos pais e encarregados de educação; (2) as dificuldades na gestão das relações entre professores e alunos e entre alunos

e (3) as elevadas percentagens de alunos propostos para apoio educativo e que não usufruem deste apoio.

Os fatores externos identificados como oportunidades foram (1) a realização de visitas e momentos de encontro com diferentes ciclos de ensino; (2) a realização de atividades inter-escolas; (3) a criação de equipas de avaliação; (4) a criação de protocolos com empresas locais para assegurar os estágios dos alunos e (5) a criação de protocolos com instituições de ensino superior para garantir estágios para docentes, tendo como contrapartida apoio científico e técnico. Não foram identificadas ameaças nesta dimensão.

No que concerne a dimensão institucional, os pontos fortes identificados foram (1) as várias parcerias com a Câmara Municipal de Matosinhos, o Projeto Eco-escolas, a Biblioteca Municipal, a CPCJ, a ULS, a APF, a Escola de Segunda Oportunidade, o CFAE, a Universidade Lusófona (relativamente à mediação escolar), a ADEIMA e escolas profissionais; (2) a colaboração com o Projeto “A Ler Vamos...”; (3) a utilização da internet para divulgação da oferta formativa; (5) a realização de visitas de estudo que permitem o contacto das crianças com o meio; (6) a participação em concursos nacionais e internacionais e (7) a dinamização de blogs. Não foram identificados pontos fracos nesta dimensão.

As oportunidades identificadas externamente foram (1) o elevado número de coletividades e elevado associativismo; (2) a existência de atividades económicas relacionadas sobretudo com a indústria, o comércio e os serviços e (3) a proximidade geográfica com instituições do ensino superior, com o porto de Leixões e com o aeroporto. As ameaças externas identificadas foram (1) a proximidades com territórios socialmente desfavorecidos; (2) o facto da maioria dos pais serem beneficiários do RSI, terem pouca escolaridade ou estarem desempregados; (3) a existência de comportamentos sociais de risco como o consumo de droga ou a gravidez adolescente e (4) a falta de ligação em rede entre as bibliotecas escolares e municipais.

Relativamente à dimensão física, foi considerado um ponto forte (1) o bom estado de conservação da maioria dos equipamentos escolares. Foi considerado um ponto fraco (1) o facto de nem todos os alunos terem acesso ao funcionamento pleno das bibliotecas escolares. Como oportunidades foram identificadas (1) a sensibilização de parceiros educativos para o patrocínio de projetos (ex.: painéis solares); (2) a necessidade dos edifícios escolares responderem à oferta formativa e (3) a parceria com entidades de apoio/reparação de

equipamentos (ex. protocolo com a ES João Gonçalves Zarco). Não foram identificadas ameaças relativamente a esta dimensão.

No que diz respeito à dimensão holística, foram identificados como pontos fortes (1) a definição de metas de aprendizagem e comportamentais; (2) a definição de objetivos, indicadores de medida e instrumentos de avaliação; (3) a existência de peritos externos para auxiliar a avaliação do projeto educativo e (4) a comparação dos resultados com médias nacionais e com escolas do Concelho de Matosinhos.

Tendo o Projeto Educativo Municipal como referência metodológica a metodologia da investigação-ação, que favorece a emergência de um pensamento reflexivo a partir da ação e que resulta numa prática reflexiva (Coutinho et. al, 2009), os resultados da análise SWOT foram devolvidos às instituições educativas cujos projetos educativos foram contemplados, constituindo o ponto de partida para a discussão de eixos considerados prioritários para a intervenção e de estratégias para os conseguir alcançar. Através desta partilha contínua entre ação e reflexão, procurou desenvolver-se uma estratégia de formação reflexiva, já que os diferentes intervenientes puderam regular continuamente a sua ação, recolhendo e analisando informação que posteriormente utilizaram no processo de tomada de decisões e de intervenção (Sanches, 2005).

O estudo das dinâmicas internas da Autarquia implicou a construção de um questionário (cf. Anexo II) sobre as iniciativas realizadas com as escolas do Concelho, em que se procurou conhecer o tipo de ação, a necessidade da mesma (solicitada pelas escolas ou proposta pela Autarquia), o público abrangido e a avaliação efetuada. Procedeu-se a uma análise descritiva dos dados (frequências e percentagens).

A análise das ações realizadas pelos parceiros sociais no domínio educativo foi realizada através do recurso ao *focus group*. Esta estratégia foi ainda adotada na devolução das informações recolhidas aos parceiros educativos. A utilização do *focus group* consubstanciou-se no facto de ser um tipo de entrevista em grupo que permite, por um lado, capitalizar a comunicação entre diferentes elementos para criar informação, sendo um meio rápido e conveniente para recolher dados de várias pessoas simultaneamente e, por outro lado, porque permite a utilização da interação entre os intervenientes como aspeto central da recolha de informações (Kitzinger, 1995). Deste modo, procurou-se que os diferentes grupos fossem encorajados a refletir e a explorar os seus conhecimentos e experiências no âmbito da

educação e da promoção do sucesso escolar e ainda analisar as razões subjacentes às suas perceções sobre estas realidades. Cada *focus group* foi planeado e preparado previamente, sendo elaboradas questões abertas e domínios de reflexão (enviados por *email* antecipadamente), permitindo que os participantes explorassem os assuntos de maior interesse, utilizando a sua linguagem e criando as suas próprias questões e prioridades (Kitzinger, 1994). Para além da grelha de análise criada para os agrupamentos de escolas, escolas secundárias, profissionais e IPSS's do Concelho, foi ainda construída uma grelha similar, para ser preenchida pela Federação Concelhia das Associações de Pais de Matosinhos, direcionada para uma reflexão em função do nível ou etapa de ensino (cf. Anexo III).

O cronograma dos *focus groups*, bem como os agentes educativos que participaram nos mesmos, encontram-se descritos na tabela seguinte.

Tabela 1

Calendarização dos Focus Groups

Agentes educativos e parceiros na construção do PEM	Presenças	Data	Hora
AE Irmãos Passos	X	9 de abril 2013	17h30
AE Matosinhos	X		
AE Matosinhos Sul	F		
AE Abel Salazar	X		
AE Senhora da Hora	X		
AE Perafita	X		
AE Lavra	X		
AE Leça Palmeira/Santa cruz do Bispo	X		
AE Padrão da Légua	X		
Escola Secundária Augusto Gomes	X		
Escola Secundária JG Zarco	X		
Escola Secundária Boa Nova	X		
Federação Concelhia das Associações de Pais de Mat.	X		
ABA - Associação Baptista Ágape	X	10 de abril 2013	10h
ASDG – Associação Social e de Desenvolvimento de Guifões	X		
Casa do Povo de Santa Cruz do Bispo	F		
Centro Social de Leça do Balio	X		
Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos	X		
Centro Social e Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto	X		
Externato António Nobre	F		
EFANOR	X		
Colégio Anjos do Saber	F		
Externato Padre Cruz	F		
Colégio Euro-Atlântico	X		

Unidade Local de Saúde de Matosinhos	X		
Divisões da Autarquia: Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico; Promoção da Economia Local e Turismo; Promoção Cívica: Juventude, Voluntariado e Desporto; Serviço Municipal de Proteção Civil; Promoção Cultural e Museus; Gabinete Teatro Constantino Nery; Bibliotecas e Arquivo; Promoção Social e Saúde; Matosinhos Sport	X	17 de abril de 2013	14h
Escola de 2.ª Oportunidade de Matosinhos	F		
Escola de Música Óscar da Silva	X		
Universidades Seniores	F	30 de abril de 2013	10h
ELI – Matosinhos: Equipa Local de Intervenção	X		
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	X		
Forças de segurança	X		
Escola Profissional Alternância	X		
Escola Profissional Ruiz Costa	X		
Escola Profissional EPROMAT	X		
Escola Profissional FOR MAR	F		
ESAD	F	23 de maio 2013	15h
ISCAP	F		
ISSSP	F		
ADEIMA CNO	F		
IEFP	X		
Tecido empresarial: UNICER, JP Sá Couto, Indaqua, EFACEC, Infos, Associação Empresarial do Comércio de Matosinhos	X		
CFAE Matosinhos	X	24 de maio de 2013	10h

Através da avaliação e diagnóstico do contexto, devolução da informação aos agentes educativos e análise conjunta da realidade educativa de Matosinhos foi possível elaborar o Projeto Educativo Municipal, que se materializa neste documento. Procurou-se fundamentar o PEM, bem como descrever os objetivos ou eixos prioritários de intervenção e as estratégias a desenvolver, os recursos a mobilizar na sua implementação, a temporalização das ações e os critérios de avaliação.

Este documento contempla ainda uma reflexão sobre o que é esperado em termos da implementação do projeto, designadamente relacionada com a sua aplicação, com a logística e infraestruturas necessárias e com a coordenação das pessoas implicadas, de forma a permitir a adequação entre o projeto elaborado e a sua execução. Relativamente à avaliação do PEM, foi pensada uma metodologia de avaliação em função dos eixos prioritários de intervenção, de acordo com os quais se prevê adotar uma metodologia mista, recorrendo a análises quantitativas e qualitativas.

II. CONTEXTO E DIAGNÓSTICO

1. Caracterização social, económica e cultural do Município

No âmbito da construção do PEM considerou-se relevante caracterizar o Concelho de Matosinhos, de forma a que o documento pudesse espelhar a realidade atual do Município.

Os sinais mais antigos da presença humana, em Matosinhos, relativamente aos quais foram recolhidos vestígios em vários locais, próximos da costa, nomeadamente na praia da Boa Nova, referem-se ao Paleolítico, julgando-se que a fixação de pessoas se realizou a partir do Neolítico. Destas primeiras comunidades ficaram vestígios de monumentos funerários, as antas, em diversos pontos do Concelho.

É, no entanto, do final da Idade do Bronze que ficaram vestígios mais claros dos primeiros agrupamentos urbanos, de que se destaca, pela sua importância, o Castro de Guifões.

Com os romanos, há dois mil anos atrás, desenvolvem-se as vias de comunicação, de que é exemplo a via romana que une o Porto a Braga. Deste tempo refere-se, também, a construção de pontes, associadas às vias romanas, de que no Concelho é bem representativa a Ponte da Pedra.

Na Idade Média assumiu importância assinalável o Mosteiro de Bouças, povoação que veio a ser sede do primitivo Concelho em meados do século XIX, e o Mosteiro de Leça do Balio, com origem anterior ao século X. O Mosteiro de Leça do Balio, reedificado no século XIV segundo o modelo das igrejas fortalezas, foi, no século XII, a primeira sede em Portugal da Ordem dos Cavaleiros Hospitalários.

A cidade de Matosinhos tem a sua origem numa povoação anterior à fundação da nacionalidade, chamada *Matesinus*, e D. Manuel I concedeu-lhe foral em 1514.

Depois de ter pertencido ao Concelho de Bouças, Matosinhos viu o seu Concelho ser definitivamente criado em 1909, sendo a sua sede elevada a vila em 1583, durante o reinado de D. Maria, e a cidade em 1984.

O Concelho possui uma tripla característica: i) a sua ligação ao mar; ii) uma forte componente urbana; iii) uma, ainda existente, ruralidade.

A sua ligação ao mar, hoje mais importante pelo porto comercial de Leixões e pelas praias, do que pela sua atividade piscatória, é a base da sua formação. Do seu litoral partiram muitos mareantes na época dos descobrimentos. Nas suas praias desembarcou o exército comandado por D. Pedro, que implantou o liberalismo em Portugal.

Em tempos mais recentes, foi criada uma das mais importantes comunidades piscatórias do norte e até do País.

A necessidade de um porto de abrigo, primeiro, e um plano de desenvolvimento económico, depois, levou à construção do porto de Leixões, no final do século XIX. Começou assim uma transformação profunda do aglomerado populacional, com o aparecimento de uma forte indústria de transformação de pescado que, durante muitos anos e de forma muito vinculada, caracterizou o desenvolvimento de Matosinhos.

Nos últimos anos, surge nova fase de transformação do Concelho, com a criação de importantes infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da região. São exemplo disso, a criação do terminal TIR do Freixieiro, como apoio à importante porta de ligação comercial com o resto do mundo que constitui o porto de Leixões, o Aeroporto Dr. Francisco Sá Carneiro e a Exponor (Parque de Exposições e Centro de Congressos).

O Concelho de Matosinhos localiza-se na Região Norte de Portugal, faz parte da NUT¹ III do Grande Porto, pertence ao distrito do Porto e está integrado na nova Grande Área Metropolitana do Porto.

Confronta-se, a Norte, com as freguesias de Labruge e Aveleda, do Concelho de Vila do Conde, a Este, com as freguesias de Vila Nova da Telha, Moreira da Maia, Gueifães, Águas Santas e Pedrouços, do Concelho da Maia e, a Sul, com Paranhos, Ramalde, Aldoar e Nevogilde pertencentes ao Concelho do Porto (cf. Figura 1).

¹ Nomenclatura das unidades territoriais estatísticas. NUT I – Portugal Continental e regiões autónomas; NUT II – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve; NUT III – Alto Trás os Montes, Ave, Cávado, Douro, Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Minho-Lima, Tâmega.

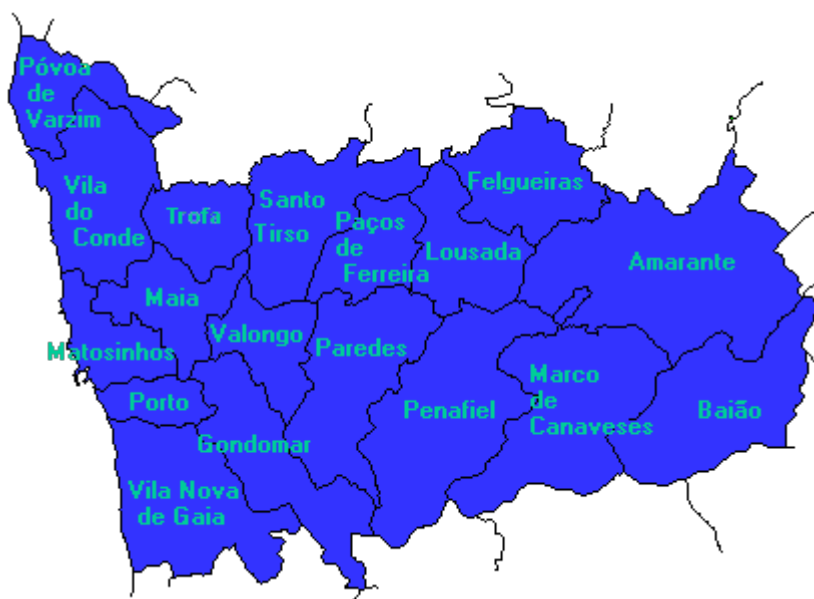


Figura 1. Mapa do distrito do Porto

O Concelho é atravessado por vias de comunicação importantes.

A auto-estrada A28, que liga o Porto a Viana do Castelo e atravessa, em Matosinhos, as freguesias da Senhora da Hora, Matosinhos, Leça da Palmeira, Perafita e Lavra, constitui uma verdadeira espinha dorsal do Concelho (cf. Figura 2).

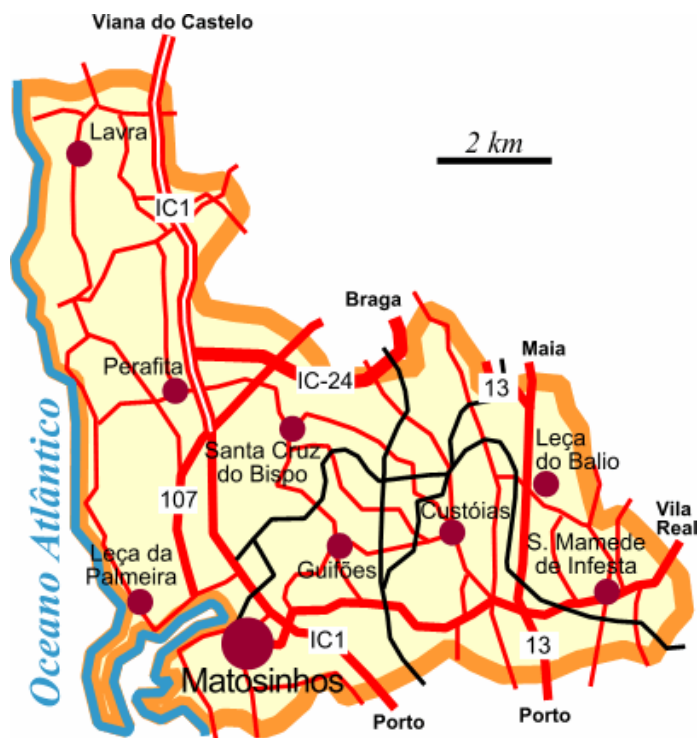


Figura 2. Mapa do Concelho de Matosinhos

De igual modo, o IC24, o IP4 e a EN14, completam uma teia de vias de comunicação que permitem uma fácil circulação de pessoas residentes em Concelhos vizinhos (cf. Figura 3).

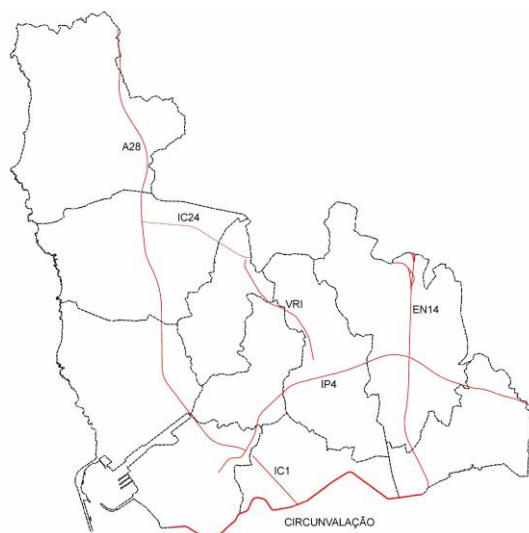


Figura 3. Principais vias de comunicação do Concelho de Matosinhos

A densidade populacional² de Matosinhos, e da região em que se integra, faz com que os seus limites se confundam com os Concelhos que com ele se confrontam.

O Concelho de Matosinhos é composto por 10 freguesias (Custóias, Guifões, Lavra, Leça da Palmeira, Leça do Balio, Matosinhos, Perafita, S. Mamede de Infesta, Santa Cruz do Bispo e Senhora da Hora) que ocupam uma área de 62 km².

O Concelho integra três cidades: Matosinhos, abrangendo as freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora, e quatro vilas: Custóias, Lavra, Leça do Balio, Perafita.

A partir de 2005, Matosinhos passou a integrar a nova Grande Área Metropolitana do Porto, que se estende da Póvoa de Varzim até Espinho e Santa Maria da Feira e do Oceano Atlântico até Arouca.

² Densidade populacional é dada pela relação entre a população e a superfície do território (normalmente em hab/Km²)

1.1. A dinâmica demográfica em território municipal

De acordo com os dados preliminares dos Censos 2011, no Concelho de Matosinhos, habitam 175 478 indivíduos (cf. Tabela 2), tendo-se assistido, na última década, a um aumento da sua população residente, na ordem dos 5% (cf. Tabela 3), superior ao crescimento verificado no Grande Porto (2%) (cf. Tabela 4), testemunhando-se Concelhos com taxas negativas.

Tabela 2

População residente nas freguesias do Concelho de Matosinhos no Concelho de Matosinhos

Freguesias	1981	1991	2001	2011
Custóias	12.302	14.797	18.065	18650
Guifões	8.407	10.925	9.686	9495
Lavra	7.682	8.894	9.408	10033
Leça Balio	13.681	14.329	15.673	17571
Leça Palmeira	15.214	15.605	17.215	18502
Matosinhos	30.471	29.798	28.488	30984
Perafita	10.053	11.340	12.298	13607
Santa Cruz Bispo	6.414	5.538	6.108	5767
S. Mamede Infesta	18.953	20.468	23.542	23122
Senhora Hora	13.321	19.988	26.543	27747
Concelho	136.498	151.682	167.026	175478

No entanto, o crescimento verificado nesta última década é menor relativamente às duas décadas anteriores, nas quais se registaram crescimentos na ordem dos 11% e 10%, respetivamente (cf. Tabela 3). Este abrandamento de crescimento deve-se ao comportamento das taxas de crescimento natural e migratório (cf. gráfico 1), nas quais, nos últimos anos, se observaram dinâmicas de estagnação e de decréscimo.

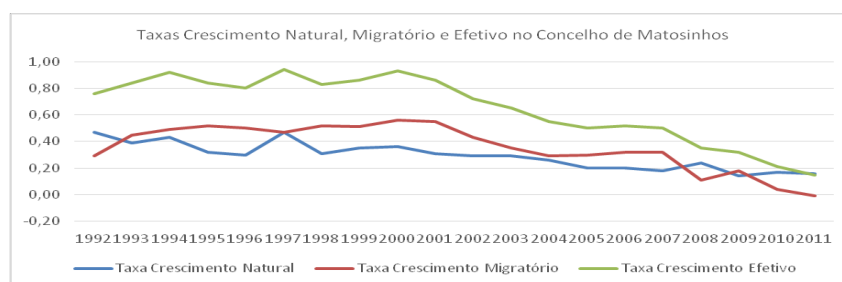


Gráfico 1. Evolução da população no Concelho de Matosinhos

Apesar de, na última década, se ter verificado uma tendência generalizada de decréscimo demográfico natural e migratório, é possível observar que o ligeiro crescimento demográfico registado entre 2006 e 2009 se deve, exclusivamente, a dinâmicas de crescimento natural. Com efeito, desde 2005, o Concelho de Matosinhos tem registado valores negativos de taxas de crescimento migratório, contrariando o fluxo de crescimento significativamente positivo ocorrido na década de 90.

Tabela 3

Taxa de variação da população residente no Concelho de Matosinhos entre 1981 e 2011

Ano	Taxa
1981 – 1991	11,12
1991 - 2001	10,12
2001 – 2011	5,06
1981 – 2011	28,56

A taxa de crescimento efetivo, tem vindo a decrescer, desde 2001. Continuando a ser positiva, (0,15%) é, no entanto a menor taxa registada ao longo do período em análise (1992).

Tabela 4

Taxa de variação de população residente

Local Residência	Taxa
Portugal	1,99
Norte	0,06
Matosinhos	5,06
Porto	-9,71

As Freguesias do Concelho de Matosinhos que se destacam, com ganhos mais expressivos de população foram as de Leça do Balio e Perafita com taxas superiores a 10% (cf. Tabela 5), seguindo-se as de Matosinhos e Leça da Palmeira, com taxas de crescimento na ordem dos 9% e 7%, respetivamente. Freguesias como S. Mamede de Infesta (-1,8%), Guifões (-2%) e Santa Cruz do Bispo (-5,6%) registaram, entre 2001 e 2011, perdas de população.

Tabela 5

Taxa de variação da população residente nas freguesias do Concelho de Matosinhos entre 2001 e 2011

Local Residência	Taxa
Matosinhos	5,06
Custóias	3,24
Guifões	-1,97
Lavra	6,64
Leça do Balio	12,11
Leça da Palmeira	7,48
Matosinhos	8,76
Perafita	10,64
Santa Cruz do Bispo	-5,58
S. Mamede de Infesta	-1,78
Senhora da Hora	4,54

A variação da população residente no Concelho de Matosinhos, por grupos etários, nas últimas décadas, reflete uma tendência de envelhecimento demográfico, acompanhando a dinâmica verificada a nível nacional e do Grande Porto. De facto, a população com idade inferior a 25 anos, regista um crescimento negativo, entre 1991 e 2001, sendo ainda mais evidente, nesta última década. Esta tendência é verificada, também, na maioria das Freguesias do Concelho, entre 2001 e 2011, com exceção de Leça do Balio, Matosinhos e Perafita, com crescimentos de 9%, 4% e 1%, respetivamente, no grupo etário entre os 0 e 14 anos de idade, não se verificando, no entanto, este crescimento no grupo etário dos 15 aos 24 anos de idade, que regista um crescimento negativo, em todas as Freguesias do Concelho (cf. Gráfico 2).

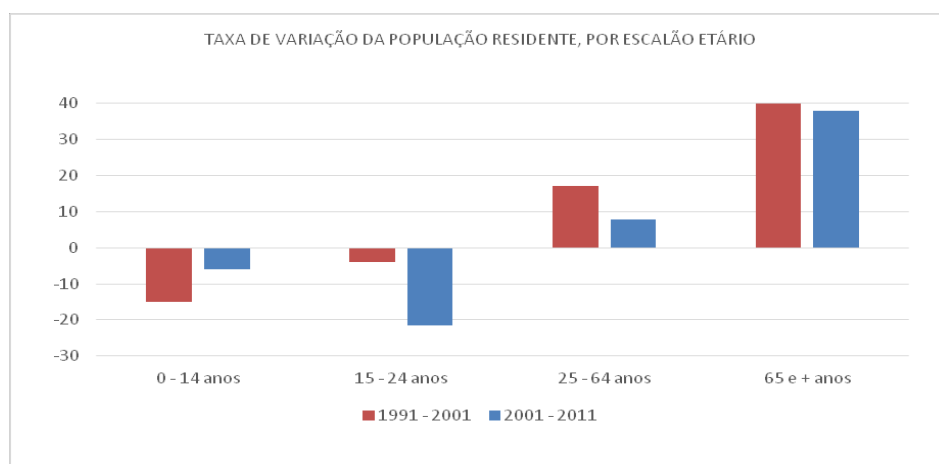


Gráfico 2. Evolução da população residente em Matosinhos por faixa etária

De acordo com a Lei n.º 11/A/2013, publicada no Diário da República n.º19, suplemento, Série I de 2013/01/28, relacionado com a reorganização definitiva de Freguesias, prevê-se que a partir das Eleições Autárquicas de 2013, o Concelho de Matosinhos passe a contemplar apenas 4 Freguesias: i) Leça da Palmeira e Matosinhos (40486 habitantes); ii) S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora (50869 habitantes); iii) Guifões, Leça do Balio e Custóias (45716 habitantes); iv) Santa Cruz do Bispo, Lavra e Perafita (29407 habitantes).

1.2. Desemprego em Matosinhos

Através dos dados fornecidos pelo INE, a análise atual do número de desempregados registados no Concelho de Matosinhos, bem como da taxa de desemprego (cf. Gráfico 3), revelam que embora o desemprego tenha vindo a aumentar nos últimos anos no Concelho, os resultados neste domínio situam-se abaixo do panorama nacional (17,7%).

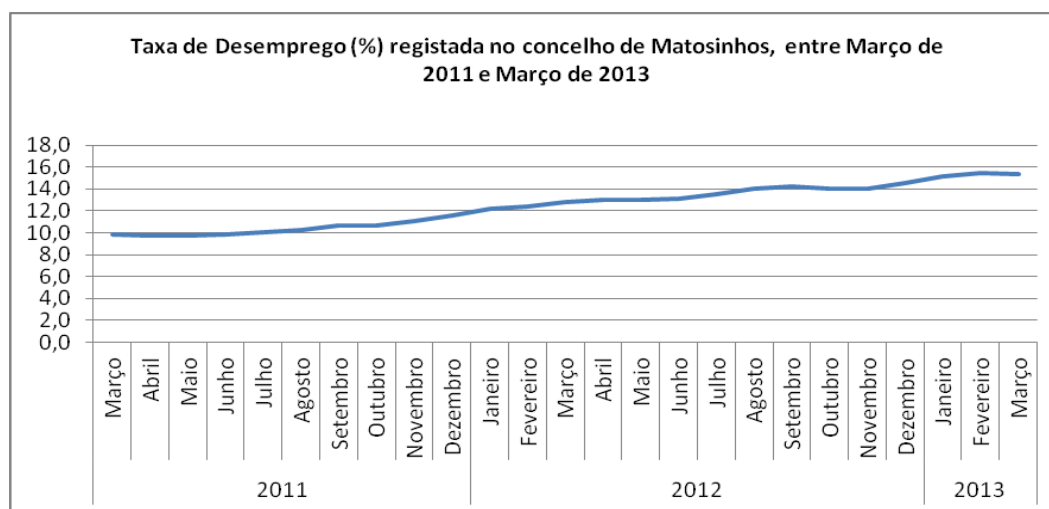


Gráfico 3. Taxa de desemprego em Matosinhos entre 2011 e 2013

Quando se compara a taxa de desemprego entre Concelhos da Área Metropolitana do Porto, constata-se que Matosinhos é o Concelho com uma evolução mais reduzida da taxa de desemprego no último ano, sendo o segundo Concelho que, em março deste ano, apresentava uma taxa mais baixa (cf. Gráfico 4).

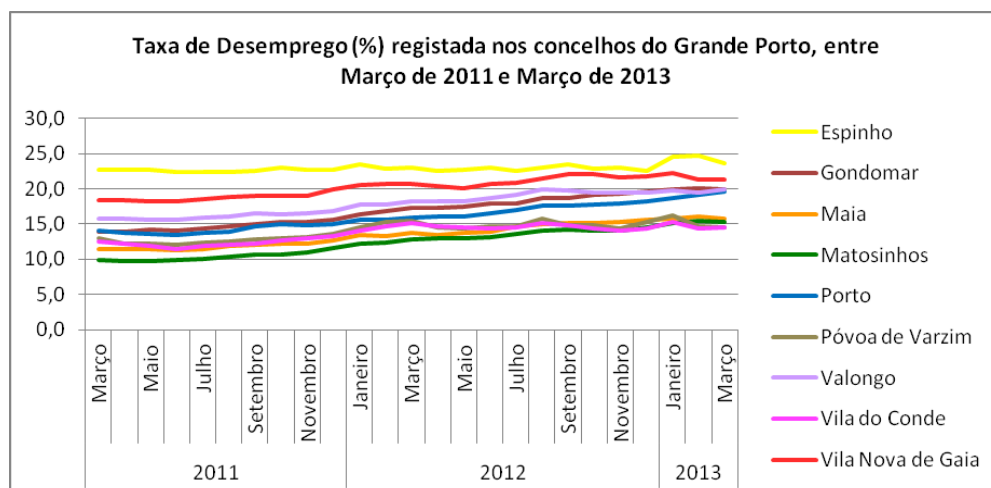


Gráfico 4. Taxa de desemprego nos Concelhos do Grande Porto

1.3. Principais eixos do investimento e da programação cultural da Autarquia de Matosinhos

Desde a década de 80 do século XX que a Autarquia de Matosinhos desenvolve uma intensa política de divulgação e programação cultural, disponibilizando para este setor uma percentagem significativa do seu orçamento, quando comparada com a de outros Municípios da Área Metropolitana do Porto. A aposta na cultura, e numa programação regular, foi entendida desde muito cedo como uma das possibilidades de afirmação de Matosinhos num contexto regional. Vários anos antes de se começar a teorizar (como tem sido particularmente evidentes nestes últimos tempos) a questão e pertinência das “cidades-culturais” ou “cidades-criativas”, a verdade é que esta Autarquia começara já a implementar uma política consciente de que, através desta via, se poderia potencializar também outros setores então igualmente emergentes na dinâmica urbana e social da cidade, de que a restauração é o caso mais paradigmático. É, com efeito, também nesta época que Matosinhos e Leça da Palmeira se começam a converter na “sala de jantar do Porto”. Ora, uma oferta cultural qualificada e diversificada poderia (e deveria) integrar uma estratégia sistémica que incluía forçosamente a restauração e a requalificação urbana (é nesta época que começa igualmente, sob projeto de Siza Vieira, a arrancar a regeneração dos antigos quarteirões fabris que ocupavam praticamente metade da área da cidade, dando origem ao que hoje conhecemos como

Matosinhos Sul, uma das áreas mais procuradas e mais caras, mas também das mais jovens, da Área Metropolitana do Porto).

Matosinhos tem personalidade e características que a definem, que se revelam em cada manifestação. Também a cultura surge como reflexo do pulsar da cidade, construído ao longo da história. A cultura, o património, as instituições culturais são elementos construtores da identidade local, que a definem no exterior e são fonte de orgulho das populações. De igual forma, o património é um valioso instrumento para relatos e visões partilhadas da cidade, onde a atividade cultural é parte do seu êxito porquanto promove qualidade de vida e favorece o reforço da cidadania. Os projetos de grande escala têm um efeito revitalizador e regenerador na vida metropolitana. Surgem igualmente outros que, apesar de menor dimensão, promovem a formação de públicos.

Matosinhos prosseguiu uma política cultural envolvendo uma grande diversidade de expressões artísticas e culturais, contemplando, também, uma programação caracterizada pela coerência e continuidade, resistindo ao “facilitismo” de agendar unicamente grandes espetáculos e/ou nomes famosos em (apenas alguns) momentos chave do ano (nas habituais festas da cidade, por exemplo, que gradualmente foram perdendo os tradicionais “cabeças de cartaz”). Pelo contrário, a prática e a “agenda” cultural passa a pautar-se por uma programação regular e qualificada nas diferentes expressões artísticas de palco (música, teatro, música “erudita”, dança...) além de uma especial atenção, também, às artes plásticas e conferências, numa estratégia de captar mais população, nomeadamente jovem.

Ao longo dos anos, Matosinhos conduziu, com efeito, uma estratégia cultural sem que, para o efeito, estivesse devidamente apetrechada do ponto de vista logístico. Estava, no entanto, consciente que, mais que ter os “espaços” era necessário ter os “públicos”. Por isso, definiu como prioritário o investimento na criação e na fidelização de um público crítico, exigente, que extravasava, e muito, na sua origem, os limites do Concelho.

Com efeito, na procura de captar e fidelizar públicos, através de uma programação intensa, mesmo que desprovida logisticamente de equipamentos, Matosinhos atinge com êxito o plano traçado, apresentando uma programação regular e continuada nas diferentes expressões artísticas e, graças a tal estratégia (como provaram estudos independentes elaborados no seio do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Matosinhos fideliza um público cultural já muito considerável e que,

sintomaticamente, ultrapassa largamente os limites do Concelho. Segundo esse estudo, mais de 60% dos públicos das ofertas culturais de Matosinhos eram exteriores ao Concelho. Tal vinha, igualmente, reforçar a ideia do impacto que a cultura estava a ter como fator de atratividade para a cidade, mas também de que, cada vez mais, a lógica da intervenção no espaço metropolitano não deverá ser o de uma abordagem circunscrita às fronteiras do território concelhio, mas, cada vez mais, uma política e uma programação cultural que tenha em conta, o espaço metropolitano, e propague o impacto em termos nacionais. As novas vias de acesso e a rapidez dos transportes (com destaque para o metro) esbateram, com efeito, as antigas distâncias.

Face ao exposto, percebe-se que a médio prazo começariam a ser prementes espaços culturais qualificados. Por tal motivo, desde os finais do século XX, e em larga medida ultrapassados os problemas estruturais que o Concelho apresentava, Matosinhos procurou promover a construção de tais equipamentos. Caso de uma moderna e exemplar biblioteca municipal de rede pública (a Biblioteca Municipal Florbela Espanca), e uma galeria municipal capaz de expor de um modo conveniente as exposições de artes plásticas que regularmente vai promovendo. São exemplos de sucesso, o LEV - Literatura em Viagem - festival internacional de literatura, que se realiza todos os anos, a pretexto do Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor, reunindo em torno da *literatura de viagens*, importantes escritores e personalidades, provenientes dos quatro cantos do mundo, num encontro que promove o livro, a leitura e o diálogo intercultural, bem como a Festa da Poesia, que presta uma homenagem à poetisa Florbela Espanca e é um projeto que pretende promover a poesia portuguesa e do mundo.

Em 2001, o histórico teatro da cidade - Cine Teatro Municipal Constantino Nery - (inaugurado no início do século XX e há muitos anos em ruínas) foi salvo “in extremis”, dotando a cidade e o Concelho de Matosinhos de uma sala cultural e de espetáculos, capaz de responder às necessidades que se faziam sentir de um modo muito premente face a uma programação contínua e coerente assegurada em espaços “alternativos”.

Matosinhos aposta em diversas áreas estratégicas da programação cultural, tendo como uma das linhas de atuação a preservação e dignificação da memória local, tornando-a presença ativa no imaginário dos matosinhenses, não optando pela mera referência “museológica”. Matosinhos destaca-se, na Área Metropolitana do Porto, pela coerência e

sistematicidade da sua programação cultural, primando pela estruturação de atividades perenes e não apenas pelo espetáculo ou pelos eventos de cariz efémero.

As Casas da Juventude apresentam-se como equipamentos locais de projeção pluridimensional, com o propósito de preparar o desenvolvimento integrado e sustentado dos jovens, com condições sócio-culturais diferenciadas, colocando ao seu dispor os meios que garantam igualdade de oportunidades no acesso à informação, à formação, à animação, à cultura, ao conhecimento, ao entretenimento e ao lazer. Consolidadas numa plataforma com condições específicas, estes equipamentos constituem-se como espaços dinâmicos, aptos a mobilizar e envolver as populações juvenis e seus educadores em projetos e iniciativas culturais.

Os casos mais paradigmáticos que ocorrem recorrentemente em Matosinhos serão o da Feira Medieval de Leça do Balio e o Festival de Jazz de Matosinhos. No entanto, nem por isso se deverá esquecer a programação da música clássica, designadamente o famoso Quarteto de Cordas de Matosinhos (objeto regular das melhores referências da crítica nacional e, por vezes, mesmo internacional) e de teatro no Cine Teatro Municipal Constantino Nery, exposições de arte plástica contemporânea na Galeria Municipal, a programação da Fundacion Gerardo Rueda na antiga Galeria Nave, transformada desde 2011 no Centro de Arte Moderna de Matosinhos, ou algumas das manifestações culturais associadas às tradicionais Festas do Senhor de Matosinhos.

É neste contexto que se integra um conjunto de novas apostas na programação do Concelho, a serem desenvolvidas com a parceria das entidades co-candidatas que possuem um vasto e consolidado *curriculum* nas suas respetivas áreas, que tem vindo a ser firmado ao longo de vários anos e com diversos sucessos alcançados. Graças à sua vasta experiência obtiveram posições de destaque na sua área e reconhecimento dos seus pares, tendo destacado Matosinhos como área de intervenção em diversas áreas artísticas.

Todavia, não só nas artes, Matosinhos se destaca. É um Concelho rico em expressões associativas diversas (grupos de teatro, ranchos folclóricos, associações de defesa de património, grupos corais...), e encontra no seu tecido associativo múltiplas potencialidades para a promoção e dinamização cultural e desportiva.

Atualmente, o Concelho de Matosinhos conta com um vasto leque de coletividades e associações, designadamente com cento e trinta e oito clubes desportivos e cinquenta e

quatro associações culturais. Destas últimas, as áreas de atividade são diversificadas, desde o Teatro (quatro), ao Património (cinco), à Música (onze), ao Folclore (quinze), às Comissões de Festas (treze), entre outras sem designação específica (seis).

2. Rede Escolar, Oferta Formativa e Acessibilidades

A rede escolar, no Concelho de Matosinhos, engloba as diversas tipologias de estabelecimentos de educação e ensino público, privado e cooperativo que desenvolvem a sua atividade englobando a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário, o Ensino Profissional, o Ensino Superior e as Universidades Seniores. Cada um destes estabelecimentos engloba um só ciclo de estudos ou agrega vários, existindo mesmo estabelecimentos de educação e ensino que englobam, na mesma estrutura física, a Educação Pré-Escolar e todo o Ensino Básico (cf. Tabela 6).

Tabela 6

Rede Escolar do Concelho de Matosinhos em 2012/13

Agrupamento/ Escola	Estabelecimento de Educação e Ensino	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Agrupamento de Escolas Irmãos Passos	EB da Lomba	X	X			
	EB de Monte Ramalhão	X	X			
	EB Passos Manuel		X			
	EB Prof. Elvira Valente	X	X			
	EB da Quinta do Vieira	X	X			
	EB de Santiago	X	X			
	EB de Sendim	X	X			
	EB de Custóias			X	X	
	EB Irmãos Passos			X	X	
	Sub-Total	6	7	2	2	0
Agrupamento de Escolas Dr. José Domingues dos Santos	EB da Agudela	X	X			
	EB de Cabanelas	X	X			
	EB da Praia de Angeiras	X	X			
	EB Dr. José Domingues dos Santos			X	X	
	Sub-Total	3	3	1	1	0
Agrupamento de Escolas de Leça da	EB da Amorosa	X	X			
	EB do Corpo Santo		X			

Palmeira/Santa Cruz do Bispo	EB da Viscondessa	X	X			
	EB Nogueira Pinto	X	X			
	EB da Portela	X	X			
	EB da Praia	X	X			
	EB de Leça da Palmeira	X	X	X	X	
	Sub-Total	6	7	1	1	0
Agrupamento de Escolas de Padrão da Légua	EB da Amieira	X	X			
	EB do Araújo	X	X			
	EB de Gondivai	X	X			
	EB do Padrão da Légua	X	X			
	EB de Leça do Balio			X	X	
	ES do Padrão da Légua				X	X
	Sub-Total	4	4	1	2	1
Agrupamento de Escolas de Matosinhos	EB Augusto Gomes	X	X			
	EB Florbela Espanca	X	X			
	EB do Godinho		X			
	EB de Matosinhos	X	X	X	X	
	Sub-Total	3	4	1	1	0
Agrupamento de Escolas Prof. Óscar Lopes	JI de Matosinhos	X				
	EB da Biquinha	X	X			
	EB da Cruz de Pau	X	X			
	EB Prof. Óscar Lopes			X	X	
	Sub-Total	3	2	1	1	0
Agrupamento de Escolas de Perafita	EB n.º 2 de Perafita	X	X			
	EB das Ribeiras	X	X			
	EB de Perafita			X	X	
	Sub-Total	2	2	1	1	0
Agrupamento de Escolas Abel Salazar	EB da Asprela		X			
	EB da Ermida	X	X			
	EB Padre Manuel Castro	X	X			
	EB da Igreja Velha		X			
	EB Maria Manuela de Sá			X	X	
	ES Abel Salazar				X	X
	Sub-Total	2	4	1	2	1
Agrupamento de Escolas da Senhora da Hora	EB da Barranha	X	X	X		
	EB dos Quatro Caminhos	X	X			
	EB da Quinta de S. Gens	X	X			
	EB da Senhora da Hora			X	X	
	ES da Senhora da Hora				X	X
	Sub-Total	3	3	2	2	1
ES da Boa Nova					X	X
ES Augusto Gomes					X	X
ES João Gonçalves Zarco					X	X
Total		32	36	11	16	6

A rede escolar pública organiza-se em Agrupamentos Escolares que abarcam os vários níveis de ensino, existindo apenas três Escolas Secundárias não agrupadas e um Instituto Superior (cf. Tabela 7).

Tabela 7

Distribuição dos alunos em função da etapa de Ensino e a Oferta Formativa no ano letivo 2011/12

Níveis de Educação, Formação e Aprendizagem			Rede			Total
			Pública	Solidária	Privada	
Educação Pré-Escolar			1872	1727	869	4468
Ensino Básico	1º Ciclo		5834	217	524	6575
	2º Ciclo		3494	0	59	3553
	3º Ciclo		4886	0	49	4935
Ensino Secundário	Cursos Científico-Humanísticos		2691	0	35	2726
	Cursos Profissionais		941	0	-	941
Educação e Formação de Jovens e Adultos	Cursos de Educação e Formação	Básico	370	0	-	370
		Secundário	56	0	-	56
	Educação e Formação de Adultos	Básico	119	0	0	119
		Secundário	244	0	0	244
	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Básico	Sem dados			
		Secundário	Sem dados			
Ensino Superior			3819	0	1327	5146
Total			24326	1944	2863	29133

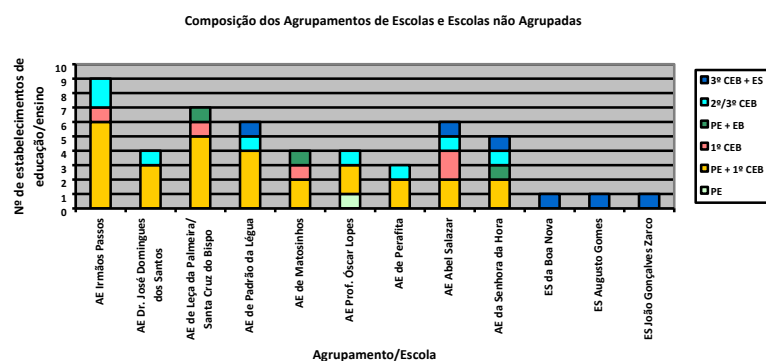


Gráfico 5. Composição dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas em 2012/13

Entre os anos letivos 2009/10 e 2011/12, o número total de crianças e alunos a frequentar o ensino regular nestes estabelecimentos de educação e ensino aumentou cerca de 1,9 %, correspondendo a um aumento de 358 crianças e alunos.

Tabela 8

Total de crianças e alunos a frequentar o Ensino Regular

Nível de ensino		2009/10	2010/11	2011/12
Pré-Escolar		1573	1691	1872
Ensino Básico	1º CEB	6053	5867	5834
	2º CEB	3489	3497	3494
	3º CEB	4602	4560	4886
Ensino Secundário		2702	2600	2691
Total		18419	18215	18777

Globalmente, verifica-se um acréscimo da população escolar (cf. Gráfico 6). Na base deste crescimento está, provavelmente, o aumento da oferta pública na Educação Pré-Escolar.

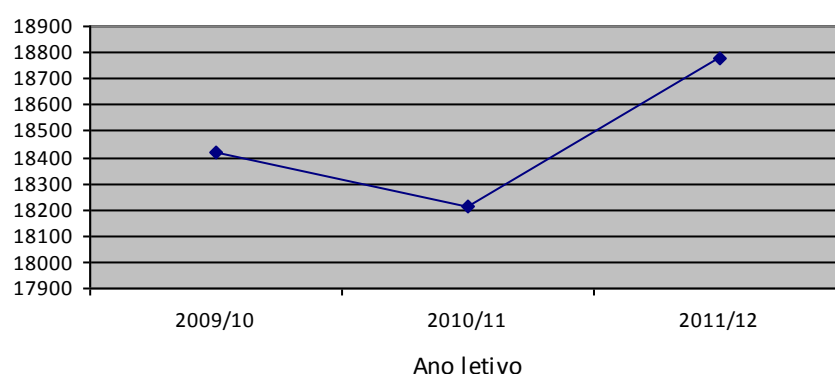


Gráfico 6. Evolução do número de crianças e alunos matriculados em função do ano letivo

2.1. Educação Pré-Escolar

No ano letivo de 2011/12, a Educação Pré-Escolar do Concelho de Matosinhos era suportada por uma rede de equipamentos públicos, uma rede de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e uma rede Privada.

Tabela 9

Rede de Educação Pré-Escolar em Matosinhos

Rede	Nº de JI's	Nº de salas	Frequência			
			3 anos	4 anos	5 anos	Total
Pública	32	81	431	659	782	1872
IPSS	24	78	617	582	528	1727
Privada	31	61	310	282	277	869
Total	87	220	1358	1523	1587	4468

Com um maior número de estabelecimentos de educação a funcionar no Concelho, a rede pública foi a que concentrou, em 2011/12, o maior número de salas e o maior número de crianças inscritas (cf. Gráfico 7).

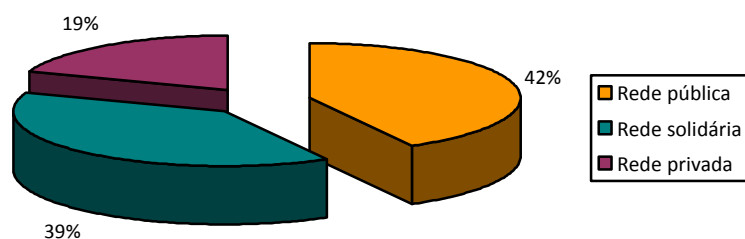


Gráfico 7. Distribuição das crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar em Matosinhos

Em 2009/10 o número total de crianças a frequentar a Educação Pré-Escolar pública do Concelho era de 1573. Pela análise do gráfico seguinte, podemos verificar a evolução do

número de crianças inscritas entre 2009/10 e 2011/12, assistindo à frequência de 1872 crianças em 2011/12.

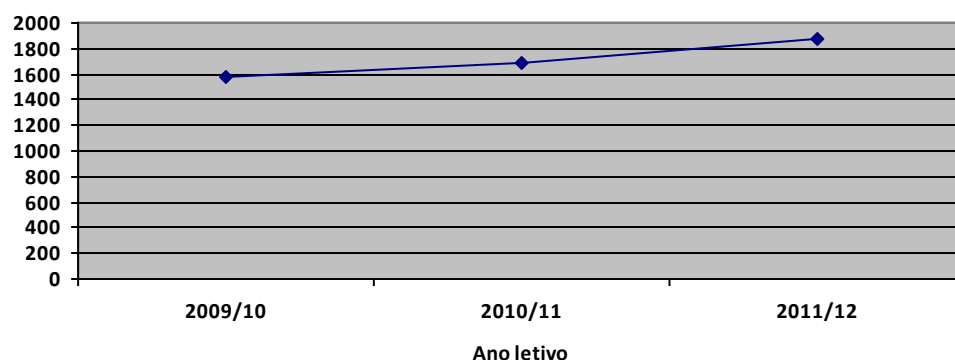


Gráfico 8. Evolução das crianças que frequentam a rede pública da Educação Pré-Escolar

Contrariamente à evolução demográfica, o número de crianças inscritas tem vindo a aumentar, facto que se justifica, como já foi referido, pelo aumento da oferta pública, que contou com um aumento de 14 salas a funcionar no Concelho no ano letivo 2011/12, relativamente a 2009/10 (cf. Gráfico 9).

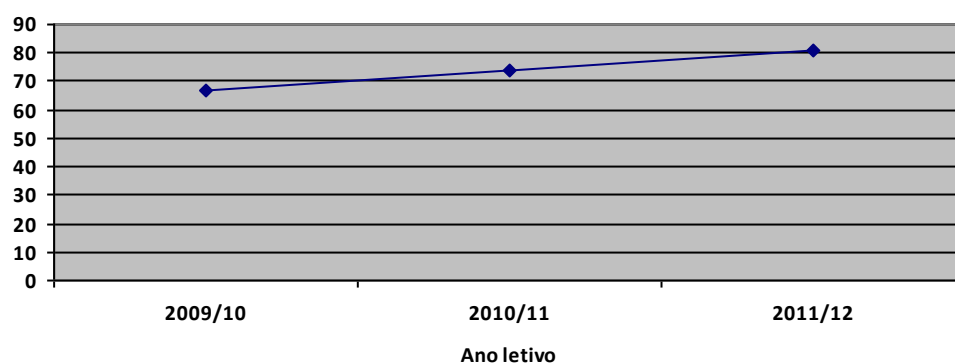


Gráfico 9. Evolução do número de salas da rede pública de Educação Pré-Escolar

Em 2011/12, a Educação Pré-Escolar registou um acréscimo na ordem dos 10,8% do número de crianças inscritas, face a 2009/10. Esta dinâmica de crescimento da oferta pública

parece relacionar-se com o assumir de uma política de Educação Pré-Escolar para todas as crianças (cf. Tabela 10).

Tabela 10

Variação do número de crianças da Educação Pré-Escolar, por rede institucional, entre 2009/10 e 2011/12

Rede	Total de crianças			Variação 2009/10-2011/12	
	2009/10	2010/11	2011/12	Nº	%
Pública	1573	1691	1872	+299	19,0%
Solidária	1751	1822	1727	-24	-1,4%
Privada	707	652	869	+162	22,9%
Total	4031	4165	4468	+437	10,8%

No ano letivo 2011/12, das crianças a frequentar a Educação Pré-Escolar, 86,8 % residiam no Concelho de Matosinhos, registando-se um total de 199 crianças com residência fora do Concelho, sendo o maior número de não residentes provenientes do Concelho da Maia, estando as restantes distribuídas pelos Concelhos de Famalicão, Gondomar, Penafiel, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia (cf. Tabela 11).

Tabela 11

Concelho de residência das crianças em função da rede de oferta educativa

Rede	Concelho de residência	
	Matosinhos	Outros
Pública	1790	82
Solidária	1416	311
Privada	670	199
Total	3876	592

2.2. Ensino Básico

À semelhança do que acontece na rede de equipamentos da Educação Pré-Escolar, a rede escolar do Ensino Básico³, no Concelho de Matosinhos, é composta por equipamentos das redes pública, solidária e privada.

No ano letivo 2011/12 encontravam-se a frequentar o Ensino Básico um total de 15063 alunos.

Tabela 12

Distribuição dos alunos que frequentam o Ensino Básico

Rede	1º CEB			2º CEB			3º CEB			Ensino Básico	
	Nº de escolas	Nº de turmas	Nº de alunos	Nº de escolas	Nº de turmas	Nº de alunos	Nº de escolas	Nº de turmas	Nº de alunos	Nº de turmas	Nº de alunos
Pública	36	269	5834	11	148	3494	16	210	4886	627	14214
IPSS	1	8	217	0	0	0	0	0	0	8	217
Privada*	8	32	524	3	9	59	2	5	49	46	632
Total	45	309	6575	14	157	3553	18	215	4935	681	15063

* Embora no número de escolas esteja contabilizado o Externato S. João Bosco, que engloba todo o Ensino Básico, os dados relativos ao nº de turmas e nº de alunos não contemplam este estabelecimento, por não ter disponibilizado dados.

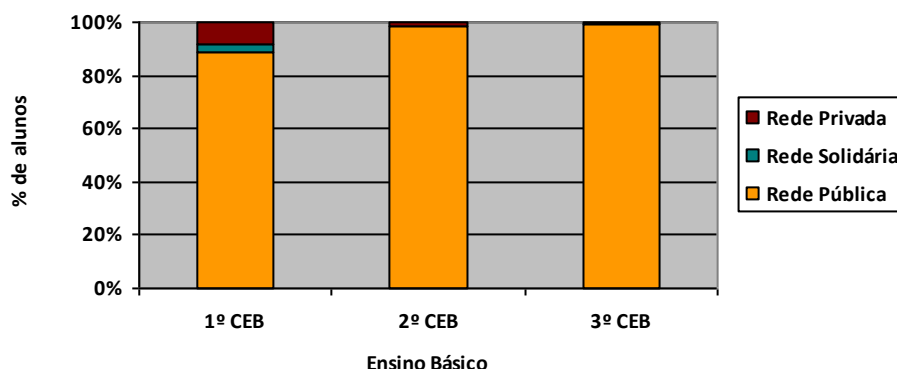


Gráfico 10. Distribuição dos alunos por ciclo e rede institucional

³ Salvaguarda-se que o termo aqui referido como “Ensino Básico” não contempla os Cursos de Educação e Formação.

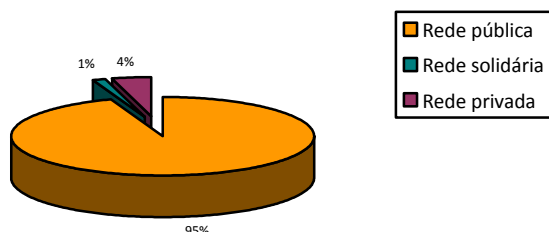


Gráfico 11. Número de alunos em função da rede institucional do Ensino Básico

Com um número de estabelecimentos de ensino, muito superior ao que contam as redes solidária e privada, a rede pública abrange em larga escala o maior número de turmas e de alunos a frequentar o Ensino Básico, compreendendo uma percentagem de 95% de alunos inscritos.

Tabela 13

Variação do número de alunos do Ensino Básico, por rede institucional, entre 2009/10 e 2011/12

Rede	Total de alunos		Variação 2010/11-2011/12	
	2010/11	2011/12	Nº	%
Pública	13924	14214	+290	2,1%
Solidária	219	217	-2	-0,9%
Privada	594	632	+38	6,4%
Total	14737	15063	+326	2,2%

Em 2011/12, o número de alunos a frequentar o Ensino Básico registou uma evolução positiva na ordem dos 2,2%, face a 2010/11.

2.3. Ensino Secundário

No que respeita especificamente aos Cursos Científico-Humanísticos do Ensino Secundário⁴, no ano letivo 2011/12 encontravam-se a frequentar este nível de ensino, um total de 2726 alunos, em seis estabelecimentos de ensino públicos e num privado (cf. Tabela 14).

Tabela 14

Distribuição dos alunos no Ensino Secundário

Rede	Ensino Secundário	
	Nº de escolas	Nº de alunos
Pública	6	2691
Privada	1	35
Total	7	2726

Não se verifica uma variação muito significativa no número total de alunos do Ensino Secundário, entre 2009/10 e 2011/12.

Tabela 15

Evolução dos alunos na rede pública, no Ensino Secundário

Rede	Total de alunos			Variação 2009/10-2011/12	
	2009/10	2010/11	2011/12	Nº	%
Pública	2702	2600	2691	-11	-0,4%

Analisando as frequências por ano de escolaridade, apenas no 10º ano se verifica um aumento do número de alunos.

⁴ Salvaguarda-se que o termo aqui referido como “Ensino Secundário” não contempla os Cursos Profissionais.

Tabela 16

Distribuição dos alunos em função do ano escolaridade

Ano de escolaridade	Total de alunos			Variação 2009/10-2011/12	
	2009/10	2010/11	2011/12	Nº	%
10º ano	1022	1063	1041	+19	+1,9%
11º ano	915	769	912	-3	-0,3%
12º ano	765	768	738	-27	-3,5%
Total	2702	2600	2691	-11	-0,4%

2.4. Oferta formativa: Cursos de Educação e Formação de Adultos, Cursos de Educação e Formação e Cursos Profissionais

A Câmara Municipal de Matosinhos tem vindo a fomentar, numa perspetiva de articulação, cooperação e complementaridade, a construção e a dinamização de uma Rede de oferta formativa diversificada e adaptada ao seu contexto. É a partir deste esforço conjunto, entre a Autarquia, as escolas e o tecido empresarial, que se passam a apresentar alguns dados dos últimos três anos da oferta formativa do Concelho.

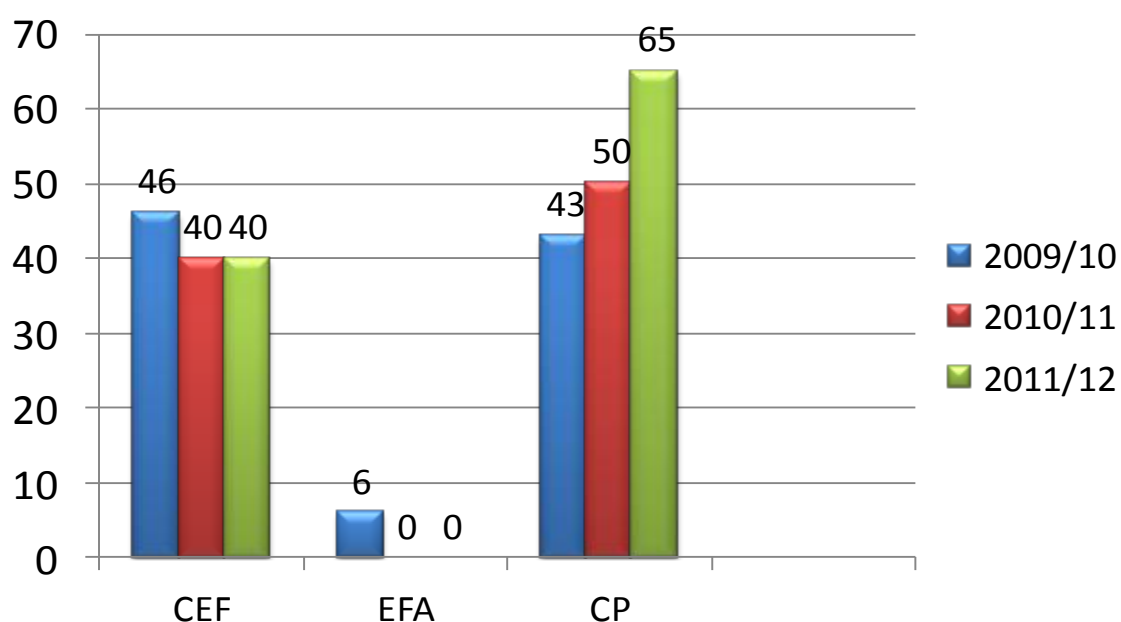


Gráfico 12. Evolução da oferta formativa entre 2009/10 e 2011/12

Antes de mais importa clarificar o significado das siglas CEF, EFA e CP. Em traços gerais, os Cursos CEF, Cursos de Educação e Formação destinam-se a jovens com idade superior a 15 anos que não concluíram o 3.º ciclo do Ensino Básico ou o 12.º ano de escolaridade e que o podem fazer através de um percurso flexível, concretizando um projeto profissional, sem prejuízo do prosseguimento de estudos. Os Cursos EFA, Cursos de Educação e Formação de Adultos, são uma oferta integrada de educação e formação para públicos adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, que possuam baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional. Os Cursos CP, Cursos Profissionais, são cursos conducentes a uma qualificação profissional que facilitam o ingresso no mercado de trabalho e simultaneamente garantem uma habilitação escolar, de nível secundário, que permite o prosseguimento de estudos.

Através da análise do gráfico 12 podemos afirmar que os Cursos CEF se têm mantido, nos três anos letivos, de forma equivalente. Ocorreu uma franca aposta na oferta dos Cursos Profissionais e os Cursos EFA deixaram de ter expressão significativa na oferta formativa do Concelho. Com o crescimento significativo da Iniciativa Novas Oportunidades, em 2009, os encargos assumidos na Educação de Adultos passaram a estar a cargo dos Centros de Novas Oportunidades, como uma das modalidades de educação e formação, de dupla certificação (escolar e profissional), ou uma certificação apenas escolar ou apenas profissional.

No que concerne à certificação profissional, os seis Cursos EFA, em 2009/10, dividiam-se em três áreas, Logística e Armazenamento (setor dos Serviços), Apoio Familiar e à Comunidade (setor dos Serviços Sociais) e Sistemas Informáticos (setor das Telecomunicações).

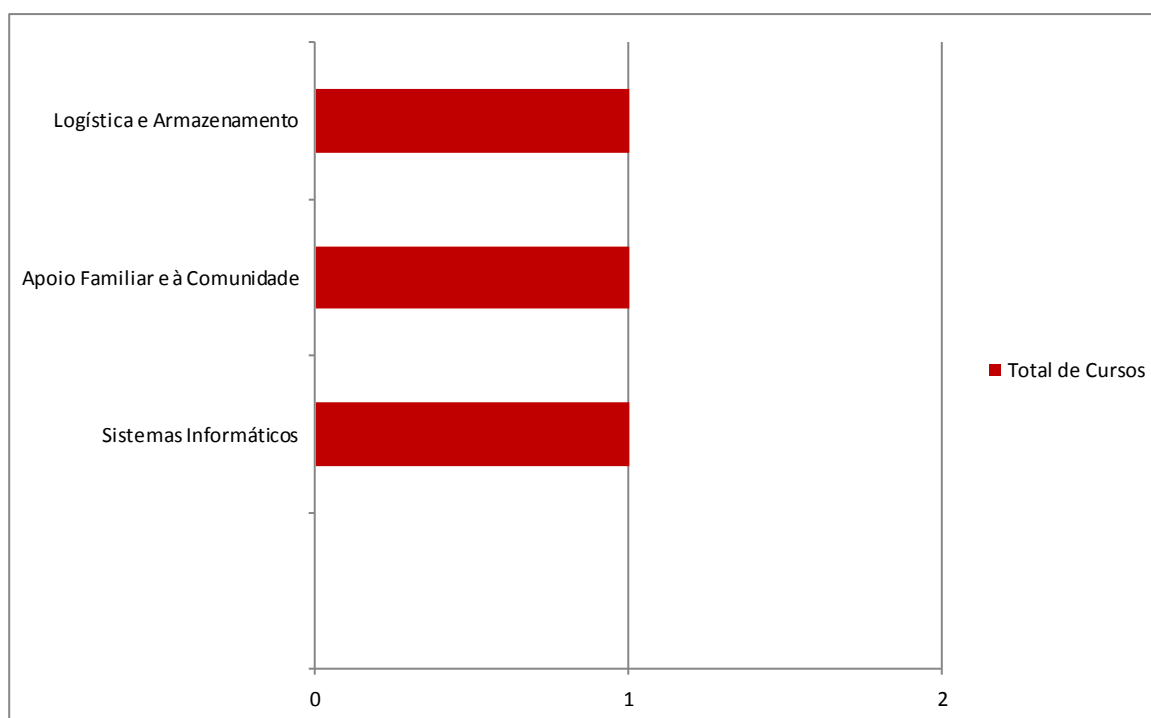


Gráfico 13. Distribuição dos Cursos EFA por áreas formativas

Dado que os Cursos EFA se organizam em percursos de formação, definidos a partir de um diagnóstico inicial avaliativo, efetuado pela entidade formadora do Curso EFA, ou de um processo de Reconhecimento e Validação das Competências que o adulto foi adquirindo ao longo da vida, as áreas supra mencionadas, foram as áreas chave que permitiram aos adultos descobrir as suas potencialidades pessoais e profissionais, contribuindo para a (re) construção do seu projeto de vida.

Os adultos que concluíram o Ensino Básico ou Secundário, através de um curso EFA, e que pretendam prosseguir estudos, estão sujeitos aos respetivos requisitos de acesso das diferentes modalidades de formação. A certificação escolar resultante de um curso EFA, de nível básico, permite o prosseguimento de estudos através de um curso EFA de nível secundário ou o ingresso num processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, com vista à obtenção de uma qualificação de nível secundário. A certificação escolar de nível secundário permite o prosseguimento de estudos através de um Cursos de Especialização Tecnológica ou de um Curso de Nível Superior, mediante as condições definidas na Deliberação n.º 1650/2008, de 13 de junho, da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino

Superior, ou nos termos do Decreto-Lei n.º 64/2003, de 21 de março (acesso ao ensino superior por maiores de 23 anos).

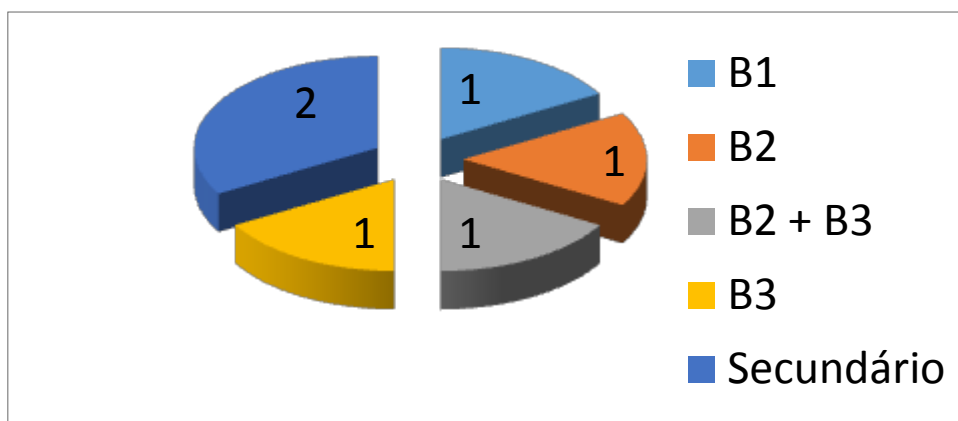


Gráfico 14. Cursos EFA por nível de certificação no ano letivo 2009/10

Importa ainda referenciar que o nível B1 se destina a adultos que ainda não possuem o 1.º CEB, o nível B2 a adultos que tenham apenas o 1.º CEB e o nível 1 de qualificação do quadro de nacional de qualificações, o nível B2 + B3 a adultos que já detenham o 1.º CEB e o nível 2 de qualificação do quadro nacional de qualificações, o nível B3 destina-se a adultos que detenham o 2º CEB e o nível secundário a adultos que pretendam concluir o Ensino Secundário.

No que diz respeito aos Cursos de Educação e Formação (CEF), em 2009/10, as ofertas formativas eram distribuídas de acordo com as áreas sub mencionadas (cf. Gráfico 15).

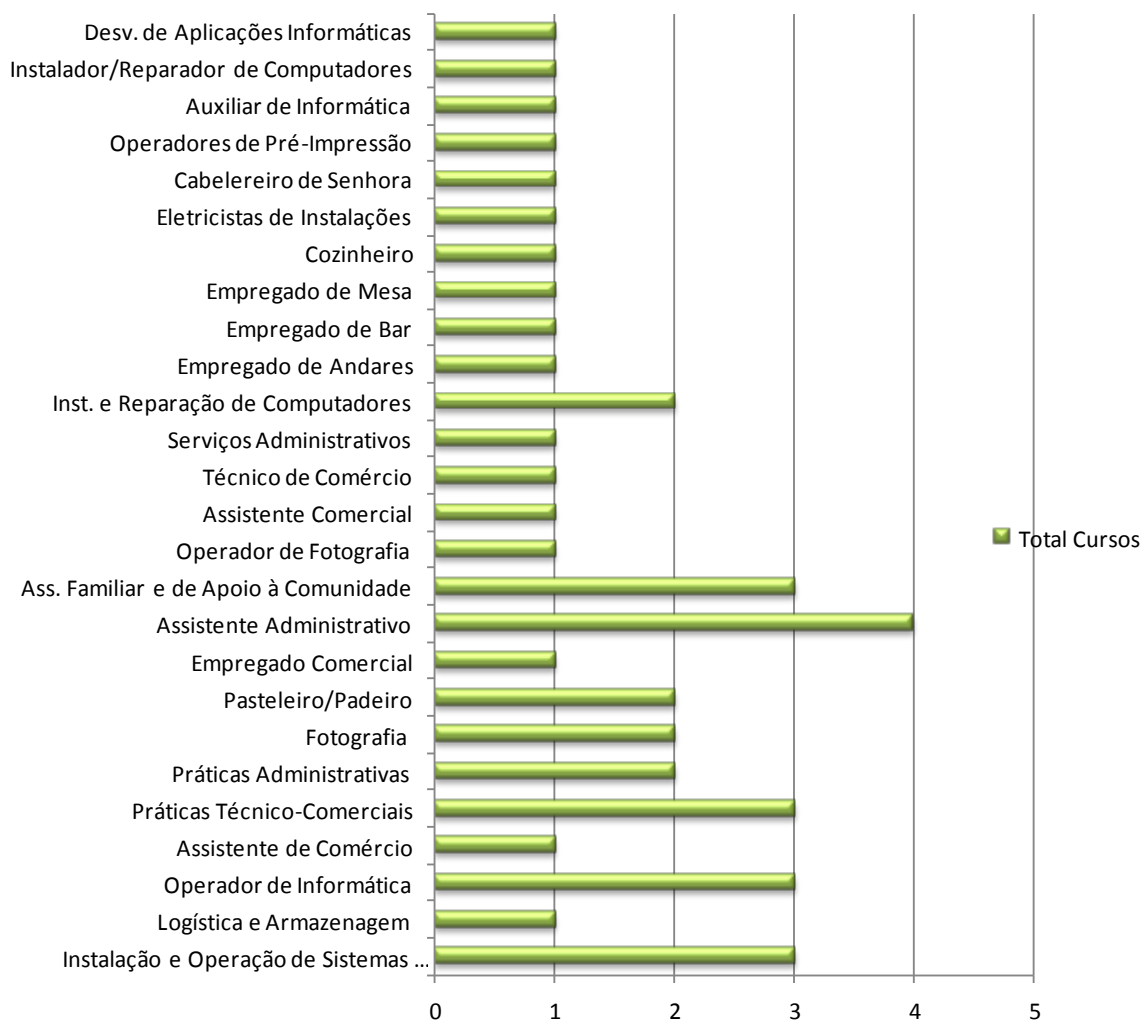


Gráfico 15. Cursos de Educação e Formação ministrados em Matosinhos no ano letivo 2009/10

De acordo com o Catálogo Nacional das Qualificações e com os perfis, vocações e interesses, tentou-se identificar a oferta formativa mais adequada a estes jovens. Em Matosinhos há um grande enfoque nos Cursos CEF de Práticas Administrativas, Práticas Comerciais e Instalação e Operação de Sistemas Informáticos. Em 2010/11, (cf. Gráfico 16) a oferta mantém-se semelhante à do ano letivo transato. Podemos inferir que os Cursos CEF, em vigor, parecem corresponder às expectativas dos formandos, o que se poderá traduzir em percursos formativos satisfatórios.

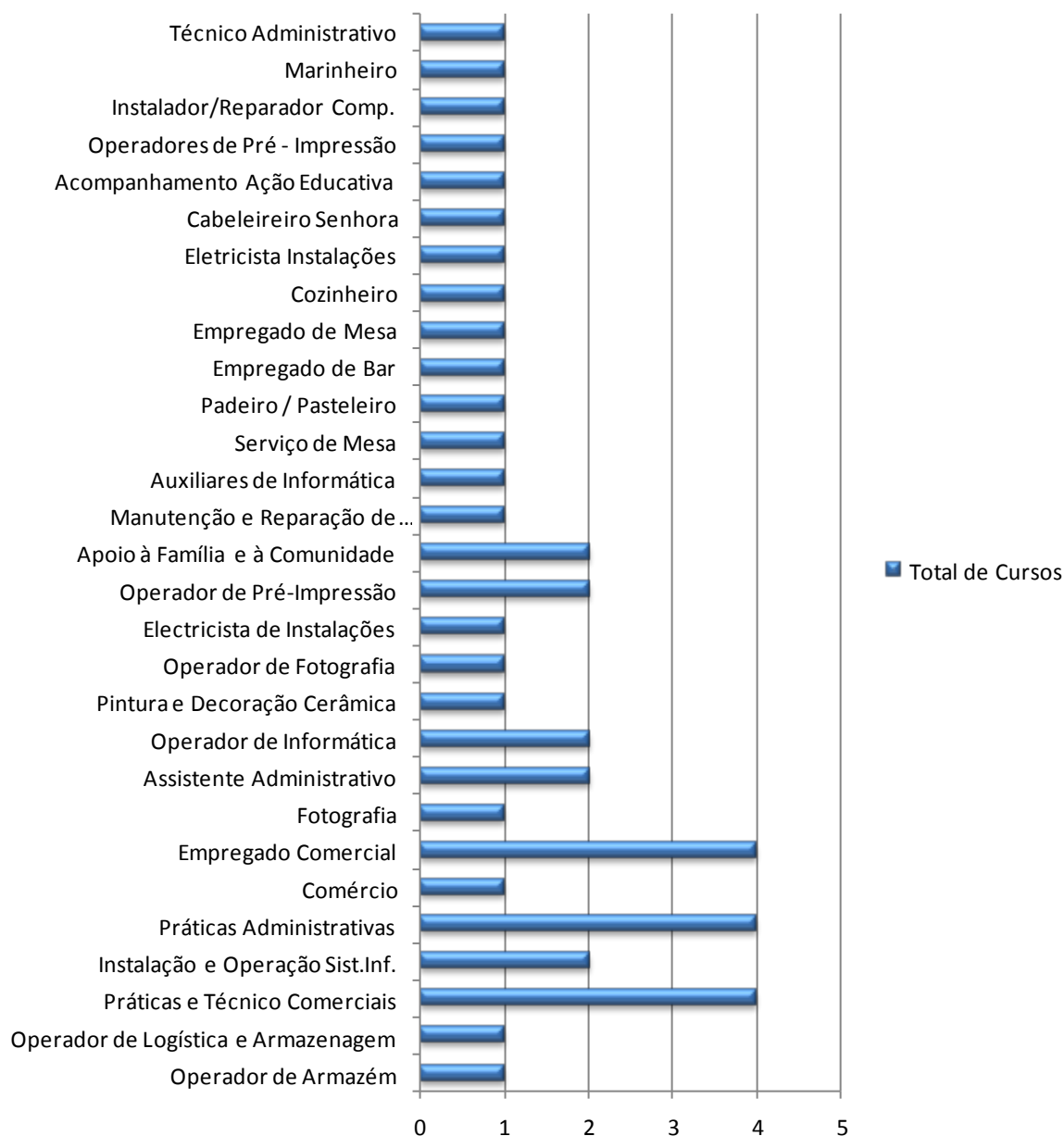


Gráfico 16. Cursos de Educação e Formação ministrados em Matosinhos no ano letivo 2010/11

Em 2011/12, (cf. Gráfico 17) há uma continuidade na oferta nas áreas da Informática, Comércio e Práticas Administrativas. Através da componente prática e tecnológica, estes formandos adquirem competências técnicas específicas, possibilitando assim uma melhor adequação das respostas formativas às necessidades do mercado de trabalho. O estágio, possibilitado por estes cursos, constitui-se como um excelente meio de aprendizagem e uma gratificante experiência de sucesso, facilitando uma visão real do mundo do trabalho e a possibilidade de integração no mesmo, não desprezando a possibilidade de prosseguir os estudos.

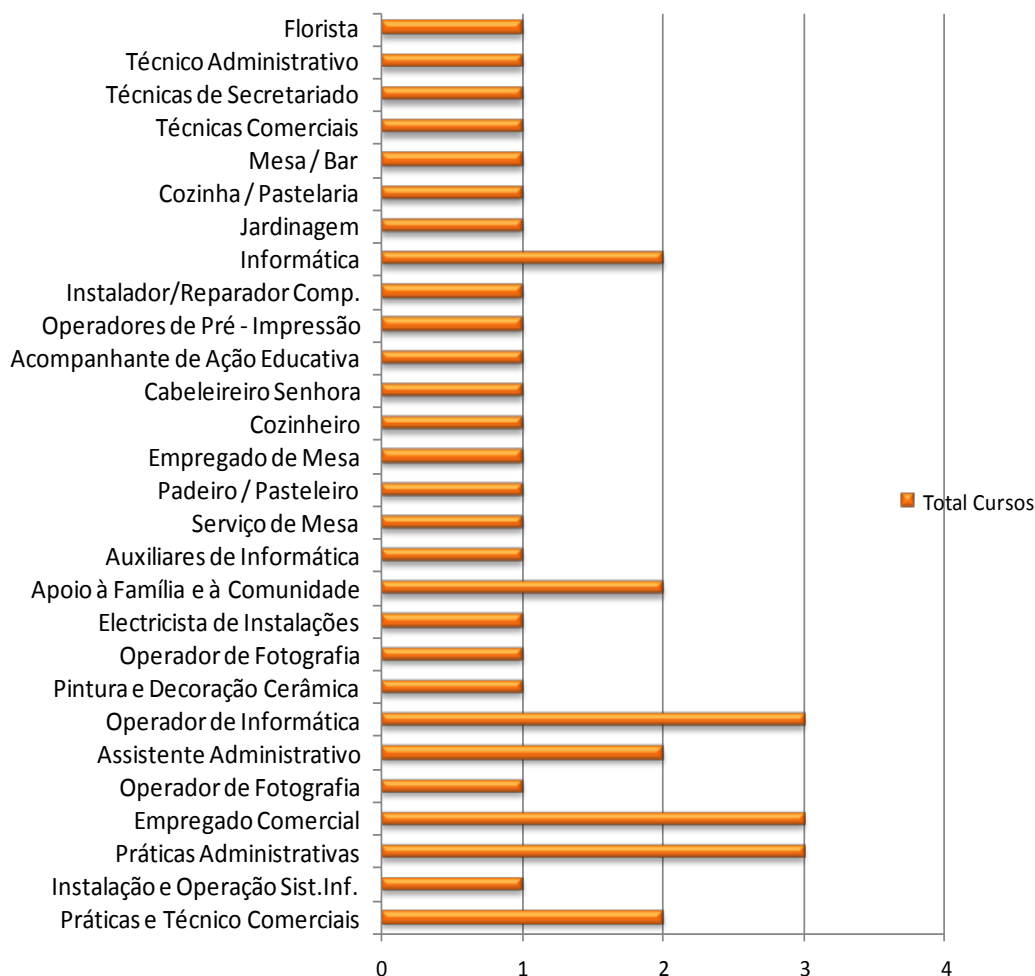


Gráfico 17. Cursos de Educação e Formação ministrados em Matosinhos no ano letivo 2011/12

Para a análise dos Cursos Profissionais analisou-se o ensino ministrado em escolas públicas, básicas e secundárias, e em escolas profissionais privadas com homologação do Ministério da Educação e do Instituto de Formação Profissional. Deve considerar-se a importância do contributo destes cursos para o incremento da oferta educativa de nível profissionalizante do Concelho e, consequentemente, para o aumento dos níveis de escolarização do Concelho.

Nesta categoria enquadram-se quatro estabelecimentos de ensino profissional privados, com homologação do Ministério da Educação e do Instituto de Formação Profissional:

- Escola Profissional Ruiz Costa, com o objetivo central do ensino profissional na área da Informática e Gestão de Sistemas;
- Escola Profissional Alternância, cuja vocação formativa se dirige ao setor económico e profissional da Restauração;
- EPROMAT – Escola Edmundo Ferreira, escola que tem vindo a desenvolver uma estratégia de diversificação formativa, nomeadamente nas áreas de *Marketing*, Multimédia, Vitrinismo, Turismo e Higiene e Segurança no Trabalho;
- FOR-MAR – Centro de Formação Profissional, com uma oferta formativa diversificada nas áreas Marítima, Aquacultura, Construção e Reparação Naval e Transformação do Pescado.

No ano letivo 2009/10 (cf. Gráfico 18) as áreas da Informática, Turismo, Multimédia e a Animação Sociocultural eram as áreas privilegiadas. Considerando, não só, as expetativas iniciais dos formandos mas também a importância da articulação com as diversas instituições que atuam no contexto local, neste caso concreto, nas instituições de Matosinhos e na realidade matosinhense, é possível inferir que, a aposta no Turismo e na Animação se consubstancia na partilha de recursos já existentes no Concelho. Esta partilha afigura-se benéfica para a sustentabilidade dos diferentes projetos de formação.

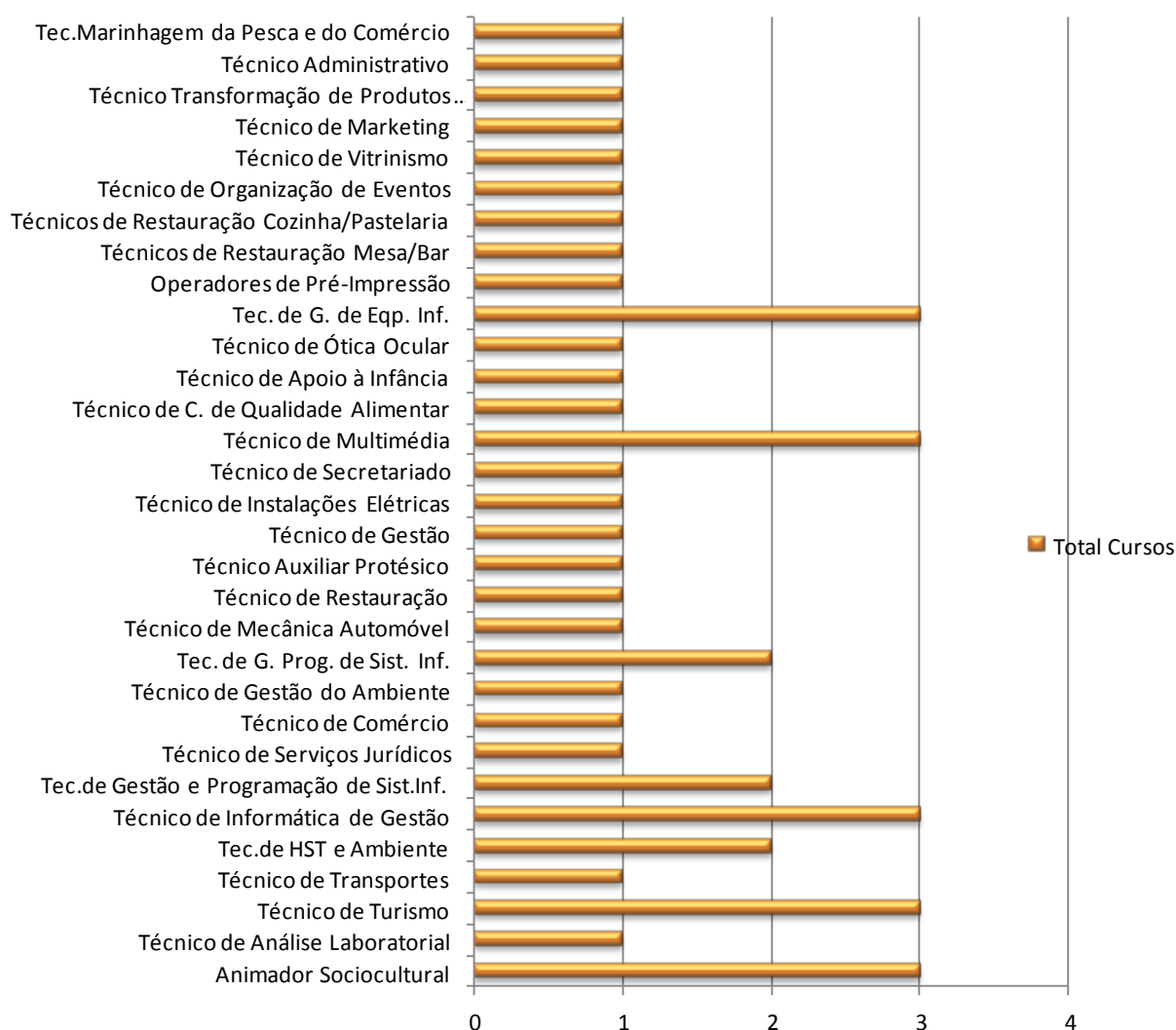


Gráfico 18. Cursos Profissionais ministrados em Matosinhos no ano letivo 2009/10

A realização de estágios enquadrados nas diversas instituições do Concelho, constitui-se como um bom exemplo de como o trabalho com a comunidade e recursos locais pode contribuir para o sucesso das iniciativas de formação e para o próprio desenvolvimento local.

No ano letivo 2010/11 as ofertas formativas foram semelhantes, como podemos analisar no gráfico 19.

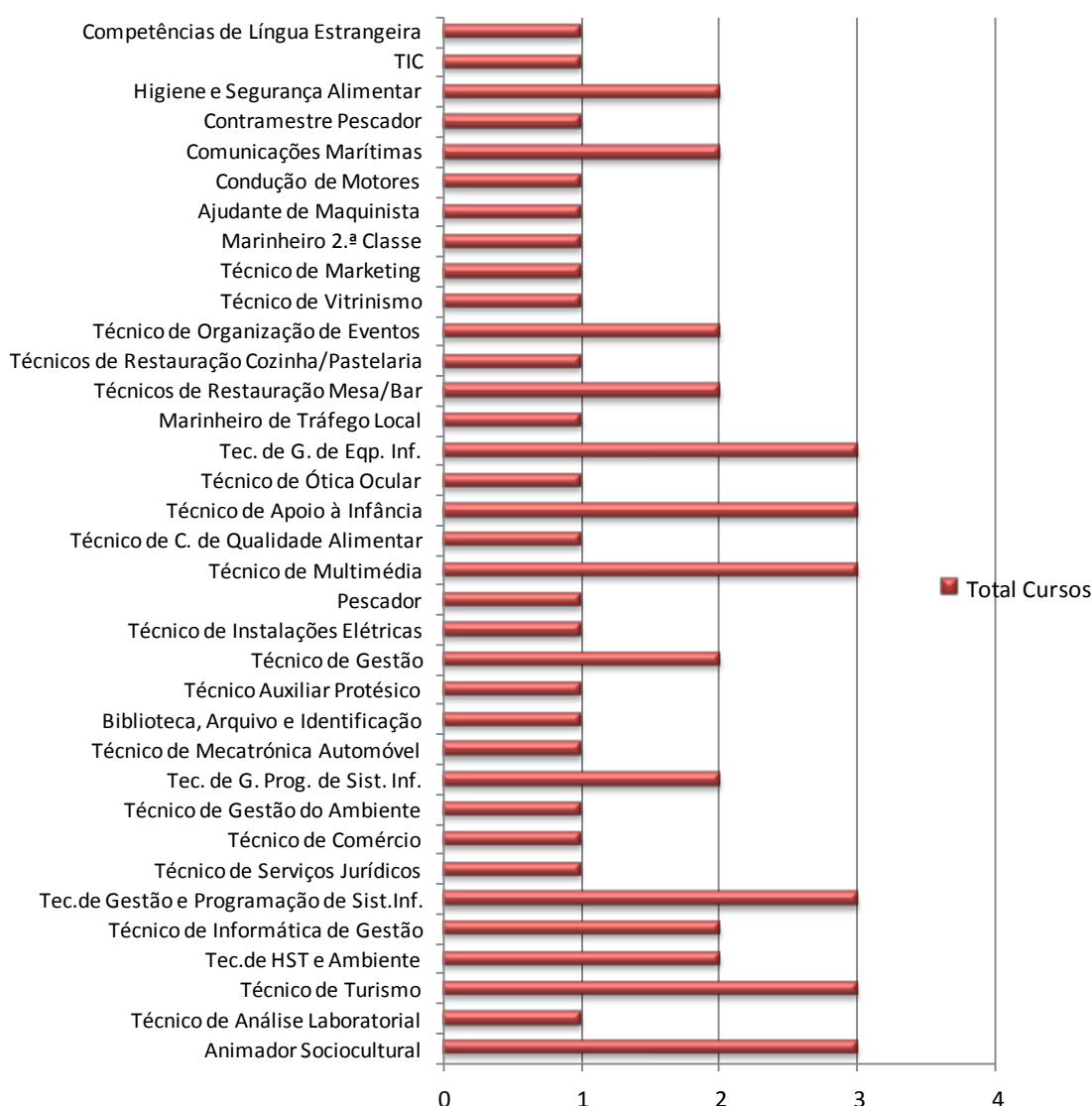


Gráfico 19. Cursos Profissionais ministrados em Matosinhos no ano letivo 2010/11

Salienta-se, igualmente, a elevada oferta do curso de Apoio à Infância, intrinsecamente ligado à Educação, como uma forte aposta da Autarquia e de todas as instituições de Educação e Formação do Concelho.

No ano letivo 2011/12 (cf. Gráfico 20) verifica-se novamente a manutenção da oferta formativa existente nos anos anteriores.

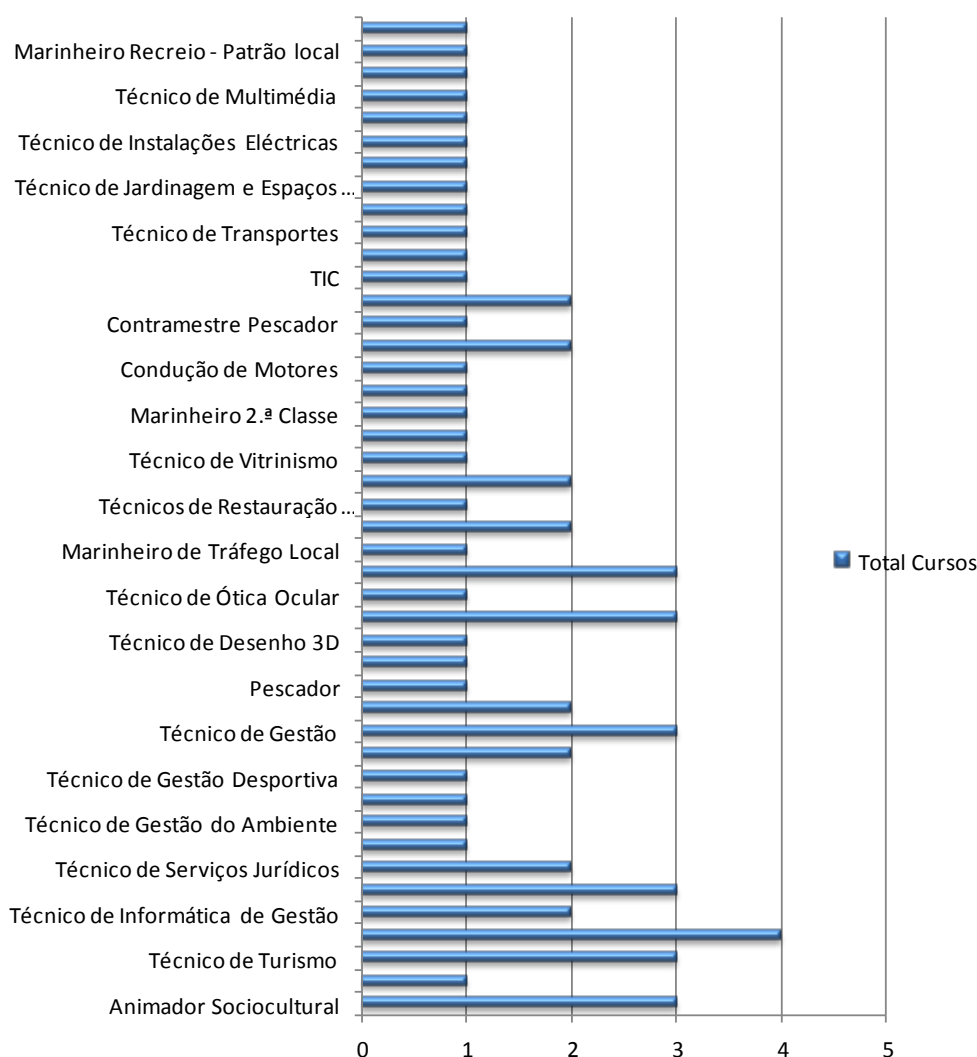


Gráfico 20. Cursos Profissionais ministrados em Matosinhos no ano letivo 2011/12

Importa lembrar que a formação profissional tem uma tradição significativa no nosso país e que o êxito da formação depende também da sua capacidade de impulsionar trajetórias profissionais e de vida bem-sucedidas, que vão ao encontro dessas crescentes expectativas criadas. Apesar de todo o esforço que tem sido feito, em Matosinhos, nos anos letivos 2010/11 e 2011/12, apenas 25% dos alunos enveredou pela via profissionalizante.

Há, ainda, um longo caminho a percorrer no sentido de desmistificar a opção dos Cursos Profissionais como uma via de último recurso. A Educação e a Formação Profissional não são dois sistemas de costas voltadas mas sim uma ampla panóplia de caminhos possíveis, com vias de acesso entre si, em que as trajetórias e os saberes se podem (e devem) entrecruzar,

permitindo a cada jovem ir construindo o seu próprio caminho (Conselho Nacional de Educação, 2012).

Num esforço de síntese, no ano letivo 2011/12, várias escolas dispunham de oferta de Cursos de Educação e Formação e de Cursos Profissionais (cf. Tabela 17).

Tabela 17

Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação ministrados em 2011/12, em função do estabelecimento de ensino

Rede	Agrupamento/Escola	CEF	CP
Pública	AE Irmãos Passos	EB Irmãos Passos	X
		EB de Custóias	X
	AE Dr. José Domingues dos Santos	EB Dr. José Domingues dos Santos	X
	AE de Leça da Palmeira/ Santa Cruz do Bispo	EB de Leça da Palmeira	X
	AE de Padrão da Légua	EB de Leça do Balio	X
		ES do Padrão da Légua	X
	AE de Matosinhos	EB de Matosinhos	X
	AE de Matosinhos Sul	EB Prof. Óscar Lopes	X
	AE de Perafita	EB de Perafita	X
	AE Abel Salazar	EB Maria Manuela Sá	X
		ES Abel Salazar	X
	AE da Senhora da Hora	ES da Senhora da Hora	X
	ES da Boa Nova	X	X
	ES Augusto Gomes		X
	ES João Gonçalves Zarco	X	X

	EP Ruiz Costa	X	X
	EP Alternância	X	X
Privada	EPROMAT	X	X
	FOR-MAR		X

Em 2011/12 foram ministrados 40 Cursos de Educação e Formação e 65 Cursos Profissionais (cf. Tabela 18).

Tabela 18

Número de CEF's e CP's em função da rede de oferta formativa

Rede	Cursos de Educação e Formação			Educação e Formação de Adultos		
	Nº de Cursos	Nº de alunos		Nº de Turmas	Nº de alunos	
		Nível Básico	Nível Secundário		Nível Básico	Nível Secundário
Pública	25	370	56	25	119	244
Privada	15	-	-	-	-	-
Total	40	370	56	25	119	244

2.5. Ensino Superior

O Concelho de Matosinhos conta com três instituições de Ensino Superior, uma pública e duas privadas. De seguida serão brevemente caracterizadas as instituições, bem como os cursos ministrados em cada uma, no ano letivo 2012/13.

- Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP)

Trata-se de uma Escola de Ensino Superior Politécnico, integrando o Instituto Politécnico do Porto, que tem por missão específica a formação, a investigação, a criação e difusão da cultura e do saber e a prestação de serviços na área das ciências empresariais.

São vários os cursos ministrados no ISCAP (cf. Tabela 19).

Tabela 19

Cursos ministrados no ISCAP

Licenciaturas	Assessoria e Tradução
	Comércio Internacional
	Comunicação Empresarial
	Contabilidade e Administração
	Gestão de Atividades Turísticas
	Marketing
Mestrados	Assessoria de Administração
	Auditoria
	Contabilidade e Finanças
	Empreendedorismo e Internacionalização
	Gestão das Organizações
	Marketing Digital
	Logística
Pós-Graduações	Tradução e Interpretação Especializadas
	Estudos Culturais Russos
	Tecnologias para a Comunicação e Inovação Empresarial
Especializações	Tradução Assistida por Computador
	Contabilidade e Fiscalidade

- Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP)

O ISSSP, com os seus 45 anos de existência, acumulou uma vasta experiência de intervenção em áreas de intervenção social, particularmente vulneráveis à emergência de problemas sociais, que lhe permite conferir à formação destes profissionais bases científicas cada vez mais sólidas e condições pedagógicas adequadas ao papel de agentes de desenvolvimento social.

O ISSSP orienta a sua política científica e pedagógica por princípios de solidariedade e democracia, promove uma formação crítica e aberta à produção de mudanças sociais orientadoras para a consolidação dos direitos cívicos, sociais e culturais, em especial dos cidadãos socialmente vulneráveis.

Tabela 20

Cursos ministrados no ISSSP

Licenciaturas	Gerontologia Social
	Serviço Social
Mestrados	Ciências Sociais e Saúde
	Gerontologia Social
	Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social

- Escola Superior de Arte e Design (ESAD)

A ESAD é uma Instituição de Ensino Superior privada que gradualmente se impôs como uma referência de qualidade ao nível da formação, investigação e dinamização no campo do *design* e das artes.

O seu objetivo é formar os alunos para a compreensão do papel do *design* e das artes e desenvolver a capacidade de intervenção crítica nos contextos nacionais e internacionais, ampliando competências ao nível da criatividade, da inovação, da crítica e da tecnologia.

Tabela 21

Cursos ministrados na ESAD

Licenciaturas	Design	Comunicação Interiores Moda Produto
	Artes	Artes Digitais Joalharia
Mestrados	Design	Comunicação Interiores Produto Produto-Moda
	Design	Curadoria Contemporânea Design de Joalharia Motion Design Web Design

De um modo geral, verifica-se que existiam em 2011/12, 5146 alunos a frequentar o Ensino Superior, em Matosinhos.

Tabela 22

Distribuição de alunos no Ensino Superior em função da Instituição

Instituto/Escola	Nº de alunos
ISCAP	3819
ISSSP	427
ESAD	900
Total	5146

2.6. Educação Especial

A Educação Especial é, atualmente, um desafio perante o qual importa responder. Cada vez mais, as escolas e as turmas são heterogéneas, sendo essencial promover uma escola inclusiva que promova a igualdade de oportunidades e o sucesso educativo de todos. Neste sentido, foram criadas Unidades de Ensino Estruturado (UEE) e Unidades de Apoio Especializado (UAE), integradas nas Escolas Básicas públicas. Atualmente, no Concelho de Matosinhos, estão em funcionamento três Unidades de Ensino Estruturado, com seis salas e seis Unidades de Apoio Especializado, com doze salas, dando resposta a vinte e sete alunos.

Tabela 23

Número de sala de UEE's e UAE's por Agrupamentos de Escolas, no ano letivo 2012/13

Agrupamento de Escolas	UEE		UAE	
	Nº de salas	Nº de alunos	Nº de salas	Nº de alunos
AE Irmãos Passos			4	8
AE de Leça da Palmeira/ Santa Cruz do Bispo	6	17		
AE de Matosinhos			2	6
AE de Perafita			4	9
AE Abel Salazar			2	4
Total	6	17	12	27

Todas estas Unidades Específicas de Educação Especial integram docentes especializados em Educação Especial, apoiados por assistentes operacionais. Os seus espaços foram devidamente modificados e apetrechados com mobiliário e equipamento adequado às necessidades específicas destes alunos.

As três Unidades de Ensino Estruturado em funcionamento constituem uma resposta educativa especializada para alunos que manifestam perturbações do espectro do autismo. Duas destas unidades são direcionadas para o 1.º CEB e uma para o 2.º e 3.º CEB. Relativamente às seis Unidades de Apoio Especializado, a funcionar em doze salas, constituem uma resposta de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência, proporcionando-lhes uma resposta educativa especializada, tendo em conta o seu nível de funcionalidade e a sua idade.

Para além das problemáticas supracitadas, a Educação Especial abrange ainda crianças e alunos com alterações à sua funcionalidade, bem como com dificuldades de aprendizagem de carácter permanente. A tabela seguinte evidencia o número de crianças e alunos com Necessidades Educativas Especiais em função do ciclo de ensino, nos últimos três anos letivos.

Tabela 24

Distribuição de NEE's por ciclo de ensino

	2009/10		2010/11		2011/12	
	%	N	%	N	%	N
1.º CEB	2,36%	143	2,69%	158	2,96%	168
2.º CEB	2,52%	88	2,60%	91	3,14%	108
3.º CEB	2,30%	106	1,82%	83	2,07%	98
ES	0,89%	24	0,42%	11	0,16%	4

2.7. Universidades Seniores

As Universidades Seniores são espaços socioeducativos que, através da criação e dinamização de atividades culturais, recreativas, científicas e formativas, desenvolvidas num contexto de formação ao longo da vida, dão uma resposta informal aos cidadãos seniores.

No Concelho de Matosinhos existem, atualmente, três Universidades Seniores:

- Universidade Sénior de Matosinhos/Universidade Sénior Rotary – projeto desenvolvido a partir de uma parceria entre a Autarquia e pelos clubes rotários do Concelho.

- Universidade Sénior Florbela Espanca – gerida por uma associação sem fins lucrativos que resulta da associação entre o Lions Clube de Matosinhos, a Câmara Municipal de Matosinhos e a Associação Empresarial do Concelho de Matosinhos.
- Universidade Sénior Flor de Infesta – atividade desenvolvida pelo Grupo Dramático e Musical Flor de Infesta.

Na tabela seguinte encontram-se os sujeitos a frequentar as Universidades Seniores, em Matosinhos.

Tabela 25

Número de inscritos nas diferentes Universidades Seniores em Matosinhos, no ano letivo 2012/13

Universidade Sénior	Nº de inscritos
Universidade Sénior de Matosinhos/Universidade Sénior Rotary	150
Universidade Sénior Florbela Espanca	129
Universidade Sénior Flor de Infesta	100
Total	379

2.8. Ação Social Escolar

No que concerne à Ação Social Escolar (ASE), verifica-se que ao longo dos anos letivos cerca de 45% dos alunos tem usufruído de apoios sociais para a Educação. Constata-se que o número de alunos que beneficia destes apoios tem vindo a diminuir, de modo contraditório aos problemas sociais e económicos que têm emergido.

Tabela 26

Evolução do número de alunos abrangidos pela ASE

	2009/10		2010/11		2011/12	
	%	N	%	n	%	N
Escalão A	28,87 %	4863	28,27%	4672	24,75%	4056
Escalão B	18,93%	3189	19,96%	3298	18,58%	3045
Escalões A + B	47,80%	8052	48,23%	7970	43,33%	7101

2.9. Acessibilidades

A generalidade dos estabelecimentos de Educação e Ensino do Concelho de Matosinhos está dotada de meios e equipamentos que permitem e/ou facilitam o acesso a todos, de forma a proporcionar uma igual oportunidade de uso que permita aos alunos usufruir da maior autonomia possível. Os principais meios e equipamentos de acesso disponíveis nos estabelecimentos de Educação e Ensino: i) rampas de acesso; ii) elevadores; iii) plataformas elevatórias.

2.10. Iniciativa Novas Oportunidades em Matosinhos

A Iniciativa Novas Oportunidades que, no ano de 2007, foi lançada pela campanha intitulada “aprender compensa”, foi um instrumento central da estratégia de desenvolvimento do país, na medida em que visa, aumentar os níveis de qualificação, para que a economia cresça de forma sustentada, e a criação de riqueza seja conseguida com redução da exclusão e das desigualdades sociais.

Lançada em conjunto, pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e pelo Ministério da Educação, a Iniciativa Novas Oportunidades, é a resposta integrada a este desafio. Dirige-se a dois públicos com necessidades distintas: os jovens que abandonaram, ou estão em risco de abandonar o sistema, sem completar 9 ou 12 anos de escolaridade, e os adultos ativos com baixas qualificações.

O Concelho de Matosinhos, num esforço conjunto entre agrupamentos de escolas, escolas secundárias, escolas profissionais, empresas e demais instituições de formação, assumiu também este desafio, no sentido de contribuir para uma melhoria rápida e substancial da qualificação ativa do Concelho, decisiva para a modernização sustentável da economia local, e para a promoção das oportunidades de vida dos cidadãos Matosinhenses.

Foram criados sete Centros de Novas Oportunidades (CNO) em Matosinhos. Estes Centros foram promovidos por entidades públicas e privadas, devidamente acreditadas, como espaços privilegiados de mobilização dos adultos para a aprendizagem e de aplicação e aprofundamento de metodologias de reconhecimento e validação de competências previamente adquiridas. Embora houvesse uma proliferação desta iniciativa, atualmente

verificou-se a extinção de todos os CNO em Matosinhos. Face a esta realidade apenas tivemos acesso aos dados de cinco CNO que funcionaram no Concelho. De acordo com os dados fornecidos é possível constatar que houve um elevado número de sujeitos que aderiram a esta iniciativa, embora nem todos conseguissem terminar o seu percurso formativo e/ou de certificação.

Tabela 27

Dados dos CNO

	ADEIMA	FORMAJUDA	FOR-MAR	ESAG	ZARCO
Nº de inscritos no CNO	1491	746	1878	3278	1434
Nº de diagnósticos e encaminhamentos para as diversas ofertas EFA	1574	149	1718	909	1290
Nº de inícios de processos de RVC	843	449	1524	1814	411
Nº de certificados	602	313	1033	374	432

Nota: Não foram disponibilizados dados de dois CNO (Associação Empresarial do Porto e AE de Leça do Balio)

3. Estruturas locais/municipais de apoio, redes de parcerias e projetos socioeducativos existentes no Município

O Município de Matosinhos abrange muitas coletividades e de instituições de apoio, bem como apresenta anualmente um amplo conjunto de atividades realizadas em articulação com as escolas. No sentido de sistematizar a informação, a mesma será organizada em três dimensões: Rede Social, Saúde e Proteção de Crianças e Jovens; Autarquia e Educação; Projetos Socioeducativos existentes no Município.

3.1. Rede Social, Saúde e Proteção de Crianças e Jovens

No que concerne à Rede Social, a Câmara Municipal de Matosinhos foi um dos 41 Concelhos selecionados pelo Instituto de Desenvolvimento Social – IDS, para integrar o Programa Piloto da Rede Social, efetuado em janeiro de 2000. O Programa visa a articulação de esforços, recursos e ações no âmbito social das Autarquias, serviços públicos e entidades

sem fins lucrativos que queiram aderir à Rede Social, uma vez que no nosso País sempre existiram valores que assentam em dinâmicas de Solidariedade Social nas mais diversas áreas de intervenção, para fomentar a formação de uma consciência coletiva e responsável dos diferentes problemas sociais.

A criação da Rede Social aponta para princípios de integração, articulação, subsidiariedade, inovação, assentando numa metodologia de planeamento integrado que responda às necessidades individuais e coletivas, à articulação das iniciativas em curso numa comunidade e à conceção de um projeto integrado de Desenvolvimento Local. Com vista à implementação deste programa foi efetuado um Diagnóstico Social do Concelho, sendo o mesmo concetualizado como o primeiro suporte de intervenção, tendo sido utilizadas várias fontes de informação e fomentada a participação da população e das instituições, sobretudo na realização de um inquérito onde os inquiridos puderam dar a sua própria opinião sobre os problemas do Concelho e a sua evolução.

Na sequência do Diagnóstico Social, foi construído o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) onde foram identificadas as prioridades do Concelho em termos de intervenção social. A elaboração deste Plano de Desenvolvimento Social teve em consideração a articulação estreita com outros Planos de Desenvolvimento Concelhios, como o Plano de Desenvolvimento Municipal, a ser referenciado noutros planos de intervenção, mesmo a nível regional como o PREAMP (Plano Regional de Emprego para a Área Metropolitana do Porto). Estes dois instrumentos de ação continuam a ser recorrentes na Rede Social, tendo sido igualmente criados o Conselho Local de Ação Social (CLAS) e as Comissões Sociais de Freguesia que se concretizam na realização de reuniões com as Juntas de Freguesia e com as várias entidades locais, sociais e educativas. Estas estratégias têm permitido uma ação concertada entre as entidades matosinhenses e, no caso específico da Educação, têm facilitado a partilha de problemas e a criação de meios para os solucionar, principalmente no que concerne a rede solidária do Concelho.

Para além da articulação com a Rede Social, um dos parceiros fundamentais da Autarquia e das Escolas é a ULSM – Unidade Local de Saúde de Matosinhos, que apresenta um papel fundamental na promoção da saúde em contexto escolar. Reconhecendo a relevância esta instituição na vida escolar das crianças, a Autarquia procurou caracterizar as iniciativas desenvolvidas pela ULS em articulação com as escolas de Matosinhos. Analisando as ações

desenvolvidas nos últimos três anos letivos, é possível constatar que a ULS desenvolve um conjunto de iniciativas no âmbito do Programa Nacional de Saúde Escolar, envolvendo todos os Agrupamentos de Escolas, Escolas Secundárias e IPSS's do Concelho, designadamente, crianças, alunos, docentes e assistentes operacionais. Os projetos desenvolvidos, embora adaptados a cada realidade dentro do Concelho, abarcam nove grandes áreas: i) Promoção da saúde oral e a Fada Dentinho (JI's e 1.ºCEB); ii) Prevenção da saúde e prevenção de acidentes escolares e peri-escolares (do JI ao Ensino Secundário); iii) implementação do projeto "e-Bug", através de um *software* interativo, junto de alunos do 2.º e 3.º CEB, em que se pretende promover comportamentos saudáveis na prevenção de doenças transmissíveis e usar de modo responsável os antibióticos; iv) prevenção e resposta a situações de pediculose; v) diagnóstico e prevenção do consumo de tabaco (7.º ano de escolaridade); vi) cuidados com o sol (JI's e 2.º CEB em Leça da Palmeira); vii) programa regional de educação sexual em saúde escolar, que consiste na formação de profissionais de saúde escolar, professores e psicólogos e na disponibilização de recursos pedagógicos; viii) programa de alimentação saudável em saúde escolar; ix) necessidades de saúde especiais referenciadas pelas escolas.

Nas diferentes ações, estão em todos os anos letivos, muitas crianças e alunos envolvidos. No sentido de ocorrer uma ação concertada e articulada com as escolas, as Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) reúnem antes do início de cada ano letivo com as escolas e programam as diferentes iniciativas, de forma a ocorrer uma ação integrada nos planos anuais de atividades das mesmas.

Também a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é um parceiro educativo e um agente de intervenção essencial a uma Educação plena. A sua ação direciona-se para uma população em risco, verificando-se que o ano de 2012 foi aquele com mais processos instaurados (cf. Tabela 28).

Tabela 28

Número de processos instaurados pela CPCJ por ano

Ano	Número Processos
2008	400
2009	467
2010	404
2011	401
2012	472

Em contrapartida, as sinalizações de casos para a CPCJ, efetuadas pelos estabelecimentos de ensino tem vindo a decrescer ao longo dos anos, sendo o ano de 2012 o que apresenta um menor número de referências (cf. Tabela 29).

Tabela 29

Número de sinalizações efetuadas à CPCJ por estabelecimento de ensino e por ano

Ano	Número de Sinalizações
2008	114
2009	103
2010	102
2011	96
2012	84

Os menores que são acompanhados pela CPCJ apresentam, na sua maioria, o 1.º CEB incompleto, verificando-se ainda um elevado número de jovens acompanhados também com o 2.º e o 3.º CEB incompletos. Esta realidade parece ter-se vindo a manter nos últimos anos, alertando para a relação entre insucesso escolar e situações consideradas de risco social (cf. Tabela 30).

Tabela 30

Escolaridade dos menores acompanhados pela CPCJ

	2008	2009	2010	2011	2012
Educação Pré-Escolar	4	11	20	10	21
Outro	3	12	13	6	3
1º CEB Completo	30	21	21	20	19
1º CEB Incompleto	51	144	163	165	200
2º CEB Completo	45	67	30	1	31
2º CEB Incompleto	50	100	127	47	164
3º CEB Completo	4	10	14	115	19
3º CEB Incompleto	62	123	131	172	198
Curso Profissional	10	21	32	43	48
Ensino Secundário Incompleto	6	12	17	26	40
Ensino Secundário Completo	1	1	3	1	1

As principais problemáticas sinalizadas pelas Escolas, que procuram apoio junto da CPCJ, relacionam-se com situações de abandono e de insucesso escolar, sendo que o abandono tem sido a problemática mais preocupante desde 2011 (cf. Tabela 31).

Tabela 31

Problemáticas escolares sinalizadas à CPCJ por ano

	2008	2009	2010	2011	2012
Abandono Escolar	78	76	42	39	40
Absentismo Escolar				11	19

Quando se analisam os processos instaurados relativos a situações de abandono/absentismo escolar por freguesia, constata-se que as cidades da Senhora da Hora e de S. Mamede de Infesta são aquelas que, nos últimos anos, apresentam mais casos sinalizados para a CPCJ (cf. Tabela 32).

Tabela 32

Processos de abandono/absentismo escolar instaurados pela CPCJ por freguesia e por ano

	2008	2009	2010	2011	2012
Matosinhos	23	16	15	8	6
Leça da Palmeira	8	8	5	2	7
Santa Cruz do Bispo	6	2	1	3	1
Lavra	3	2	2	4	2
Perafita	4	4	1	4	9
Senhora da Hora	9	3	2	3	11
Custóias	10	16	10	5	3
Leça do Balio	5	7	1	2	4
S. Mamede de Infesta	5	10	19	17	8
Guifões	5	3	2	2	3

A análise da escolaridade dos elementos que compõem o agregado familiar dos casos sinalizados para a CPCJ permite verificar que a maioria das famílias possui apenas o Ensino Básico. Mais reduzidos são os agregados familiares cujos elementos possuem o Ensino Secundário e Superior. É ainda de realçar que, desde 2011, não são sinalizados casos cujos elementos do agregado familiar não possuem qualquer escolaridade (cf. Tabela 33).

Tabela 33

Escolaridade dos elementos que compõem o agregado familiar dos casos sinalizados para a CPCJ

	2008	2009	2010	2011	2012
Sem Escolaridade	107	344	47	--	--
Sabe ler e escrever	160	374	151	129	82
1º Ciclo Completo	745	1133	521	551	410
2º Ciclo Completo	255	607	439	375	299
3º Ciclo Completo	148	189	201	234	180
Ensino Secundário	40	49	51	54	75
Curso de Formação Profissional	4	19	8	5	10
Bacharelato/Curso Superior	20	26	26	32	33
Desconhecido	--	--	--	179	243
Outro	--	--	--	38	15

3.2. A Autarquia e a Educação

A Câmara Municipal de Matosinhos tem vindo a apostar na Educação como uma das prioridades de intervenção. Esta valorização tem sido consubstanciada quer no desenvolvimento de ações específicas relacionadas com os técnicos afetos à Divisão de Educação e Formação e à sua relação com as escolas, mas também decorre das múltiplas iniciativas das restantes Divisões da Autarquia que diretamente articulam com as escolas.

No sentido de partilhar as diferentes ações desenvolvidas pelas várias Divisões da Autarquia é recorrentemente utilizado um documento designado de “Mapa de Programação”, no qual constam todas as ações a efetuar em cada mês, em função de cada Divisão. A criação deste documento, para além de disponibilizar informação atual sobre o que a Autarquia desenvolve, tem permitido igualmente uma reflexão interna relacionada com a partilha de informações sobre as ações desenvolvidas com as escolas. Paralelamente, é realizada com uma frequência mensal, uma reunião denominada de “Programação”, onde se partilham todas as iniciativas desenvolvidas por cada Departamento e Divisão do Município, permitindo um conhecimento mútuo do que está a ser desenvolvido no Concelho e as parcerias criadas para o efeito (partindo da análise do mapa de programação).

Embora já exista um esforço por parte da Autarquia para partilhar informação sobre o que se desenrola nas diferentes Divisões, pareceu ser relevante a análise específica das ações realizadas nas escolas do Concelho, de forma a verificar se existia uma linha coerente de respostas face às necessidades mútuas das instituições. Com o objetivo último de tornar o

Concelho de Matosinhos num Município Educador, considerou-se como prioritário analisar as suas dinâmicas internas, de modo a que o mesmo não se feche sobre si próprio e consiga manter relações coordenadas com o meio que o rodeia (Declaração de Barcelona, 1990).

Neste sentido, foi inicialmente construído um instrumento que permitisse o diagnóstico das iniciativas desenvolvidas pelo Município em articulação com escolas (cf. Anexo II). Solicitou-se que este documento fosse preenchido pelas seguintes Divisões da Autarquia: Juventude, Desporto e Voluntariado, Promoção Social e Saúde, Promoção Cultural e Museus, Bibliotecas e Arquivo, Gabinete Teatro Constantino Nery, Recursos Hídricos e Orla Costeira, Promoção da Economia Local e Turismo, Gabinete Municipal de Proteção Civil e MatosinhoSport.

Apenas duas Divisões não preencheram o documento solicitado. Através da análise dos documentos é possível constatar que até, ao momento, ocorria um conjunto grande de iniciativas dinamizadas por Divisões contingentes à da Educação, com as escolas, sem um conhecimento aprofundado entre as Divisões da Autarquia. Um elevado número de alunos, docentes e escolas eram alvo de ações, maioritariamente de curta duração, sem que ocorresse partilha de informações com a DEF. Em termos específicos, foram desenvolvidas pelas 6 Divisões da Autarquia 57 iniciativas em articulação com as escolas do Concelho. Destas iniciativas, constata-se que a maioria foi solicitada pelas escolas, às quais a Autarquia conseguiu responder (cf. Gráfico 21).

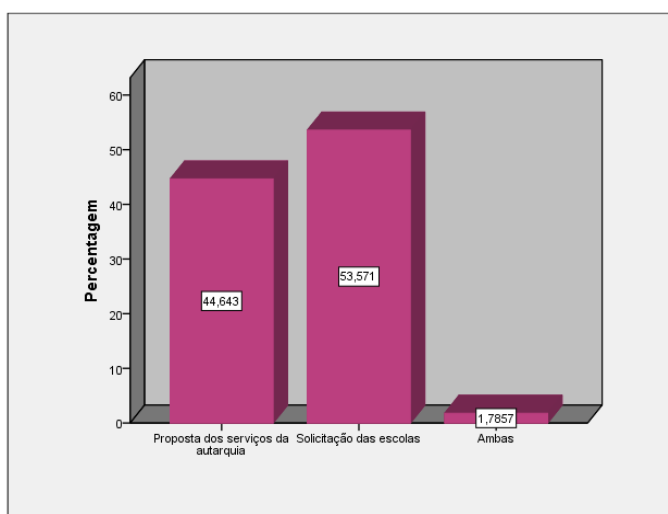


Gráfico 21. Motivo subjacente à realização das ações educativas desenvolvidas pela Autarquia

As iniciativas analisadas envolveram todas as instituições escolares e níveis de ensino, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior, Escolas Profissionais e Universidade Sénior. A análise do público-alvo permite verificar que são desenvolvidas ações dirigidas principalmente para o Ensino Secundário e para o 1.º CEB. Poucas são as iniciativas direcionadas para o Ensino Superior, as Universidades Seniores e a Educação Pré-Escolar. Esta análise permitiu ainda constatar que algumas ações são dirigidas aos estudantes pertencentes às instituições prisionais do Concelho.

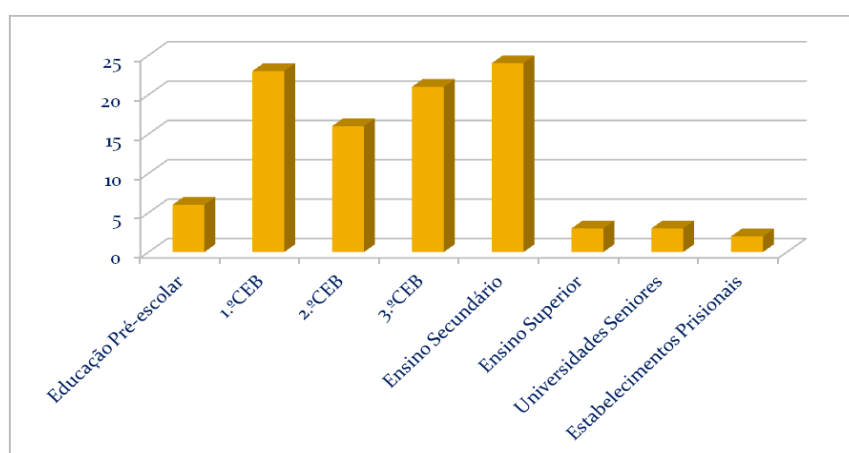


Gráfico 22. Etapas e níveis de ensino abrangidos pelas ações educativas das diferentes Divisões da Autarquia

A maioria das ações foi avaliada, recorrendo-se principalmente à distribuição e análise de questionários de satisfação (cf. Gráfico 23).

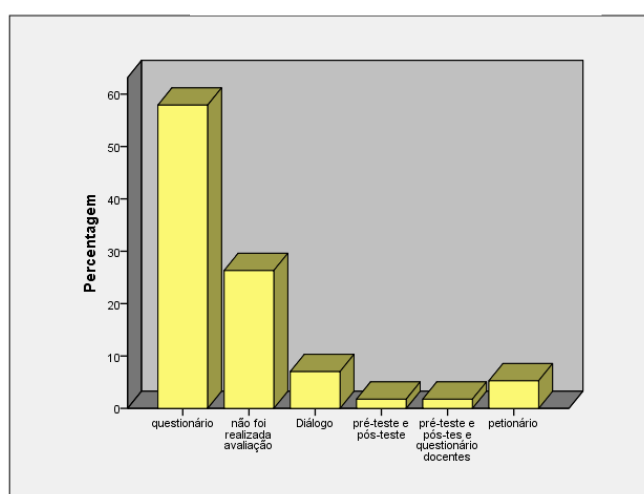


Gráfico 23. Metodologias de avaliação das ações educativas promovidas pelas Divisões da Autarquia

Esta avaliação envolveu diferentes intervenientes, consoante o público-alvo das mesmas e as suas finalidades. Os alunos e os docentes foram os intervenientes mais referenciados como alvo das avaliações das ações (cf. Gráfico 24). Em termos de resultados a maioria das iniciativas apresentaram uma satisfação extremamente positiva, com valores sempre superiores a 70% de satisfação dos envolvidos.

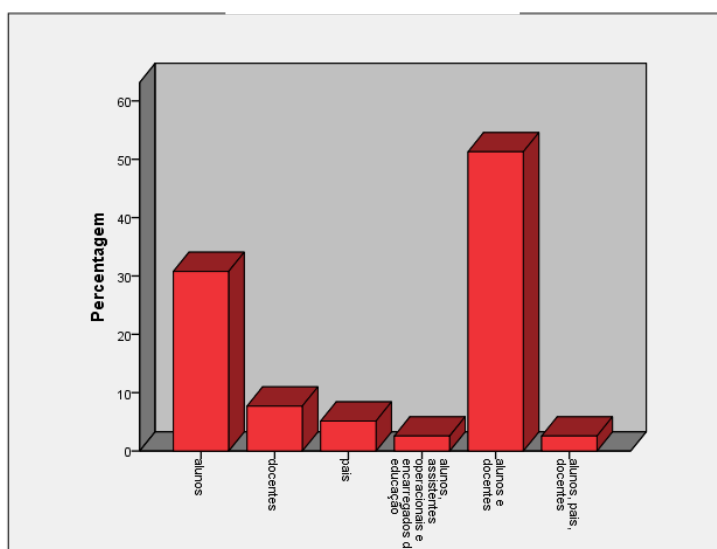


Gráfico 24. População-alvo da avaliação das ações educativas promovidas pelas Divisões da Autarquia

Analisando individualmente as Divisões e as iniciativas por elas realizadas em articulação com as escolas constata-se que a Divisão de Promoção Cultural e Museus foi a que mais iniciativas desenvolveu com as escolas do Concelho no ano letivo 2011/12. Em contrapartida, a Divisão de Bibliotecas e Arquivo foi a que abrangeu, em média, mais sujeitos nas suas iniciativas. É de apontar ainda que algumas ações apresentaram um número muito reduzido de sujeitos, sendo importante analisar a mais valia e a pertinência das mesmas.

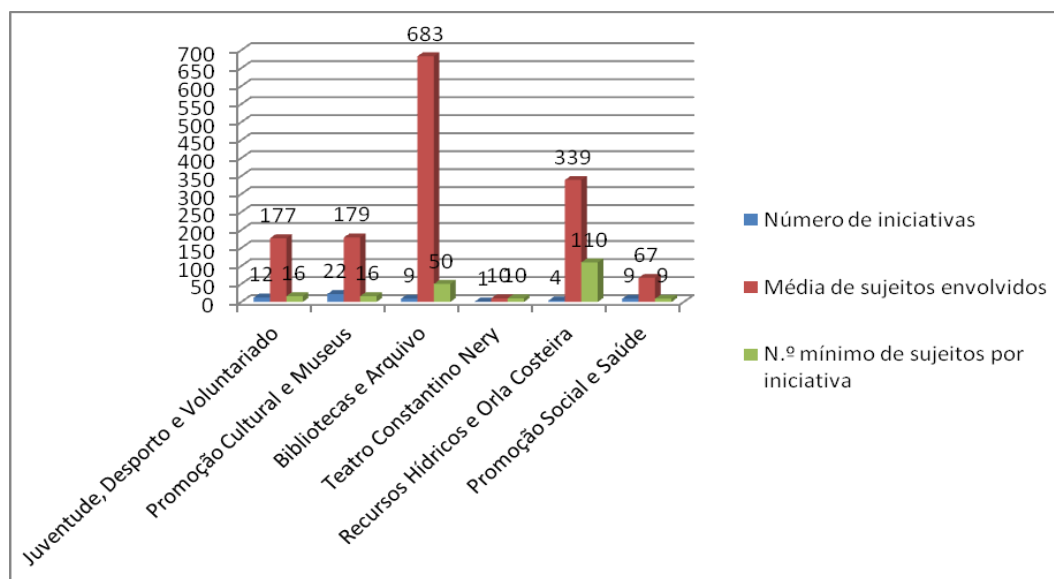


Gráfico 25. Análise das iniciativas educativas promovidas pela Autarquia em função da Divisão

A Divisão de Juventude, Desporto e Voluntariado realizou 12 iniciativas com as escolas, privilegiando os alunos do 2.º CEB ao Ensino Secundário, embora realizasse igualmente ações direcionadas para o ensino superior e para os docentes. A maioria das iniciativas foram solicitadas pelas escolas e a avaliação das mesmas envolveu principalmente alunos e docentes.

A Divisão de Promoção Cultural e Museus desenvolveu 22 iniciativas diferentes com as escolas, abrangendo um leque muito variado de públicos, desde a Educação Pré-Escolar à Universidade Sénior. A grande maioria das ações foi solicitada pelas instituições de ensino, verificando-se que mais de metade das iniciativas não foram avaliadas.

A Divisão de Bibliotecas e Arquivo desenvolveu 9 iniciativas com as escolas, contemplando essencialmente os alunos do Ensino Básico. A maioria das ações foi proposta pelos serviços da Autarquia e a avaliação das mesmas englobou a perceção de alunos e docentes.

A Divisão relacionada com o Gabinete do Teatro Constantino Nery desenvolveu uma ação em articulação com uma escola secundária do Concelho. A iniciativa foi proposta pela Autarquia e a sua avaliação envolveu a opinião de alunos e docentes.

No que concerne a Divisão de Recursos Hídricos e Orla Costeira, no ano letivo 2011/12, verificou-se que realizou 4 iniciativas com as escolas, das quais duas foram propostas pelos serviços autárquicos e duas foram solicitadas pelas escolas. Estiveram envolvidos nestas ações

crianças e alunos desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário. As iniciativas não foram alvo de avaliação.

A Divisão de Promoção Social e Saúde desenvolveu 9 iniciativas com as escolas, contemplando crianças e alunos desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, bem como outros agentes educativos, tais como assistentes operacionais, docentes e pais. A maioria das ações foi proposta pelos serviços da Autarquia e a avaliação das mesmas englobou os diferentes intervenientes.

Através da análise destas iniciativas é possível constatar que a Autarquia necessita de desenvolver uma linha de ação que se pretende articulada entre as diferentes ofertas de espaços, equipamentos e serviços de modo a promover, de modo integrado, o desenvolvimento social, educativo e cultural do Município (Declaração de Barcelona, 1990).

3.3. Projetos socioeducativos existentes no Município

A Câmara Municipal de Matosinhos, enquanto estrutura global autárquica, aposta na definição de políticas supramunicipais e nacionais com impacto local nas diversas áreas de desenvolvimento: social, urbanístico, ambiental e, naturalmente, educativo. A essas apostas subjazem os conceitos de inovação, qualidade e qualificação e também o Departamento de Educação e a Divisão de Educação e Formação são norteados pelos mesmos princípios de funcionalidade. Em termos específicos, a Autarquia tem vindo a apostar na promoção do sucesso educativo, procurando desenvolver projetos que simultaneamente se dirijam a um público direto – as crianças e alunos – e a um público indireto – os agentes educativos (docentes, não docentes, pais e encarregados de educação), de modo a permitir a sustentabilidade dos projetos e a manutenção das mudanças.

Com este efeito, são várias as entidades que colaboram com o Departamento de Educação no sentido de garantir a adequada identificação de necessidades contextuais e a eficaz aplicação de medidas de intervenção. Em parceria, destacam-se as instituições educativas do Concelho e as IPSS com respostas educativas. Com um papel fundamental surgem as instituições de Ensino Superior / Universidades que supervisionam as ações dinamizadas e permitem ao Departamento de Educação a aplicação de uma lógica de ação-investigação que remete para uma atualização constante de conhecimentos e para uma

avaliação permanente das atividades implementadas. A celebração de protocolos com a ULS, Rede de Bibliotecas Escolares e a Associação EPIS (Empresários para a Inclusão Social) permite a ampliação das respostas autárquicas na educação com recursos a metodologias inovadoras, usufruindo de dinâmicas de responsabilidade social. Também a articulação com o tecido empresarial de Matosinhos facilita a realização de estágios curriculares e profissionais, bem como proporciona saídas profissionais aos jovens Matosinhenses que ingressam em cursos técnicos e profissionalizantes. Macroestruturalmente, as orientações do Ministério da Educação são balizadoras de metas e impulsionadoras de desafios.

A dinâmica de funcionamento da DEF poderá ser compreendida à luz da teoria motivacional de Maslow (1943), que define que a realização plena do indivíduo é alcançada pela conquista de etapas hierarquizadas de necessidades. Estas definem-se, primariamente, por necessidades básicas (fisiológicas e de segurança), evoluindo para patamares mais complexos como as questões sociais e de relacionamento e culminando na conquista do reconhecimento intra e interindividual e na autorrealização.

Com o objetivo último de garantir à comunidade educativa matosinhense respostas eficazes, num trabalho de contínua avaliação e adaptação aos desafios que se colocam nos territórios educativos, a Divisão investe, como resposta de primeira linha, na renovação e manutenção do parque escolar, na ação social escolar e no Conselho Municipal de Educação. Estas constituem respostas que asseguram o bom funcionamento estrutural (espaços, segurança, alimentação, mobilidade, apoio à família e monitorização das ações) das escolas de Matosinhos, desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário. Sem elas, a aprendizagem estaria comprometida nos vários níveis de ensino.

Concretizado este pressuposto básico (pois suporta as restantes atividades), é possível subir um patamar no nível de exigência das respostas que a Autarquia apresenta à comunidade educativa e que implicam a implementação de projetos pedagógicos que exponenciem o papel e a ação das escolas, ampliando a sua intervenção através de estratégias de prevenção e promoção. Destacam-se neste âmbito os seguintes projetos.

3.3.1. Projeto “A Ler Vamos...”

Único em Portugal, congrega a articulação entre educadoras, pais, crianças, psicólogos e professores titulares de turma numa iniciativa precoce de promoção da leitura e da escrita

como alicerce para uma aprendizagem de sucesso. O projeto consiste na avaliação de todas as crianças de 4 anos (com autorização prévia dos encarregados de educação) a frequentar a Educação Pré-Escolar na rede pública (9) e IPSS's do Concelho (23 instituições) e, subsequentemente, na implementação de uma intervenção semanal de promoção da literacia emergente com as crianças, em pequenos (Técnicas de Psicologia) e grande grupos (Educadores), contemplando em cada ano letivo cerca de 2000 crianças. Engloba ainda a realização de 31 sessões diretas com as crianças ao longo de dois anos letivos, complementada com a realização de reuniões com os educadores, oficinas de formação acreditada pelo Conselho Científico Pedagógico para a Formação Contínua (CCPFC), para educadores de infância e reuniões com os Encarregados de Educação, em horário pós-laboral, que permitem a divulgação, discussão e treino relativos à aplicação de estratégias facilitadoras do desenvolvimento de competências de literacia emergente e de motivação leitora. O projeto mobiliza também os docentes do 1.º CEB através da realização de oficinas de formação acreditadas pelo CCPFC no âmbito da leitura e da escrita e mantém o acompanhamento aos alunos considerados de risco, durante os dois primeiros anos de escolaridade, bem como a monitorização do desempenho dos alunos ao longo do 1.º e do 2.º CEB.

3.3.2. Projeto “Matiga – Matemática Amiga”

Neste projeto considera-se que um dos contextos significativos de promoção de competências matemáticas é o Jardim de Infância, já que a investigação tem evidenciado que a qualidade das ações desenvolvidas na Educação Pré-Escolar é fundamental para o desenvolvimento dessas mesmas competências e para o sucesso escolar neste domínio. No sentido de encorajar e promover o desenvolvimento destas competências nas crianças, bem como de capacitar os educadores para lidarem com crianças em risco de apresentarem dificuldades de aprendizagem no domínio da matemática e prevenirem essas dificuldades, a Câmara Municipal de Matosinhos criou o projeto supracitado, que apresenta um caráter estruturado, intencional e sistemático. O Projeto “MATIGA – Matemática Amiga” contempla a avaliação e intervenção com crianças de 4 e 5 anos de idade. Está a ser desenvolvido um projeto piloto num Agrupamento de Escolas do Concelho, com a colaboração direta de educadores e indireta de encarregados de educação. O projeto incidiu essencialmente na

aplicação de atividades promotoras de competências matemáticas consideradas preditoras de sucesso na aprendizagem dos conceitos matemáticos subsequentes, designadamente, a contagem, a cardinalidade, a ordinalidade, as formas geométricas, os padrões, as operações, as medições e a orientação espacial.

O Projeto “MATIGA – Matemática Amiga” pretende aliciar as crianças para este domínio fundamental, promover competências e prevenir dificuldades, e pretende, sobretudo, criar oportunidades justas e igualitárias de aceder ao conhecimento e à construção de uma cidadania plena. Os resultados obtidos no primeiro ano do estudo piloto evidenciam a eficácia de intervenções sistemáticas e estruturadas, complementares à ação dos educadores (elementos fundamentais no desenvolvimento das crianças) na promoção das competências matemáticas, desde os 4 anos de idade.

3.3.3. Projeto EPIS

O projeto EPIS (Empresários pela Inclusão Social) visa combater o abandono e o insucesso escolar no 3º CEB, através da criação de uma rede de mediadores profissionais de capacitação para o sucesso escolar, intervindo em três componentes determinantes: ao nível da família estabelecendo uma relação de confiança e capacitação das mesmas, para que possam contribuir da melhor forma para o sucesso dos seus filhos; ao nível do aluno tendo como objetivo apostar no desenvolvimento de competências adicionais para o sucesso escolar e para a inclusão social; ao nível da escola abordando novas competências de gestão e liderança. Em dezembro de 2007, foi assinado um protocolo entre a Câmara Municipal de Matosinhos, empresas e empresários do Concelho, escolas e associações locais, no âmbito do projeto piloto da EPIS “Rede de Mediadores de Capacitação para o Sucesso Escolar”. O desenvolvimento/implementação do projeto no Concelho de Matosinhos, entre 2007/2012, teve como objetivos prioritários o combate ao insucesso e ao abandono escolar como ponto de partida para o desenvolvimento individual dos alunos/jovens matosinhenses, visando a sua inclusão social e a construção de uma cidadania coletiva/global; melhorar a vinculação dos alunos à Escola, e assegurar que um número cada vez maior de jovens se sinta motivado para a aquisição de um conjunto de aprendizagens, valorização da Escola e uma maior preparação para a integração na vida ativa; desenvolver parcerias com a Rede Social permitindo a sinalização e encaminhamento de situações não abrangidas pelos objetivos do projeto EPIS.

É de salientar o envolvimento de todos (docentes, diretores dos Agrupamentos de Escolas, pais/encarregados de educação), e em especial, dos mediadores EPIS (equipa concelhia de técnicos especializados e experientes), que acreditam que é possível contribuir e criar condições de igualdade de oportunidades para todos.

3.3.4. Projeto PIES

A conceção do Projeto de Integração Escolar e Social-PIES em 2008, tinha como objetivo geral o combate ao fenómeno de exclusão social, prevenindo o abandono escolar precoce e promovendo o sucesso educativo da população-alvo a que se dirige. A sua implementação ocorre num Agrupamento de Escolas do Concelho que se encontra inserido num contexto social de risco. A sua caracterização passa por identificar fatores de risco de natureza económica, como desemprego das famílias, salários reduzidos, reformas exíguas; de natureza habitacional, habitações em estado avançado de degradação, sem as condições mínimas de habitabilidade (tipo ilhas), sem saneamento básico, para além de conjuntos habitacionais problemáticos, com cerca de 300 famílias; de natureza educacional, como dificuldades de aprendizagem, abandono precoce da escolaridade obrigatória, comportamentos desviantes, falta de motivação pela escola, desvalorização da educação/qualificação por parte das famílias; de natureza da proteção social e cidadania, como a falta de informação e acesso aos direitos sociais, a dificuldade de integração de idosos em lares ou equipamentos semelhantes; de natureza da saúde, pela insuficiente cobertura de serviços; de natureza de emprego, pelas dificuldades de inserção profissional – baixas habilitações académicas e qualificações profissionais, desadequação entre a oferta e a procura, condições de trabalho precárias que são propostas aos trabalhadores. Todas estas condições se refletem no contexto escolar, condicionando o sucesso educativo dos alunos e promovendo assim a manutenção de ciclos de exclusão.

Os objetivos do PIES contemplam a criação de condições que visam o sucesso educativo dos alunos que se encontram em maior risco de exclusão escolar e social. A concretização destes objetivos passa pela identificação das situações de risco, pela definição e implementação de medidas e pela articulação das atuações de todos os intervenientes no processo educativo do aluno.

3.3.5. Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos

A Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos, é a única resposta sócio educativa em Portugal especializada dirigida a jovens em abandono escolar e com baixas qualificações, com graves dificuldades de integração social e profissional, cujo diretor é o representante português na rede europeia de escolas de segunda oportunidade. Trata-se de uma parceria entre a Associação para a Educação de Segunda Oportunidade (AE2O), a Câmara Municipal de Matosinhos e a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) para promoção da iniciativa. A Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos – ESOM foi formalizada a 30 de abril de 2008, tendo iniciado as suas atividades a 1 de setembro de 2008. É um projeto que assenta num espírito de solidariedade, no sentido de recuperar para a comunidade jovens, que, de outra forma, estariam condenados ao abandono e insucesso escolar, tentando assim que retornem à convivência em sociedade. Sendo este um projeto que se desenvolve no âmbito da rede europeia de Escolas de Segunda Oportunidade e conta com o envolvimento ativo de muitos outros agentes socioeducativos como o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), as Escolas, os Centros de Novas Oportunidades, as Juntas de Freguesia, os Centros de Saúde, a CPCJ e as Associações Empresariais, numa ampla parceria de sustentação do projeto. Trata-se de um esforço coletivo de luta contra o abandono escolar e a exclusão social de jovens, entre os 15 e os 25 anos, que abandonaram a escola sem terem adquirido as qualificações adequadas, hábitos de estudo, trabalho e motivação para a aprendizagem e sem terem desenvolvido um interesse vocacional, desempregados ou em risco de exclusão social.

São ainda envolvidos neste trabalho profissionais de mediação social que realizam os contatos com os jovens, as famílias e os meios sociais de origem, e que trabalham no sentido de os motivar para a frequência da escola. O recrutamento dos jovens é feito através de uma prova de seleção que traça o perfil do jovem e afere a existência ou não das condições adequadas para o desenvolvimento do seu projeto individual de formação na ESOM.

Procura-se que seja estabelecida uma relação entre o tecido económico e empresarial local no sentido de sensibilizar as empresas para as questões da responsabilidade social, envolvendo-as no acolhimento dos jovens, de modo a enquadrá-los no contexto de trabalho e posterior recrutamento.

Na tentativa de desenvolver formas de intervenção variadas, estas têm vindo a ser procuradas no âmbito das redes sociais locais e recursos da comunidade, desejando num

futuro próximo assumir o maior número de respostas possíveis num crescimento sustentado. O financiamento da escola foi assegurado pela antiga Direção Regional de Educação do Norte (DREN) e pela Câmara Municipal de Matosinhos e recorrendo a fontes de financiamento nacionais e comunitárias, designadamente programas europeus.

3.3.6. Regime da Fruta Escolar para o 1.º CEB e a Educação Pré-Escolar

Em 2009, a União Europeia lançou uma proposta a todos os estados-membros para a implementação do Regime de Fruta Escolar (RFE). Trata-se de um programa escolar que prevê a distribuição gratuita de frutas e hortícolas nas escolas públicas do 1º CEB, e a aplicação de medidas que garantam a eficácia desse programa, designadas por medidas de acompanhamento. A Câmara Municipal de Matosinhos, reconhecendo a premência de intervenções ao nível dos hábitos alimentares das crianças e o mérito do RFE, integrou este programa escolar na política educativa do Concelho e assegurou a sua implementação, desde o ano pioneiro (ano letivo 2009/10), introduzindo algumas inovações que tornam o RFE, em Matosinhos, singular no contexto nacional. Para além do que está estipulado no Regulamento do RFE, a Câmara Municipal de Matosinhos decidiu alargar este programa aos Jardins de Infância da rede pública, permitindo melhorar a oferta alimentar num maior número de estabelecimentos de educação e ensino e ampliar o público-alvo desta iniciativa, intervindo-se em crianças com idades ainda mais precoces. Por outro lado, a Autarquia optou por distribuir os hortofrutícolas, gratuitamente, a todos os docentes para que estes sirvam de exemplos comportamentais para as crianças e se potencie o consumo dos produtos fornecidos através da aprendizagem observacional e da modelagem comportamental.

Finalmente, a Câmara Municipal de Matosinhos através das medidas de acompanhamento previstas no RFE criou uma mascote para o programa – “O Frutinhas” – e a distribuição da sua caderneta, alusiva à temática dos hortofrutícolas, e dos respetivos cromos às crianças. Procura-se através desta estratégia de *marketing*, promover o interesse das crianças pelos alimentos saudáveis e estimular o seu consumo. Todas estas iniciativas adotadas no âmbito do RFE foram consideradas boas práticas por parte do Ministério da Educação.

3.3.7. Escola a Tempo Inteiro e ligação à comunidade

O projeto “Escola a Tempo Inteiro”, organizado e implementado pela Autarquia, procura contribuir para o desenvolvimento de capacidades e aptidões das crianças, trabalhando por um lado, para a criação de atitudes de autonomia pessoal e de solidariedade, e por outro, valorizando as suas experiências, conhecimentos e interesses. Em 2005/06, em resposta a um desafio lançado pelo Ministério da Educação, a Autarquia de Matosinhos iniciou um projeto piloto de oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), que constituiu a primeira resposta do Concelho às diferentes necessidades das famílias e, ao mesmo tempo, permitiu despoletar novas dinâmicas educativas de enriquecimento e complemento curricular. Desde então, vários passos foram dados no sentido de desenvolver uma escola do 1.º CEB mais viva, multifacetada, criativa, inteligente e a tempo inteiro. Foi feito um grande investimento na requalificação, ampliação e manutenção dos edifícios escolares, de forma a eliminar os regimes de funcionamento duplo e assegurar a criação de refeitórios escolares, espaços polivalentes e espaços preparados para as diferentes valências educativas; implementaram-se estratégias organizacionais, numa postura de articulação com a Grande Área Metropolitana do Porto e com os Agrupamentos de Escolas do Concelho, que favoreceram a implementação das AEC, criando maior estabilidade para os professores, escolas e famílias (a opção por organizar os horários em regime flexível de pelo menos duas manhãs, o aumento da carga horária semanal dos professores das AEC, a opção por contratos de trabalho a termo resolutivo e a contratação de mais assistentes operacionais); apostou-se na formação certificada dos professores das AEC, no sentido de garantir a qualidade pedagógica destas atividades. A implementação do conjunto de estratégias referenciadas tem vindo a permitir que cada vez mais alunos frequentem as AEC (51% - 2005/06, 76% - 2006/07, 84% - 2007/08, 92% - 2008/09, 97% - 2010/11, 99% - 2011/12- 99,8 %, 2012/13 - 100%) e usufruam de uma escola a tempo inteiro com qualidade, constatando-se, também, um maior reconhecimento dos pais e encarregados de educação sobre esta oferta educativa.

Paralelamente, um dos objetivos fundamentais da escola a tempo inteiro traduz-se no desenvolvimento de parcerias locais potenciando outras experiências de caráter cultural e desportivo, enriquecendo desta forma o currículo dos alunos do Concelho. Nesse sentido, a Autarquia em articulação com os Agrupamentos de Escolas e os parceiros locais, designadamente com as inúmeras coletividades do Concelho, tem vindo a desenvolver

projetos cujo objetivo último passa pela democratização do acesso a práticas desportivas e culturais de alcance reduzido para muitos alunos. Destacam-se os projetos:

- 1) "Iniciação à Prática do Golfe no 1º CEB", em parceria com o CITYGOLF e a Federação Portuguesa de Golfe: partindo de uma experiência piloto realizada no ano letivo 2009/10, a democratização do acesso à prática do golfe às crianças e aos jovens do Concelho de Matosinhos foi possível em virtude do forte investimento da Federação Portuguesa de Golfe no apetrechamento dos Agrupamentos de Escolas com os Kits adequados à realização do Golfe e da cedência das instalações por parte do City Golfe, para a prática e o contato com a modalidade desportiva, permitindo aos alunos do Concelho o desenvolvimento da modalidade em regime *Indoor* e *Outdoor*. Atualmente esta modalidade envolve cerca de 5761 alunos e exigiu uma intensiva preparação pedagógica dos professores.
- 2) "Matosinhos, Jogar e Aprender com o Atletismo", em parceria com o Clube de Desporto C+S de Lavra: este projeto visa divulgar o atletismo e criar oportunidades de expandir a prática de atletismo, pelas escolas e alunos do 1.ºCEB de Matosinhos, potenciando e rentabilizando recursos municipais e do meio associativo.
- 3) "Iniciação Desportiva de *Bodyboard* no 1º CEB", em parceria com a Escola de Bodyboard Linha de Onda: esta modalidade abre, mais uma vez, portas, para o cumprimento de um dos objetivos fundamentais das Atividades de Enriquecimento Curricular, que se traduz no desenvolvimento de parcerias com as entidades locais potenciando outras experiências de caráter cultural e desportivo, enriquecendo desta forma o currículo dos alunos do Concelho. A democratização do acesso à prática do *Bodyboard* às crianças e jovens do Concelho de Matosinhos é o objetivo fulcral da Escola Linha de Onda, com uma forte presença na cedência de todo o material adequado à realização da prática do *Bodyboard*. As atividades estão organizadas em sessões teóricas, onde é abordada a evolução histórica do *Bodyboard*, as regras de segurança, o equipamento, o material e as posições básicas de controlo e o movimento da prancha, e em sessões práticas, que são realizadas na praia de Matosinhos, onde os alunos experienciam exercícios de entrada na água, remada e pernada, deslizamento na espuma da onda e deslizamento descrevendo trajetórias.

3.3.8. Torneio Desportivo Interescolas Secundárias

A Câmara Municipal de Matosinhos e as Escolas Secundárias do Concelho estabeleceram uma parceria que visa incentivar o convívio, a troca de experiências e, sobretudo, a prática desportiva dos alunos, através da organização de torneios desportivos interescolas. Em 2012/13, foi realizado o XV Torneio, envolvendo cerca de 2650 alunos.

Para além dos projetos cuja intervenção da Autarquia assume uma posição de destaque, enquanto entidade promotora ou parceira, salientam-se outras iniciativas socioeducativas desenvolvidas nos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias do Concelho que se coadunam com a promoção do sucesso educativo inclusivo. São exemplos destas ações os seguintes projetos, que estão a ser implementados no ano letivo 2012/13.

Tabela 34

Projetos Educativos dos diferentes Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias não agrupadas

AE / ES	Iniciativa	Breve descrição
AE Irmãos Passos	Projeto Ciência Tecnologia e Ambiente (CTA)	Projeto interdisciplinar que tem como finalidade proporcionar a aquisição de conhecimentos necessários à compreensão de problemas científicos e tecnológicos para o indivíduo e para sociedade em geral, assim como, desenvolver a aquisição de competências no âmbito da Educação para a Saúde. Integram o CTA o “Clube da Floresta”, o “Ecoescolas”, o “Projeto Educação para a Saúde”, o “Agenda 21”, o “Ciência Divertida” e o “Parlamento Jovem”.
AE Dr. José Domingues dos Santos	Museu da Escola de Lavra	Projeto de criação de um museu etnográfico, no átrio principal do edifício escolar da sede do AE, composto por objetos e instrumentos que representam as práticas, os usos e os costumes lavrenses, principalmente, peças alusivas às atividades económicas tradicionais (agricultura, pesca, manufatura do linho) e que caracterizam Lavra desde o período romano até meados do século XX. Este projeto procura transmitir aos alunos e à comunidade escolar, em geral, a importância da agricultura e da pesca na memória coletiva de Lavra, bem como mobilizar professores, alunos, funcionários e pais num objetivo comum de criação, gestão e dinamização de um espaço museológico.
AE de Leça da Palmeira / Santa Cruz do Bispo	Unidades de Ensino Estruturado do AE LPSCB “UEEA-Escola, a ponte da inclusão”	Projeto que se iniciou em 2007 com a criação de uma Unidade de Ensino Estruturado para alunos com perturbações do espectro do autismo. Tem como principais objetivos desenvolver respostas diferenciadas e adequadas em regime de inclusão; alicerçar a intervenção na metodologia do ensino estruturado; e promover a Unidade enquanto recurso pedagógico especializado disponível à comunidade.
AE de Padrão da Légua	Ensino Bilingue Precoce no 1.º CEB	Projeto inovador no sistema de ensino público que visa lecionar, desde o início da escolaridade obrigatória, o currículo através do ensino do Português e do Inglês. Este projeto resultante da colaboração entre o Ministério da Educação e o <i>British Council</i>

		<i>Portugal</i> está a ser implementado na EB da Amieira desde o ano letivo de 2011/12.
AE de Matosinhos	Ensino Articulado da Música	Projeto que resulta de um protocolo celebrado entre a EB de Matosinhos e a Escola de Música Óscar da Silva (EMOS) e que é totalmente financiado pelo Ministério da Educação. Através deste projeto, os alunos da EB de Matosinhos podem frequentar, a partir do 5.º ano e de forma gratuita, o curso básico de música na EMOS (escola de ensino especializado da música), assegurando-se uma adaptação curricular, de forma a aliviar a carga horária deste alunos e a não duplicar disciplinas. O principal objetivo desta parceria consiste em encontrar respostas adequadas para os alunos que sentem vocação para a música e procuram desenvolver as suas aptidões ou talentos artísticos, que pretendem uma formação de excelência nesta área, ou que ambicionam estar melhor preparados para uma formação superior no domínio da música.
AE Prof. Óscar Lopes	Educação para a Saúde	Projeto desenvolvido em estreita ligação com a ULS de Matosinhos que visa a concretização de ações que incentivem a modificação de atitudes e comportamentos relacionados com a prevenção da doença e a promoção da saúde. Entre outras atividades, integram a Educação para a Saúde o “Projeto Sorrisos”, no campo da saúde oral; o “PASSE”, na área da educação alimentar; e o “PELT”, na prevenção do tabagismo.
AE de Perafita	Clube de Teatro	Projeto que integra várias disciplinas e áreas do saber, garantindo o cruzamento de várias linguagens e assumindo a escola como entidade produtora de cultura. O Clube de Teatro tem como primeiro objetivo contribuir para a realização pessoal e social dos alunos envolvidos, desenvolvendo a autonomia e a criatividade, e também contribuir para a sua formação académica através das inter-relações que estabelece com diferentes disciplinas.
AE Abel Salazar	Um Lema, Uma Atitude	Projeto transversal a todas as escolas e etapas de ensino do Agrupamento que prevê uma monitorização permanente dos comportamentos dos alunos, criando-se uma dinâmica de consequências positivas para os alunos cumpridores. Com este projeto pretende-se dotar os alunos de competências do “saber estar” a 3 níveis: “saber estar na sala de aula”, “saber estar no espaço escolar” e “saber estar com os outros”.
AE da Senhora da Hora	Curso do Ensino Básico Vocacional	Projeto piloto, iniciado em 2012/13, que através da disponibilização de cursos vocacionais pretende completar a resposta a necessidades fundamentais dos alunos e assegurar a inclusão de todos no percurso escolar, consagrando alternativas adequadas e flexíveis, que preparem os jovens para o mercado de trabalho.
ES Augusto Gomes	Como na Vida, uma escola de compreender o mundo!	Projeto, iniciado em 2011/12, que pretende renovar o 3.º CEB, de acordo com os fundamentos da “Aprendizagem Baseada em Projetos – <i>Project Based Learning</i> ”. Através da interdisciplinaridade e do recurso a desafios-problema, procura-se desenvolver toda a ação pedagógica, tendo como principais objetivos a promoção do sucesso dos alunos do Ensino Básico e o reforço das competências transversais deste ciclo, a valorização do trabalho cooperativo e articulado das diferentes áreas disciplinares, a definição de uma estratégia concertada de atuação dos professores, e a promoção da capacidade de reflexão crítica e autónoma dos alunos sobre os problemas.
ES da Boa Nova	Viajar com os livros	Projeto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian que está a ser implementado desde o ano de 2007 e tem como público-alvo a globalidade dos alunos da Escola Secundária. Através de momentos de leitura seguida em sala de aula e de leitura autónoma, este projeto

		visa criar hábitos de leitura no quotidiano, formar leitores competentes, desenvolver o sentido crítico e a sensibilidade artística, e promover o conhecimento do mundo e do Homem através da leitura.
ES João Gonçalves Zarco	Projeto Pós... Zarco	Projeto pioneiro, iniciado no ano letivo de 2005/06, dirigido aos alunos que concluíram o 9.º ano e pretendem ingressar no Curso de Ciências e Tecnologias. Este projeto cria um percurso escolar alternativo com vista a permitir aos alunos a continuação de estudos superiores, quer no nosso sistema de ensino, quer no sistema de ensino espanhol ou outro sistema europeu. Desta forma, aumentam-se as alternativas de acesso ao ensino superior, para que os alunos possam obter uma formação, numa escola pública, que lhes permita a candidatura a universidades espanholas ou outras internacionais, se assim o pretenderem. Os jovens são preparados para estruturarem os seus projetos académicos e profissionais enquanto cidadãos da Europa e do Mundo. Promovem-se, ainda, programas de intercâmbio entre a ESJGZ e as diferentes entidades formadoras dos países participantes do projeto, designadamente Espanha.

3.4. Síntese

Como é possível constatar, a Divisão de Educação e Formação assenta a sua atuação em três principais linhas que, como numa pirâmide, vão suportando a execução de desafios mais complexos: organização das condições físicas, avaliação de necessidades e implementação de projetos, e atividades de promoção pessoal e de cidadania, que contemplem os diferentes contextos em que as crianças se inserem: Escola e Família. Todas as ações são acompanhadas e monitorizadas desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário. As crianças são encaradas como elementos ativos no seu desenvolvimento e aprendizagem, sendo necessário proporcionar as melhores condições para potenciar essa mesma aprendizagem. De um modo geral, todos os alunos que apresentem dificuldades no seu percurso educativo são integrados num conjunto de respostas articuladas com os diferentes parceiros sociais. Estas respostas surgem desde a Educação Pré-Escolar e 1.º CEB (Projeto “A Ler Vamos...” e “Matiga – Matemática Amiga”), e são alargadas ao 2.º e 3.º CEB e ao Ensino Secundário (Projeto EPIS e Escola de Segunda Oportunidade). Se as necessidades revestirem um âmbito social e familiar o projeto PIES é uma resposta eficaz.

Não são também descuradas, medidas que promovem o desenvolvimento de competências de independência, autonomia, aproveitamento e expansão do potencial individual. Incluem-se, neste domínio, iniciativas como o Regime de Fruta Escolar, a Escola a Tempo Inteiro e a dinamização do Torneio Interescolas Secundárias.

A Educação é, portanto, encarada como um percurso em que, mais relevante que o produto final, é a qualidade do processo em que os alunos se encontram envolvidos, desde a Educação Pré-Escolar até ao ingresso no mercado de trabalho.

4. Sucesso educativo

A Educação tem vindo a assumir uma posição de relevo no contexto nacional, reconhecendo-se o seu potencial enquanto instrumento promotor da igualdade de oportunidades e da valorização pessoal e social, no nosso País. As Autarquias têm desenvolvido um papel principal em matéria de acesso e sucesso educativo, através da construção de centros escolares modernos, do desenvolvimento de projetos pedagógicos ou do apoio direto às escolas.

Atualmente e, de acordo com os dados do INE, os estabelecimentos escolares do Concelho de Matosinhos, são frequentados por 29.677 indivíduos, distribuídos pelos diferentes níveis de educação e ensino, desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário (cf. Gráfico 26), destacando-se a Freguesia de Matosinhos com maior número de indivíduos a frequentar as instituições educativas (17%, em relação ao total do Concelho), seguindo-se Senhora da Hora (16%), Leça do Balio e Leça da Palmeira (ambas com 10%). O 1º. CEB é o nível de escolaridade com maior frequência de indivíduos (26%).

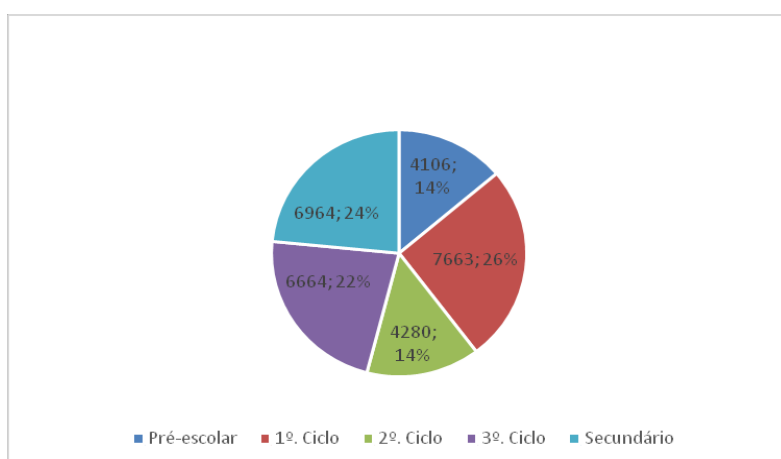


Gráfico 26. Distribuição das crianças e alunos no Concelho de Matosinhos

A taxa de analfabetismo, segundo o INE, (cf. Tabela 35) no Concelho de Matosinhos tem apresentado decréscimos muito significativos nas últimas décadas, verificando-se atualmente uma taxa de 3%, inferior à registada em 2001 (5%).

A população residente, do Concelho de Matosinhos, sem nenhum nível de escolaridade diminuiu de 11%, registado em 2001 para 7%, em 2011. Em 2001, 45% da população residente apresentava níveis de escolaridade inferior ou igual ao 1º. CEB, diminuindo esse valor para 35%, em 2011.

Tabela 35

Evolução da taxa da analfabetismo

	1981	1991	2001	2011
Matosinhos	11,8	5,5	5,2	3,16
Grande Porto	11,2	5,9	5,3	3,14
Região Norte	17,3	9,9	8,3	2,01
Portugal	18,6	11	9	5,23

Em Matosinhos, considerando a realidade atual, a Educação tem sido encarada como uma verdadeira prioridade na agenda política, investindo-se significativamente em várias dimensões com o objetivo último de promover o sucesso e prevenir o abandono escolar. Com este fim considerou-se fundamental, analisar um conjunto de indicadores de qualidade educativa (cujos dados foram recolhidos através do Gabinete Avaliação Educacional do Ministério da Educação e Ciência, do Instituto Nacional de Estatística e do Gabinete Coordenador do Sistema de Informação do Ministério da Educação e Ciência), de modo a realizar o diagnóstico do sucesso educativo em Matosinhos, analisar a sua evolução ao longo dos últimos anos e enquadrar os resultados educativos municipais à luz das metas definidas para Portugal. Esta análise encontra-se detalhada por nível/etapa de Ensino.

4.1. Educação Pré-Escolar

A promoção do sucesso educativo começa, desde logo, na valorização da Educação Pré-Escolar. A universalização da frequência da Educação Pré-Escolar, para as crianças entre os 3 e os 5 anos, é um objetivo consagrado nas políticas educativas nacionais que visa promover a igualdade de oportunidades e melhorar a aprendizagem de todos os alunos nos níveis de

ensino subsequentes. Em Matosinhos, a oferta pública da Educação Pré-Escolar registou um crescimento significativo, nos últimos anos, revelando o esforço desencadeado pela Autarquia na resposta aos desafios de universalização impostos pela política educativa nacional. Desde o ano letivo de 2008/09 até 2011/12, foram abertas dezasseis novas salas de Educação Pré-Escolar da rede pública.

A aposta na Educação Pré-Escolar, designadamente através do alargamento da rede pública, tem sido capitalizada numa evolução bastante positiva da taxa real de pré-escolarização do Concelho.

Tabela 36

Evolução da taxa real de Pré-Escolarização

Zona Geográfica	2008/09	2009/10	2010/11
Portugal	82,3%	83,9%	85,7%
Continente	82,2%	83,8%	85,6%
Norte	83,2%	86,6%	89,1%
Matosinhos	74,7%	80,7%	81,8%

Salienta-se, porém, que apesar do crescimento favorável na cobertura da Educação Pré-Escolar concelhia, a taxa de pré-escolarização, em Matosinhos (cf. Tabela 36), é inferior à taxa nacional, continental e da Região Norte, apresentando-se muito aquém da meta definida pela Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), da qual Portugal faz parte, e que estabelece para 2021 uma taxa real de pré-escolarização de 100% para as crianças dos 3 aos 5 anos de idade.

Tabela 37

Taxa real de Pré-Escolarização

Matosinhos	Portugal	Meta OEI
2011	2011	2021
81,8%	85,7%	100,0%

4.2. Ensino Básico

O combate ao insucesso escolar e ao abandono do percurso educativo, no Ensino Básico, constitui o ponto de partida para o desenvolvimento de um conjunto de medidas e projetos, promovidos quer pelas escolas, quer por outros agentes locais. No que diz respeito à iniciativa autárquica, o reordenamento da rede escolar ao nível do 1.º CEB e a renovação dos espaços educativos existentes permitiram dotar todas as escolas com instalações e equipamentos modernos que possibilitam o desenvolvimento pleno de atividades pedagógicas. Para além de medidas no âmbito das infraestruturas e equipamentos, a promoção do sucesso educativo é concretizada através dos projetos educativos dos estabelecimentos de ensino, aos quais se associam projetos pedagógicos de iniciativa institucional externa, de natureza diversa, entre os quais se destacam os projetos acima descritos.

4.2.1. Taxa de abandono escolar

Neste quadro abrangente promotor do sucesso educativo inclusivo, constata-se que, de acordo com os dados do Censos 2011, a taxa de abandono escolar, em Matosinhos, evoluiu positivamente de 2,12% (em 2001) para 1,38%. Comparativamente ao contexto nacional e regional, Matosinhos assume uma posição de destaque ao nível do abandono escolar, com uma taxa inferior à nacional, à da Região Norte e à do Grande Porto.

Tabela 38

Taxa de abandono escolar

Zona Geográfica	2001	2011
Portugal	2,79%	1,58%
Norte	3,49%	1,45%
Grande Porto	2,61%	1,50%
Matosinhos	2,12%	1,38%

Relativamente ao sucesso escolar, é importante analisar outros indicadores de qualidade educativa como as taxas de conclusão de ciclo, as taxas de retenção e os resultados em provas nacionais, comparando a situação do Concelho de Matosinhos com o panorama nacional e as metas definidas no âmbito dos compromissos nacionais e internacionais, em matéria de política educativa.

4.2.2. Taxas de conclusão de ciclo no Ensino Básico

Considerando os últimos dados disponíveis relativos às taxas de conclusão de ciclo, no Ensino Básico regular da rede pública, desagregados pelas NUTS I e II, Matosinhos tem acompanhado as tendências das taxas nacionais e regionais nos anos letivos de 2009/10 e 2010/11, apresentando valores muito similares aos registados para Portugal, Continente e Região Norte, no que respeita a todos os ciclos do Ensino Básico.

Tabela 39

Taxa de conclusão do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Zona Geográfica	2009/10	2010/11	Variação 2009/11
Portugal	95,5%	95,9%	↑ 0,4%
Continente	95,8%	96,2%	↑ 0,4%
Norte	96,5%	96,9%	↑ 0,4%
Matosinhos	95,0%	96,9%	↑ 1,9%

No que concerne ao ano letivo de 2011/12, relativamente ao qual, não há ainda dados disponíveis desagregados pelas NUTS I e II, a taxa de conclusão do 1.º CEB, de Matosinhos, regrediu para 95,8%. A nível nacional, este indicador também caiu, atingindo valores os 94,8%. Assim, ainda que seguindo a tendência nacional negativa de diminuição da taxa de conclusão do 1.º CEB, Matosinhos apresenta um valor superior à média do País, em 2011/12.

Tabela 40

Taxa de conclusão do 2.º Ciclo do Ensino Básico

Zona Geográfica	2009/10	2010/11	Variação 2009/11
Portugal	91,3%	92,1%	↑ 0,8%
Continente	91,6%	92,4%	↑ 0,8%
Norte	93,7%	94,0%	↑ 0,3%
Matosinhos	92,3%	93,1%	↑ 0,8%

A taxa nacional de conclusão do 2.º CEB diminuiu, significativamente, no ano letivo de 2011/12, passando para 86,3%. Em Matosinhos, a queda verificada neste indicador educativo é extremamente acentuada, regredindo mais de 7 pontos percentuais, relativamente a 2010/11. Com uma taxa de conclusão do 2.º ciclo de 85,3%, Matosinhos fica aquém da média nacional, no ano letivo de 2011/12.

Tabela 41

Taxa de conclusão do 3.º Ciclo do Ensino Básico

Zona Geográfica	2009/10	2010/11	Variação 2009/11
Portugal	85,8%	85,2%	↓ 0,6%
Continente	86,0%	85,4%	↓ 0,6%
Norte	87,8%	86,7%	↓ 1,1%
Matosinhos	86,0%	84,9%	↓ 1,1%

Também no que concerne à conclusão do 3.º CEB, se constata uma diminuição das taxas de sucesso quer nacional, quer de Matosinhos, em 2011/12. Ao contrário do verificado para os outros ciclos do Ensino Básico, esta tendência negativa manifesta-se desde 2009/10 e culmina em 2011/12 numa taxa de 82,3% em Portugal e 80,9% em Matosinhos, inferior à média nacional.

4.2.3. Programa Educação 2015

No âmbito da convergência internacional dos sistemas de Educação e Formação, Portugal decidiu participar no programa da União Europeia “Quadro Estratégico de Cooperação Europeia em matéria de Educação e Formação (EF2020)” que define objetivos comuns para os Países Europeus no horizonte de 2020 e, mais recentemente, no “Projeto Metas Educativas 2021” da Organização de Estados Ibero-Americanos que estabelece metas para 2021.

Neste contexto e procurando aprofundar o envolvimento das escolas e das comunidades educativas na concretização dos compromissos internacionais, o Ministério da Educação e Ciência lançou, no ano letivo de 2010/11, o Programa Educação 2015. Através deste Programa, propõe-se às diferentes estruturas do sistema educativo que se envolvam, ativamente, na concretização de dois objetivos principais a atingir até 2015:

- Melhorar as competências básicas dos alunos portugueses;
- Assegurar a permanência no sistema de todos os jovens até aos 18 anos, garantindo o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos.

Os objetivos definidos são sustentados em metas educativas e monitorizados através de indicadores, entre os quais as taxas de retenção e os resultados em provas nacionais.

4.2.4. Taxas de retenção nos ciclos do Ensino Básico

Analisando as taxas de retenção das escolas públicas de Matosinhos e confrontando-as com as taxas da Região Norte mais recentemente publicadas, verifica-se que o Concelho apresenta, globalmente, valores superiores para todos os ciclos do Ensino Básico, apesar de registar uma diminuição entre os anos letivos de 2009/10 e 2010/11.

Tabela 42

Taxa de retenção no 1.º Ciclo do Ensino Básico

Zona Geográfica	2009/10	2010/11	Variação 2009/11
Portugal	3,9%	3,6%	↓ 0,3%
Continente	3,7%	3,4%	↓ 0,3%
Norte	2,8%	2,7%	↓ 0,1%
Matosinhos	3,4%	2,5%	↓ 0,9%

A única exceção, em que Matosinhos apresenta melhores resultados do que a Região Norte, verifica-se no ano letivo de 2010/11 no 1.º CEB: 2,5% de taxa de retenção em Matosinhos *versus* 2,7% na Região Norte. Relativamente às taxas nacionais e continentais, o Concelho apresenta uma realidade mais favorável com médias mais reduzidas de retenção, exceto em 2009/10 no 3.º CEB.

Tabela 43

Taxa de retenção no 2.º Ciclo do Ensino Básico

Zona Geográfica	2009/10	2010/11	Variação 2009/11
Portugal	8,1%	8,0%	↓ 0,1%
Continente	7,9%	7,7%	↓ 0,2%
Norte	5,6%	5,6%	↔ 0,0%
Matosinhos	7,0%	6,5%	↓ 0,5%

Em 2011/12, ano para o qual não há ainda dados nacionais publicados, as taxas de retenção, em Matosinhos, evidenciam uma clara inversão da tendência de decréscimo descrito nos quadros anteriores, aumentando para 3,8% no 1.º CEB, 12,7% no 2.º CEB e 17,5% no 3.º CEB.

Tabela 44

Taxa de retenção no 3.º Ciclo do Ensino Básico

Zona Geográfica	2009/10	2010/11	Variação 2009/11
Portugal	14,4%	14,2%	↓ 0,2%
Continente	14,1%	13,9%	↓ 0,2%
Norte	11,9%	11,9%	↔ 0,0%
Matosinhos	14,6%	13,7%	↓ 0,9%

No Programa Educação 2015, o Ministério da Educação definiu metas nacionais ambiciosas para as taxas de retenção no ensino público: 2% no 1.º CEB, 5% no 2.º CEB e 10%

no 3.º CEB. Em Matosinhos, o aumento considerável das retenções, no ano letivo de 2011/12, afasta o Concelho dos objetivos estabelecidos para 2015, sobretudo ao nível dos 2.º e 3.º CEB, que assumiram valores superiores, em mais de 7 pontos percentuais, relativamente às metas nacionais.

Tabela 45

Taxas de retenção no Ensino Básico

Ciclos de Ensino	Matosinhos	Metas Nacionais	Diferença
	2011/12	2015	
1.º Ciclo	3,8%	2,0%	+ 1,8%
2.º Ciclo	12,7%	5,0%	+ 7,7%
3.º Ciclo	17,5%	10,0%	+ 7,5%

4.2.5. Provas nacionais no Ensino Básico

4.2.5.1. Provas de aferição do 4.º ano de escolaridade

Relativamente às provas nacionais do 4.º ano, o Ministério da Educação pretende alcançar, em 2015, 95,3% de classificações positivas na prova de Língua Portuguesa e 92,4% de classificações positivas na prova de Matemática. Tomando por referência estas metas definidas pelo Ministério da Educação, os resultados das escolas públicas de Matosinhos, no ano letivo de 2011/12, não são satisfatórios, distanciando-se em 16,5% do referencial fixado para a Língua Portuguesa e em 39,3% do referencial fixado para a Matemática. No entanto, comparativamente ao País, o Concelho assume um comportamento na média nacional, ainda que menos positivo, sobretudo na Matemática.

Tabela 46

Resultados nas provas de aferição do 4.º ano de escolaridade

Prova	Matosinhos 2011/12	Portugal 2011/12	Metas Nacionais 2015
	A + B + C	A + B + C	A + B + C
Língua Portuguesa	78,8%	80,0%	95,3%
Matemática	53,1%	57,0%	92,4%

Nota: A, B, C – Níveis positivos de classificação de desempenho, sendo A o mais elevado e C o mais baixo.

A realidade dos resultados das provas de aferição do 4.º ano de escolaridade das escolas da rede privada/solidária do Concelho de Matosinhos é bastante diferente da situação descrita para a rede pública, constatando-se que a totalidade de alunos que realizaram a prova de Língua Portuguesa e cerca de 94% dos alunos que realizaram a prova de Matemática, em estabelecimentos da rede privada/solidária, obtiveram uma classificação positiva. Salienta-se, no entanto, que o universo de alunos que realizou provas na rede privada/solidária é também muito distinto, sendo, aproximadamente, sete vezes inferior ao número de alunos que realizou provas nas escolas públicas.

Tabela 47

Resultados nas provas de aferição do 4.º ano de escolaridade, no ano letivo 2011/12, na rede privada, solidária e pública

4.º ano	Língua Portuguesa		Matemática	
Matosinhos	N.º de alunos	A + B + C	N.º de alunos	A + B + C
Privada/Solidária	208	100,0%	208	94,2%
Pública	1469	78,8%	1462	53,1%

Nota: A, B, C – Níveis positivos de classificação de desempenho, sendo A o mais elevado e C o mais baixo.

4.2.5.2. Exames nacionais do 6.º ano de escolaridade

No ano letivo de 2011/12, as médias dos resultados dos exames do 6.º ano das escolas públicas de Matosinhos são idênticas ou muito semelhantes às observadas para o País, correspondendo a 2,97 valores no exame de Língua Portuguesa e 2,66 valores no exame de Matemática (escala de classificação de 1 a 5 valores). Comparando com a Região Norte e o Grande Porto, os resultados em Matosinhos são inferiores, sobretudo no exame de Matemática.

Tabela 48

Médias dos Exames Nacionais do 6.º ano, no ano letivo 2011/12

Zona Geográfica	Língua Portuguesa (valores)	Matemática (valores)
Portugal	2,97	2,69
Norte	2,99	2,73
Grande Porto	3,05	2,80
Matosinhos	2,97	2,66

Nota: Escala de 1 – 5 valores

4.2.5.3. Exames nacionais do 9.º ano de escolaridade

À semelhança do sucedido nas provas do 6.º ano, as médias dos exames do 9.º ano realizadas nas escolas públicas de Matosinhos, em 2011/12, aproximam-se dos 3 valores tanto na disciplina de Língua Portuguesa como na disciplina de Matemática. Em termos de enquadramento nacional e regional, os resultados do Concelho são superiores, principalmente, no exame de Matemática. Ao nível do Grande Porto, Matosinhos apresenta resultados muito similares, igualando a média dos resultados no exame de Matemática.

Tabela 49

Médias dos Exames Nacionais do 9.º ano, no ano letivo 2011/12

Zona Geográfica	Língua Portuguesa (valores)	Matemática (valores)
Portugal	2,69	2,72
Norte	2,71	2,75
Grande Porto	2,79	2,83
Matosinhos	2,77	2,83

Nota: Escala de 1 – 5 valores

Em 2011/12, os resultados dos exames nacionais do 9.º ano das escolas da rede privada de Matosinhos são consideravelmente superiores aos resultados obtidos nas escolas públicas, no entanto, o universo de alunos abrangido é de apenas dezanove alunos.

Tabela 50

Resultados dos exames nacionais do 9.º ano de escolaridade, no ano letivo 2011/12, na rede privada e pública

9.º ano	Língua Portuguesa		Matemática	
	N.º de alunos	Média (valores)	N.º de alunos	Média (valores)
Privada	19	3,16	19	3,96
Pública	1270	2,77	1269	2,83

4.3. Ensino Secundário

O abandono do sistema educativo antes de concluída a escolaridade mínima obrigatória, afeta marcadamente Portugal. Pelos efeitos negativos que a saída escolar precoce gera a título pessoal e social, no Programa Educação 2015, já referido anteriormente, foi traçado o objetivo de garantir o cumprimento da escolaridade de doze anos. Também a União Europeia estabeleceu como meta para 2020, que se deve reduzir a percentagem (para 10%) de jovens entre os 18 e os 24 anos, com o 3.º CEB que não se encontrem a frequentar um curso de ensino ou formação profissional. Considerando os dados dos Censos 2011, Portugal ainda se mantém distante da meta estabelecida pela União Europeia, apesar do esforço considerável de recuperação observado desde 2001, com uma diminuição de 21 pontos percentuais na taxa de abandono escolar precoce. Matosinhos acompanha esta evolução claramente positiva, no entanto, ao contrário do sucedido em 2001, apresenta uma taxa de abandono escolar precoce ligeiramente superior à nacional, evidenciando um ritmo mais lento na recuperação deste indicador educativo.

Tabela 51

Taxa de abandono escolar precoce

Matosinhos		Portugal		Meta UE
2001	2011	2001	2011	2020
37,0%	24,1%	44,2%	23,2%	< 10,0%

4.3.1. Taxa de conclusão do Ensino Secundário

Considerando os últimos dados disponíveis relativos à taxa de conclusão do Ensino Secundário regular da rede pública, desagregados pelas NUTS I e II, Matosinhos, à semelhança do sucedido a nível nacional e regional, diminui consideravelmente a sua taxa, entre 2009/10 e 2010/11. Apesar desta evolução negativa, é de salientar que ao nível deste indicador, o Concelho apresenta uma taxa de sucesso superior à média Nacional, Continental e da Região Norte.

Tabela 52

Taxa de conclusão do Ensino Secundário

Zona Geográfica	2009/10	2010/11	Variação 2009/11
Portugal	65,5%	61,1%	↓ 4,4%
Continente	65,5%	61,2%	↓ 4,3%
Norte	68,0%	63,6%	↓ 4,4%
Matosinhos	69,3%	65,9%	↓ 3,4%

No que concerne ao ano letivo de 2011/12, relativamente ao qual, não existem ainda dados disponíveis desagregados pelas NUTS I e II, a taxa de conclusão do Ensino Secundário de Matosinhos melhorou comparativamente ao ano letivo anterior, atingindo os 69,1%. Com este valor, o Concelho mantém uma taxa de sucesso superior à verificada a nível nacional que se situou nos 65%.

4.3.2. Taxa de retenção no Ensino Secundário

De 2009/10 para 2010/11, as taxas de retenção no Ensino Secundário regular da rede pública aumentaram quer no contexto Nacional, quer no contexto Regional. Em Matosinhos, verifica-se também esta tendência desfavorável, no entanto, o aumento das retenções foi mais ténue, permitindo que, ao contrário do que se constata em 2009/10, o Concelho apresente uma média de retenção inferior às médias nacional e continental em 2010/11. Relativamente à Região Norte, Matosinhos apresenta médias de retenção superiores.

Tabela 53

Taxa de retenção no Ensino Secundário

Zona Geográfica	2009/10	2010/11	Variação 2009/11
Portugal	21,9%	23,7%	↑ 1,8%
Continente	21,7%	23,5%	↑ 1,8%
Norte	20,0%	21,5%	↑ 1,5%
Matosinhos	22,4%	22,7%	↑ 0,3%

No ano letivo de 2011/12, a taxa de retenção no Ensino Secundário, em Matosinhos, diminuiu para 20,6%. Não há, ainda, dados publicados relativos à média nacional.

O elevado número de retenções no Ensino Secundário é sem dúvida um problema nacional, ao qual Matosinhos não está imune. As taxas de retenção, neste nível de ensino, estão muito longe da meta de 12,0% definida no Programa Educação 2015.

Tabela 54

Comparação das taxas de retenção no Ensino Secundário

Ensino	Matosinhos	Meta Nacional	Diferença
	2011/12	2015	
Secundário	20,6%	12,0%	+ 8,6%

4.3.3. Provas nacionais no Ensino Secundário

Para análise das provas nacionais no Ensino Secundário foram consideradas as médias dos exames de Português, Matemática A e de oito disciplinas em conjunto: Matemática A, Biologia e Geologia, Física e Química, História A, Português, Geografia A, Economia A e Geometria Descritiva A (exames com um maior número de provas realizadas).

Analisando os exames realizados no ano letivo de 2011/12, os resultados médios das escolas públicas do Concelho de Matosinhos são superiores aos resultados médios nacionais, sobretudo no exame de português.

Tabela 55

Médias dos Exames Nacionais do Ensino Secundário no ano letivo 2011/12

Zona Geográfica	Português (valores)	Matemática A (valores)	8 Disciplinas (valores)
Portugal	10,43	10,47	10,09
Matosinhos	11,54	10,50	10,69

Nota: Escala de 1 – 20 valores

Comparando as médias dos exames nacionais do Concelho e as respetivas médias das classificações internas (CI), verifica-se que as avaliações internas são significativamente superiores, variando entre + 1,82 e + 2,91 valores (cf. Tabelas 56, 57 e 58).

Tabela 56

Médias na Disciplina de Português do Ensino Secundário no ano letivo 2011/12

Zona Geográfica	CI (valores)	Exame (valores)	Diferencial (CI – Exame)
Matosinhos	13,36	11,54	+ 1,82

Paralelamente às comparações face às classificações internas ou ao panorama nacional, importa avaliar se os resultados nos exames nacionais das Escolas Secundárias de Matosinhos estão acima ou abaixo do que seria expectável (cf. Tabela 59).

Tabela 57

Médias na Disciplina de Matemática A do Ensino Secundário no ano letivo 2011/12

Zona Geográfica	CI (valores)	Exame (valores)	Diferencial (CI – Exame)
Matosinhos	13,27	10,50	+ 2,77

Na sequência de um trabalho de investigação desenvolvido pela Universidade Católica Portuguesa, foi possível determinar o Valor Esperado do Contexto (VEC), ou seja, o valor esperado das classificações, para escolas que se enquadram num mesmo contexto socioeconómico.

Tabela 58

Médias do conjunto das oito disciplinas do Ensino Secundário no ano letivo 2011/12

Zona Geográfica	CI (valores)	Exame (valores)	Diferencial (CI – Exame)
Matosinhos	13,60	10,69	+ 2,91

Nota: Escala de 1 – 20 valores

Analisando os resultados nos exames nacionais no conjunto das oito disciplinas supracitadas e o VEC para essas mesmas disciplinas, conclui-se que, contrariamente à maioria das escolas do País que ficaram abaixo do seu valor esperado, em Matosinhos as médias dos exames nacionais foram superiores.

Tabela 59

Média dos exames do conjunto das oito disciplinas do Ensino Secundário e VEC no ano letivo 2011/12

Zona Geográfica	Média dos Exames (valores)	VEC (valores)	Diferencial (Exame - VEC)
Matosinhos	10,69	10,08	+ 0,61

Nota: Escala de 1 – 20 valores

Contrariamente ao observado nas provas do 4.º ano e nos exames do 9.º ano, as médias dos exames nacionais do 12.º ano realizados na rede privada do Concelho, em 2011/12, foram significativamente inferiores às médias dos exames da rede pública. Salienta-se que o número de provas realizadas na rede privada é muito inferior ao da rede pública.

Tabela 60

Resultados dos exames nacionais do 12.º ano de escolaridade, no ano letivo 2011/12, na rede privada e pública

12.º ano	Português		Matemática A		8 Disciplinas	
	N.º de exames	Média (valores)	N.º de exames	Média (valores)	N.º de exames	Média (valores)
Privada	16	8,91	9	6,48	44	7,90
Pública	569	11,54	315	10,50	2097	10,69

Nota: Escala de 1 – 20 valores

III. Plano de ação

1. Linhas orientadoras do projeto educativo

O Projeto Educativo Municipal deve ser um documento que expresse a identidade do Município e da comunidade enquanto parceiros na Educação. Com este fim, assume-se que este documento deve ser elaborado com a participação de todos os agentes educativos e deve contemplar o modelo geral de organização e a sua adequação aos objetivos pretendidos para a criação de um Município Educador (Carvalho & Diogo, 1994). Uma vez que o todo é mais do que a soma das partes, o PEM, para além da definição das opções da comunidade educativa, observáveis nas intenções e nas práticas de dinamização do projeto, congrega as perceções e realidades vivenciadas pela comunidade, integrada num território educativo (Pacheco, 1996).

Neste sentido, o Projeto Educativo de Matosinhos emerge da necessidade de assegurar que a Educação seja determinante no desenvolvimento do Concelho, sendo a principal fonte de construção de qualidade de vida, de criatividade e de competitividade. A educação é concetualizada, neste documento, não como um conjunto de atos isolados, incidindo sobre indivíduos isolados, mas antes como um ato social em que os “atores” e os “espetadores” se confundem. Como tal, o Projeto Educativo Municipal surge da necessidade de um conjunto de mudanças e reformas constituídas e impostas pelos parceiros educativos. Assim, cada um dos intervenientes na criação de um Município Educador deve ser capaz de se orientar estrategicamente fazendo constantes avaliações e ajustamentos aos objetivos e às formas de agir.

Este Projeto Educativo Municipal pode ser encarado como o instrumento que proporciona autonomia às Escolas e a todos os agentes educativos, com capacidade de articular e fundir três dimensões chave essenciais: produção de conhecimentos, mudança organizacional e mudança de representações e de práticas. Deverá ser uma referência de transformação na medida em que deve ter como objetivo principal contribuir e ajudar para a formação de cidadãos responsáveis. Deve então ser encarado como uma etapa de planificação estratégica, como forma de planear o futuro desejado, bem como os meios e estratégias para o alcançar, sendo a primeira etapa, a sua definição clara e objetiva.

Entende-se, portanto, este Projeto Educativo Municipal como um processo de apropriação e transformação da realidade educativa concelhia, que resulta da reflexão sobre o que é a educação, o sucesso educativo, a Escola, as suas funções, os seus problemas e a sua eventual resolução, sempre com o contributo de todos os intervenientes. É um documento direcionado para a ação (que permita planificação a curto e longo prazo), que resulta de um diagnóstico do presente e que se consubstancia numa visão do futuro, sendo uma construção coletiva e uma tarefa exigente, já que implica uma revisão constante e sistemática, impedindo assim a sua cristalização.

2. Objetivos gerais e específicos do Projeto Educativo Municipal

Foram definidos três grandes Eixos Prioritários de Intervenção para o Projeto Educativo Municipal, nos quais os diferentes parceiros se revêm e se comprometem a envolver-se na sua execução.

Os eixos definidos foram: 1) promoção do sucesso educativo; 2) articulação entre as instituições educativas e sociais do Concelho – criação de um Município Educador; 3) articulação entre as necessidades empresariais e a oferta formativa no Concelho.

Para cada eixo foram definidos objetivos específicos, de modo a que uma clara definição facilite a sua execução e alcance. Procurou-se elaborar objetivos concretizáveis e adaptados às necessidades previamente avaliadas.

No que diz respeito ao eixo do sucesso educativo foram propostos os seguintes objetivos específicos:

- 1) Procurar atingir as metas definidas pelo Ministério da Educação para atingir até 2015, nos diferentes níveis de ensino e na Educação Pré-Escolar;
- 2) Comparação dos desempenhos e das taxas a nível concelhio e nacional. Os indicadores a considerar nesta análise são: taxas de conclusão de ciclo, taxa de abandono escolar, taxa de abandono escolar precoce, taxas de retenção e resultados nas provas nacionais (cf. Anexo IV).
- 3) Caracterizar e intervir no âmbito da indisciplina.

Relativamente ao eixo de articulação entre as instituições educativas e sociais do Concelho – criação de um Município Educador, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Apresentação de propostas de iniciativas do Concelho às escolas, em junho de cada ano letivo, de modo a haver articulação entre as instituições e as escolas antes do início de cada ano letivo e a preparação das ações em função das necessidades das escolas e do seu plano anual de atividades;
- 2) Criação de uma *newsletter* trimestral digital com atividades suplementares, relacionadas com a celebração de momentos específicos (a enviar para as escolas);
- 3) Criação de uma equipa de trabalho, com elementos da Autarquia (elementos de cada Divisão que articulem diretamente com as escolas) e da comunidade que, em conjunto, mantenham atualizadas as ações realizadas, em parceria com as escolas.

No que diz respeito ao último eixo, de articulação entre as necessidades empresariais e a oferta formativa no Concelho foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- 1) Levantamento das necessidades empresariais do Concelho (tecido empresarial);
- 2) Levantamento da oferta formativa do Concelho (AE, Escolas Secundárias, Escolas Profissionais, Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos; IEFP);
- 3) Caracterização dos desempregados jovens do Concelho (IEFP);
- 4) Diminuição do estigma social associado aos Cursos Profissionais;
- 5) Criação de uma equipa de articulação com elementos da Autarquia, Escolas, tecido empresarial e IEFP, de modo a existir permanentemente uma adequação da oferta às necessidades do Concelho e uma atualização constante dessas necessidades.

3. Estratégias

A definição de estratégias de intervenção resultou de um trabalho conjunto entre a Autarquia e os parceiros educativos e sociais do Concelho. Procurou-se que esta definição de estratégias fosse o mais participada possível, no sentido de envolver os diferentes elementos e, consequentemente, promover o empenho de todos ao longo da sua implementação. Com este efeito, após a realização do diagnóstico do contexto, foram desenvolvidos vários *focus groups*, em que se debateram as análises efetuadas em termos de indicadores de sucesso

educativo e das práticas implementadas nas instituições escolares (como descrito anteriormente).

Procurou-se igualmente criar estratégias adaptadas a cada contexto e que permitissem mudanças na forma de ser, estar e pensar de todos os elementos da comunidade educativa em relação à Educação e ao Município de Matosinhos, enquanto Cidade Educadora.

Uma vez que as estratégias resultaram da definição prévia de eixos prioritários de intervenção e de objetivos específicos, a sua descrição seguirá a ordem dos eixos prioritários previamente citados.

3.1. Promoção do sucesso educativo

Com vista à promoção do sucesso educativo e considerando os indicadores analisados, a definição de estratégias de ação foi realizada de um modo concertado com as diferentes instituições escolares. Foram definidas as seguintes estratégias de ação:

1. Criação de uma plataforma digital de exportação de dados relativos aos indicadores de sucesso educativo analisados neste documento, partilhada entre todas as instituições educativas do Concelho.

2. Análise e devolução anual dos indicadores de sucesso educativo aos parceiros educativos e comparação dos mesmos entre Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias do Concelho, bem como com as metas nacionais.

3. Criação de um documento único e integrador para que cada instituição possa caraterizar o seu contexto em termos de indisciplina e de consequências a essa indisciplina.

4. Criação de um documento único e integrador para as IPSS's, de modo a caraterizarem as crianças abrangidas em cada instituição e partilharem esta informação sempre que ocorre a passagem de alguma criança para outra instituição educativa.

5. Análise e devolução anual de cada documento criado aos parceiros educativos, no sentido de se refletir sobre estratégias a implementar para melhorar a realidade educativa.

6. Aposta na formação acreditada para docentes e não docentes, face às necessidades expostas pela comunidade educativa (por exemplo, sobre a indisciplina e a mediação de conflitos).

7. Realização anual de um seminário de reflexão sobre práticas de promoção do sucesso educativo.

8. Rentabilização dos recursos existentes no Município de modo a facilitar a existência de serviços especializados nas escolas.

9. Criação de um projeto de orientação vocacional a implementar nas Escolas por psicólogos da Autarquia em colaboração com os psicólogos do SPO, as Escolas e a comunidade. Pretende-se promover, desde cedo, uma “Educação para as Escolhas”, num projeto sistémico que contemple a intervenção com os alunos do 6.º ano de escolaridade, os docentes e os pais, bem como experiências de contato com o mercado de trabalho, que facilitem as tomadas de decisão vocacional.

10. Articulação de práticas e reflexão sobre a Educação Especial, no sentido de existir uma política concelhia neste domínio, que vá ao encontro das necessidades existentes no Município e facilite a partilha de informações entre docentes e técnicos de educação e saúde e a agilização dos processos de elegibilidade.

3.2. Articulação entre as instituições educativas e sociais do Concelho – criação de um Município Educador

Através do contato com os elementos das diferentes Divisões da Autarquia, da ULS de Matosinhos, da CPCJ e das Forças de Segurança foi possível definir um conjunto de estratégias que permitissem cumprir o objetivo de articulação entre a comunidade educativa e as escolas, proporcionando ações integradas, contextualizadas nos seus projetos educativos e planeadas de forma atempada. Segue-se a sua descrição:

1. Criação de uma equipa de trabalho com elementos de cada Divisão da Autarquia, da ULS de Matosinhos, CPCJ de Matosinhos e Forças de Segurança.

2. Apresentação intra-equipa em maio de cada ano letivo das ações a propor às escolas, com realização prevista para o ano letivo seguinte. A proposta de iniciativas é condicionada pelas ações previamente realizadas, pelas solicitações efetuadas pelas escolas e pelos instrumentos de planeamento, articulação e cooperação entre as diferentes áreas departamentais e instituições municipais e intermunicipais.

3. Definição das ações a propor às escolas num documento único e integrador das atividades de Matosinhos com as escolas.

4. Apresentação do documento com as iniciativas propostas às escolas, em junho de cada ano letivo. Articulação entre propostas efetuadas e as necessidades das escolas.

5. Criação de uma *newsletter* digital trimestral com atividades suplementares, relacionadas com a celebração de momentos específicos (a enviar para as escolas). Esta *newsletter* será efetuada pela equipa criada e consiste num dispositivo de cooperação e de divulgação de iniciativas pontuais que possam ser do interesse da comunidade educativa.

6. Tentativa de abranger na divulgação das iniciativas às escolas as coletividades do Município, sendo necessário inicialmente caracterizar estas instituições e avaliar a sua disponibilidade em promover um Município Educador.

7. Numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, pretende-se envolver as três Universidades Seniores no desenvolvimento de uma política educativa não formal.

8. Criação de uma equipa de dinamização do Projeto Educativo Municipal e sua divulgação atualizada através da *internet*.

9. Divulgação do roteiro dos espaços educativos da Área Metropolitana do Porto, em formato digital.

10. Promoção do desenvolvimento cívico e de competências sociais, através da articulação com a Federação Concelhia das Associações de Pais de Matosinhos e com as Associações de Pais das diferentes Escolas do Concelho.

11. Criação de um Serviço de Psicologia e Orientação Escolar local, destinado a integrar todos os psicólogos do Município que trabalham no domínio da Educação, desde os técnicos da Autarquia, aos psicólogos que previamente pertenciam ao Ministério da Educação e Ciência. Especialização dos serviços de psicologia e atendimento integrado e alargado a todo o Concelho.

3.3. Articulação entre as necessidades empresariais e a oferta formativa no Concelho

Com o objetivo de promover a articulação entre a oferta formativa e as necessidades empresariais de Matosinhos considerou-se fundamental a criação de mecanismos de

auscultação e de participação dos diferentes atores envolvidos. Neste sentido foram definidas as seguintes estratégias:

1. Levantamento das necessidades empresariais do Concelho. Através de reuniões com elementos do tecido empresarial de Matosinhos deve proceder-se à análise do mercado de emprego.

2. Levantamento da oferta formativa do Concelho junto dos Agrupamentos de Escolas, Escolas Secundárias, Escolas Profissionais, Escola de Segunda Oportunidade e IEFP.

3. Caracterização do Município em termos de oferta formativa e de necessidades de emprego, bem como caracterização dos desempregados jovens do Concelho.

4. Promoção de uma relação direta entre o Centro de Emprego de Matosinhos e o tecido empresarial.

5. Criação de uma equipa de articulação com elementos da Autarquia, Escolas, tecido empresarial e IEFP, de modo a, anualmente, adequar a oferta às necessidades do Concelho e proceder a uma atualização constante dessas necessidades. Pretende-se, deste modo, promover a organização e racionalização da oferta educativa/formativa, articulando serviços e empresas.

6. Promoção de estágios para alunos dos Cursos Profissionais nas empresas do Concelho, bem como promover mini-estágios para alunos do 9.º ano como uma forma de contacto com o mercado de trabalho e visitas para docentes para conhecerem as competências necessárias à realização das tarefas exigidas aos alunos.

7. Considerando a existência de uma parceria entre a Autarquia, o tecido empresarial, a Escola Secundária João Gonçalves Zarco e o CFAE de Matosinhos, pretende-se proporcionar aos alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico uma vertente prática e de exploração do mundo do trabalho, que permita conhecer diferentes áreas profissionais, de modo a facilitar a tomada de decisão vocacional no final do 9.º ano de escolaridade. O acesso dos alunos a esta experiência, deverá emergir de uma avaliação prévia dos mesmos e da sensibilização dos pais.

4. Operacionalização do Plano de Ação

Considerando os três eixos prioritários, os objetivos específicos e ainda as estratégias definidas propõe-se uma operacionalização das linhas orientadoras, através de iniciativas

concretas, concertadas e articuladas. Reconhecendo a importância da constante ação e reflexão sobre a realidade educativa do Concelho considera-se que este plano de ação deve contemplar o planeamento das atividades com um horizonte temporal de um ano letivo.

Neste sentido, para o ano letivo 2013/14 (de setembro a junho) sugere-se o preenchimento da Grelha de Operacionalização do PEM (cf. Tabela 61) por cada agente educativo parceiro e/ou equipa de intervenção criada. Pretende-se que esta grelha espelhe o planeamento das ações, a sua relação com os eixos prioritários definidos, bem como o público-alvo, a calendarização, os recursos necessários e os mecanismos de avaliação previstos.

Tabela 61

Grelha de Operacionalização do PEM

Descrição Ação	Eixo Interv.	Calendarização										Público- alvo	Modo avaliação	Recursos humanos	Elem. Resp. (Autarquia)
		s	O	n	d	j	f	m	a	m	j				

A preparação do próximo ano letivo implica, portanto, o preenchimento desta grelha pelos diferentes elementos parceiros do PEM, até ao final de julho, devendo ser contempladas as ações já discutidas e concertadas com as Escolas do Concelho. Anualmente este documento deve ser revisto para que, por um lado, se possa avaliar a sua eficácia enquanto instrumento de planeamento e, por outro lado, seja possível projetar as ações do ano letivo seguinte.

IV. Intervenção/Execução do PEM

Considerando todas as estratégias supra mencionadas, esta fase contempla o modo como será executado o Projeto Educativo de Matosinhos.

De um modo geral, pretende-se criar um observatório das práticas educativas no Concelho. A ideia da criação deste organismo consubstancia-se na intenção já espelhada ao longo de todo o documento de tornar Matosinhos numa cidade educadora. Assim, a Educação deixa de ser perspetivada apenas do ponto de vista da instituição escolar e passa a ser assumida do ponto de vista do território local onde se insere, correspondendo assim, a um projeto em que todos os agentes educativos locais se comprometem e se sentem responsabilizados.

Como tal, pretende-se que o observatório “cresça” a partir do Conselho Municipal de Educação de Matosinhos, onde intervêm elementos das várias áreas com influência e participação na Educação, mas com a independência necessária do mesmo. Entendemo-lo como um dispositivo definidor da política educativa do território, isto é, do Concelho de Matosinhos, visando uma articulação interinstitucional local, ou seja, uma implicação de toda a comunidade na promoção da qualidade educativa da cidade. Os vários elementos que constituirão o observatório proposto, consultarão e terão elementos que emitirão pareceres sobre toda a prática educativa no Concelho de Matosinhos, em áreas que irão desde a Educação Pré-Escolar, à Educação Especial, às Atividades de Enriquecimento Curricular, aos Cursos Profissionais, entre outros. O objetivo central deste organismo será, partindo da observação das práticas educativas locais, emitir pareceres/recomendações que potenciem a capacidade educativa da cidade de Matosinhos, concretizando-se num projeto educativo global para a cidade.

V. Avaliação do PEM

A avaliação deste Projeto Educativo Municipal deve funcionar como um instrumento regulador dos resultados e das ações realizadas de modo a orientar e, se necessário, reformular ou reorganizar os recursos disponíveis. Através da avaliação deve ser possível corrigir e reestruturar o projeto em qualquer fase do seu desenvolvimento, reforçando a ideia de que este é dinâmico e sujeito a alterações sempre que justifiquem uma melhoria do funcionamento do regime educativo. Esta avaliação nem sempre é linear e apresenta algumas limitações devido ao facto de abranger múltiplos intervenientes, contudo torna-se indispensável num processo educativo devendo estar presente desde a conceção de qualquer projeto, passando pela intervenção, identificação de necessidades, objetivos traçados, realização dos objetivos e resultados.

Será através da avaliação que se poderão definir novos planos de ação com vista ao desenvolvimento do processo educativo, através da definição de indicadores que permitam monitorizar e avaliar o impacto, através da comparação entre o ponto de partida e o ponto de chegada (resultados obtidos). Neste sentido, considera-se relevante que a avaliação deste projeto educativo contemple não só os produtos, mas também os processos.

A análise anual dos indicadores analisados neste documento reveste-se, portanto, de elevada pertinência. No entanto, sugere-se igualmente a avaliação dos processos, das redes de comunicação criadas, das sinergias estabelecidas, através da criação de alguns instrumentos. A avaliação das necessidades que esteve subjacente à realização deste projeto, permitiu a criação de alguns desses instrumentos de avaliação, aos quais se deve recorrer no futuro, no sentido de ir reformulando os objetivos definidos e ir ao encontro das novas necessidades que possam surgir. Paralelamente e face os múltiplos parceiros na construção e implementação do PEM, será importante criar um inquérito de satisfação para as Escolas, que será enviado em formato digital, no final de cada ano letivo, de modo a que estas avaliem a execução do PEM, assim como parece ser igualmente importante a construção de um documento de avaliação anual a ser preenchido pelos elementos do Conselho Municipal da Educação. A perceção dos restantes parceiros educativos e sociais é necessariamente importante. A sua avaliação pode ser efetuada com recurso a um questionário com um formato de resposta tipo *Likert* de 5 pontos (em que 1 significa que o PEM não corresponde

ao enunciado e em que 5 significa que o PEM corresponde totalmente ao enunciado). Com base noutros questionários consultados foi construído o seguinte instrumento, que carece ainda de uma análise psicométrica.

Tabela 62

Grelha de avaliação do PEM

Considero que o Projeto Educativo de Matosinhos:	1	2	3	4	5
Responde às necessidades e interesses da comunidade escolar.					
Promove o desenvolvimento educativo, social e cultural do Município.					
É congruente entre a avaliação efetuada, os resultados obtidos e os eixos de intervenção definidos.					
É operacional na medida em que estão especificados os produtos a atingir, os processos necessários a desenvolver e os mecanismos de avaliação adequados.					
É realista e concretizável nos eixos definidos e nas estratégias propostas.					
É flexível a eventuais necessidades da comunidade educativa.					
É dinâmico na articulação entre diferentes agentes educativos e sociais.					
É abrangente, mobilizando a participação de todos na avaliação e implementação do projeto educativo.					
É inovador porque permite encontrar diferentes alternativas, novos parceiros e visões sobre a mesma realidade.					

VI. Glossário

Abandono escolar

Saída do sistema de ensino antes do cumprimento da idade obrigatória fixada na lei.

Abandono escolar precoce

Saída do sistema de ensino e de formação antes de concluído o ensino secundário ou formação equivalente.

Carta Educativa

É um instrumento de planeamento, como metodologia de intervenção no planeamento e ordenamento da Rede Educativa inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, a qual tem como meta a atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social.

Centros de Novas Oportunidades

São unidades orgânicas da iniciativa de entidades formadoras com um conjunto de valências diversificadas no âmbito da resposta às necessidades de qualificação da população adulta. Compete-lhes o encaminhamento de adultos para ofertas de educação e formação ou para o reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida, para efeitos escolares e/ou profissionais.

Conselho Municipal de Educação

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 97/2003, de 15 de janeiro, define o Conselho Municipal de Educação (CME) como sendo “uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.”

Curso de Educação e Formação

Curso destinado a jovens com idade superior a 15 anos que lhes permite concluir o 3.º Ciclo do Ensino Básico ou o 12.º ano de escolaridade, através de um percurso flexível, concretizando um projeto profissional, sem prejuízo do prosseguimento de estudos.

Curso de Educação e Formação de Adultos

Oferta de Educação e Formação de adultos que pretendam elevar as suas qualificações. Estes cursos desenvolvem-se através de percursos de dupla certificação, ou de habilitação escolar quando se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos. Destinam-se a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos que pretendam completar o 4.º, 6.º, 9.º e 12.º ano de escolaridade ou desejem obter uma qualificação profissional. Certificam habilitação académica e/ou profissional conforme o tipo de percurso prosseguido.

Curso Profissional

Curso conducente a uma qualificação profissional que facilita o ingresso no mercado de trabalho e simultaneamente garante uma habilitação escolar que permite o prosseguimento de estudos. Atribui diploma de conclusão de nível secundário e qualificação de nível 4. Ainda existem a funcionar Cursos Profissionais que atribuem nível 2 de qualificação profissional e 9.º ano de escolaridade, mas são todos referentes à saída profissional de “Instrumentista”.

Dupla Certificação

O reconhecimento de competências para exercer uma ou mais atividades profissionais e de uma habilitação escolar, através de um diploma.

Educação Formal

Educação escolar. Modalidade da educação centrada nas escolas e no sistema educativo institucionalizado, legitimado pelo Ministério da Educação.

Educação Informal

Esta modalidade de educação engloba tudo aquilo que aprendemos mais ou menos espontaneamente a partir do meio em que vivemos, das pessoas com quem nos relacionamos, informalmente, dos livros que lemos, ou da televisão que vemos, da multiplicidade de experiências que vivemos diariamente com mais ou menos intencionalidade em relação ao seu potencial de aprendizagem. A educação informal não é orientada confunde-se com o processo de socialização dos indivíduos.

Educação Não Formal

Modalidade da educação que opera fora da estrutura do sistema educativo formal e obedece a uma estrutura e organização distintas da escola podendo, no entanto, levar a uma certificação. Pode assumir uma perspetiva de complemento ou suplemento à educação escolar. Esta modalidade da educação pode acontecer em diferentes locais tais como: Associações, Comissões, Centros de saúde, Bibliotecas, Creches, ATL's, IPSS, Autarquias, projetos de luta contra a pobreza e exclusão social, CPCJ, Instituições (juvenis, recreativas, profissionais, de voluntariado), entre outros.

Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Processo que permite ao indivíduo com, pelo menos, 18 anos de idade o reconhecimento, a validação e a certificação de competências adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida.

Taxa de conclusão de ciclo

Relação percentual entre o número de alunos que, no termo de um ano letivo, obtêm aproveitamento no fim do ciclo de ensino, ou seja, no 4.º, 6.º, 9.º e 12.º ano, e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

Taxa real de escolarização

Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

Taxa de retenção

Relação percentual entre o número de alunos que não transitaram para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados e avaliados, nesse ano letivo.

Valor esperado do contexto

Média de resultados dos exames nacionais de escolas em contextos similares.

VII. Bibliografia

- Andrews, K. (1980). *The concept of corporate strategy*. Nova Iorque: McGraw-Hill Education.
- Ansoff, I. (1965). *The Corporate Strategy*. Nova Iorque: McGraw Hill.
- Barroso, J. (1999). *A escola entre o local e o global: Perspetivas para o século XXI*. Lisboa: Educa.
- Brandi, A. T. E. & Gurgel, C. M. A. (2002). A alfabetização científica e o processo de ler e escrever em séries iniciais: emergências de um estudo de investigação-ação. *Ciência & Educação*, 8(1), 113-125.
- Caregnato, R. C. A. & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, 15(4), 679-684.
- Carta das Cidades Educadoras. Proposta Definitiva* (2004). Recuperado em 29, Maio, 2013, de <http://www.cm-evora.pt/NR/rdonlyres/00004ead/awtuvhezgywlwffaxvixllxizxmcmct/Cartadascidadeseducadoras.pdf>
- Carvalho, A. & Diogo, F. (1994). *Projecto educativo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Conselho Nacional de Educação (2012). *Estado da educação 2011 – A qualificação do Português*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F. & Ferreira, M. J. R. C. (2009). Investigação-acção : metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia, Educação e Cultura*, 13(2), 355-379.
- Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (n. d.). *Regiões em Números, 2010/2011: Volume I – Norte – 2012*. Recuperado em 29, Maio, 2013, de http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=677&fileName=ReN_Vol_I_Norte_1011.pdf.
- Fernandes, A. S. (2005). Contextos da intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses. In Formosinho, J., Fernandes, A. S., Machado, J. & Ferreira, F. (Ed.) *Administração da Educação – Lógicas burocratas e lógicas de mediação*. Porto: ASA.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (n. d.). *Estatísticas de Educação 2009/2010 – Jovens – 2011*. Recuperado em 29, Maio, 2013, de

http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=611&fileName=EE2009_2010_JOVENS.pdf.

- Kitzinger, J. (1994). The methodology of Focus Groups: the importance of interaction between research participants. *Sociology of Health & Illness*, 16(1), 103-121.
- Kitzinger, J. (1995). Introducing focus groups. *BMJ*, 311, 299-302.
- Maslow, A.H. (1943). A theory of human motivation. *Psychological Review*, 50(4), 370–396.
- Recuperado em 28, Maio, 2013, de <http://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm>.
- Matos, J. G. R., Matos, R. M. B. & Almeida, J. R. (2007). *Análise do ambiente corporativo: Do caos organizado ao planeamento estratégico das organizações*. Rio de Janeiro: E-papers.
- Ministério da Educação e Ciência (n.d.). *Programa Educação 2015*. Recuperado em 29, Maio, 2013, de <http://www.drelvt.min-edu.pt/alunos/programa-educacao-2015.pdf>.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), 7-32.
- Oliveira, D. C. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Rev. enferm. UERJ*, 16(4), 569-576.
- Pacheco, J. A. (1996). *Currículo: Teoria e prática*. Porto: Porto Editora.
- Pinhal, J. (2004). Os municípios e a provisão pública de educação. In Costa, J. A., Neto-Mendes, A. & Ventura, A. (Ed.). *Políticas e Gestão Local da Educação* (pp. 45-60). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Rojo, V., Jiménez, E., Flores, J., Clares, P., Santero, J., & Rodríguez, S. (2002). *Diseño y evaluación de programas*. Madrid: Editorial EOS.
- Sanches, I. (2005). Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 127-142.

Outras fontes:

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

GAVE – Gabinete Avaliação Educacional do Ministério da Educação e Ciência

Instituto Nacional de Estatística

MISI – Gabinete Coordenador do Sistema de Informação do Ministério da Educação e
Ciência

Universidade Católica Portuguesa

VII. Anexos